

No 8 N.E. - OUTUBRO NOVEMBRO 2008

ÔCORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

REPORTAGEM
SURINAME
o Amazonas

DOSSIER
Governança local
Graal do desenvolvimento?

DESCOBERTA DA EUROPA
Terra Altas
e ilhas escocesas:
ventos favoráveis



Comité Editorial

Co-presidentes

John Kaputin, Secretário-Geral
Secretariado do Grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico
www.acp.int

Stefano Manservigi, Director Geral da DG Desenvolvimento
Comissão Europeia
ec.europa.eu/development/

Equipa editorial

Director e Editor-chefe

Hegel Goutier

Jornalistas

Marie-Martine Buckens (Editor-chefe adjunto)
Debra Percival

Editor assistente e produção

Joshua Massarenti

Colaboraram nesta edição

Elisabetta Degli Esposti Merli, Sandra Federici, Giuseppe Frangi, Joyce van Genderen-Naar, Andrea Marchesini Reggiani e Joshua Massarenti

Relações Públicas e Coordenação de arte

Relações Públicas

Andrea Marchesini Reggiani (Director de Relações Públicas e responsável pelas ONGs e especialistas)

Coordenação de arte

Sandra Federici

Paginação, Maqueta

Orazio Metello Orsini, Arketipa, Lai-Momo, Roberta Contarini

Distribuição

Viva Xpress Logistics (www.vxlnet.be)

Gerente de contrato

Claudia Rechten
Gerda Van Biervliet



Capa
Albina, à beira do rio Marowijne (fronteira Suriname – Guiana Francesa) 2008. © Hegel Goutier

Contracapa
Willie Bester, Homen com cachimbo, óleo em linho numa caixa metálica. Cortesia de L'ARIETE artecontemporanea, Bolonha

Contacto

O Correio
45, Rue de Trèves
1040 Bruxelas
Bélgica (UE)
info@acp-eucourier.info
www.acp-eucourier.info
Tel: +32 2 2345061
Fax: +32 2 2801406

Publicação bimestral em português, inglês, francês e espanhol.

Para mais informação em como subscrever,
Consulte o site www.acp-eucourier.info ou contacte directamente info@acp-eucourier.info

Editor responsável

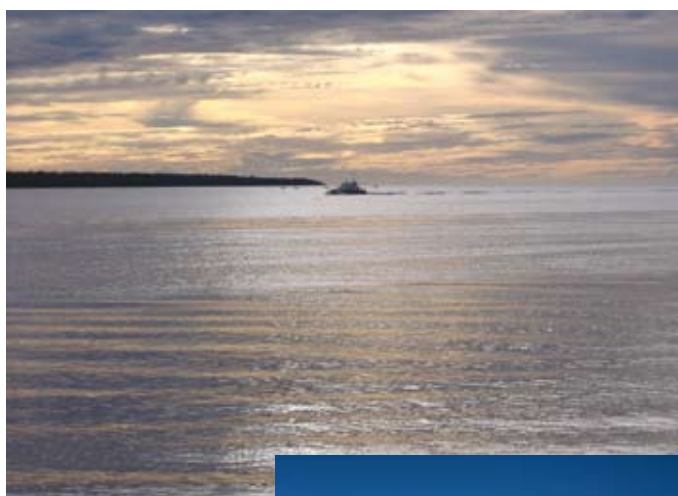
Hegel Goutier

Parceiros

Gopa-Cartermill - Grand Angle - Lai-momo

A opinião expressa é dos autores e não representa o ponto de vista oficial da Comissão Europeia nem dos países ACP.

Os parceiros e a equipa editorial transferem toda a responsabilidade dos artigos escritos para os colaboradores externos.



Nesta edição:
(Em cima)
Reportagem
Suriname, pôr-do-sol sobre o rio,
foto de Richard Vanderhorst

(à direita)
Descoberta da Europa
Escócia e Terras Altas, Escultura
Parlamento Escocês visto de fora,
foto de Debra Percival



ESPACE SENGHOR

O nosso parceiro privilegiado: o Espace Senghor

O Espace Senghor é um centro que assegura a promoção de artistas oriundos dos países de África, Caraíbas e Pacífico e o intercâmbio cultural entre comunidades, através de uma grande variedade de programas, indo das artes cénicas, música e cinema até à organização de conferências. É um lugar de encontro de belgas, imigrantes de origens diversas e funcionários europeus.

E-mail: espace.senghor@chello.be
Site: www.senghor.be

CORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

Índice

O CORREIO, Nº 8 NOVA EDIÇÃO (N.E.)

EDITORIAL

Estado de graça 3

EM DIRECTO

“Uma das coisas mais sensacionais para mim em África é a capacidade de recuperação” 4

PERSPECTIVA

DOSSIER

As novas virtudes da governação local

Enquadrar um processo em recrudescência 12

O elemento em falta 13

Apoio ao governo local queniano com fundos da UE 14

“Se o Estado não mudar, as reformas de descentralização perderão uma grande parte da sua virtude” 15

Perigos de uma descentralização inacabada 17

Não dez... não cem... mas mil acções de cooperação internacional 19

A Diáspora e os parceiros naturais dos Governos locais 20

INTERACÇÕES

Fórum Média e Desenvolvimento em Uagadugu
Palavras, e sobretudo compromissos,
da União Europeia e da União Africana 23

A semente da cooperação África-UE-China 24

Fórum sobre a eficácia da ajuda desaponta algumas ONG 25

Oportunidades de desenvolvimento da água e energia em África para as PME 26

Fondazioni4Africa: a nova fronteira da cooperação internacional 27

Futura Constituição das Seicheles -
Brainstorming no Parlamento Europeu 28

COMÉRCIO

Os APE “no meio da tempestade” 29

EM FOCO

Fotografia. Louros para África 30

QUESTIONÁRIO

NOSSA TERRA

Quando é necessário envolver a ciência 32

Lançamento da parceria UE-África para a ciência 32

O Gana compromete-se a controlar as suas exportações de madeira para a UE 33

REPORTAGEM

Suriname

Fonte de vida de todos os povos 35

A História vista pelos ameríndios 37

Ramdien Sardoje 38

“Em termos económicos, sim, estamos a trabalhar bem” 39

Uma pequena economia com enorme potencial 40

Fundações para o ordenamento do território:
floresta, turismo ecológico e plantações 41

Boa situação económica, mas demasiada burocracia e
comunitarismo segundo a Câmara de Comércio
e da Indústria 42

Um certo equilíbrio entre boa governação
e preconceitos comunitários 43

Descoberta. A natureza como património 44

Arte. Instituto Nola Hatterman 45

Cooperação Suriname-UE 46

DESCOBERTA DA EUROPA

Escócia

Terras Altas e Ilhas da Escócia. 47

Uma exuberância de recursos naturais 47

“Um sem fim de desigualdades” 48

Expansão da política de desenvolvimento
internacional da Escócia 50

Terras Altas e Ilhas no pico 52

Scotch: Consolidação 54

CRIATIVIDADE

A África nos museus na Europa 55

Imagens das mulheres 56

PCSID, um apoio à veia cultural beninesa 57

Explique-me, Rama Yade 58

Mandela, um herói de banda desenhada 58

PARA JOVENS LEITORES

Agora podemos ser mais eficientes 59

CORREIO DO LEITOR/AGENDA 64



Um barco junto ao rio Marronwijnje
(fronteira Suriname – Guiana Francesa) 2008.
© Hegel Goutier

Estado de graça



Quem acreditaria, há apenas um trimestre, que o Estado sairia do purgatório para onde tinha sido repellido há algumas dezenas de anos, na contingência histórica amalgamando a «revolução liberal», o colapso do sistema soviético e o êxito dos “golden boys”, que se tornariam no modelo do sucesso? Não era só o Estado que era assimilado ao regedor das obras inúteis, ao empecilho ao enriquecimento, ao protector dos preguiçosos e dos incompetentes, mas também o que se parece com ele: as instituições multinacionais, as organizações regionais e o próprio serviço público.

Ninguém contestaria as falhas e o peso inerente a qualquer sistema de grandes dimensões. Mas daí a criar o dogma de um Estado quase nocivo é acreditar, com o filósofo francês Alain, que «as ideias, mesmo verdadeiras, se tornam falsas a partir do momento em que nos contentamos com elas». Negar ao Estado o controlo de determinados domínios essenciais ao desenvolvimento humano, aos quais ele concede um valor acrescentado sem igual, encerra o risco de uma democracia para os fortes, os dotados e os bem-nascidos.

O Estado está, portanto, de volta, é cortejado, suplicado para socorrer um barco louco. Sem ir até lhe pedir que faça uma limpeza em profundidade ao mundo financeiro, todos parecem aceitar que, no futuro, ele terá uma palavra a dizer em questões que lhe tinham sido subtraídas. Mas antes da recente catástrofe financeira, instituições internacionais como o Banco Mundial já vinham a readaptar a sua concepção do papel dos Estados ao confiar mais neles para a luta pelo desenvolvimento.

A convidada da nossa rubrica «Sem rodeios» deste número, Ngozi Okonjo-Iweala, Directora Gerente do Banco Mundial, explicou que a sua instituição confia cada vez mais no sistema estatal local para gerir a sua ajuda na

luta contra a pobreza, em vez de criar as suas próprias unidades. Atitude que a União Europeia tomou há muito tempo. O leitor descobrirá, através de um artigo sobre o regresso do Togo à ordem constitucional, que, de 2004 até hoje, a parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento dedicada à ajuda orçamental – por outras palavras, a que é completamente gerida pelos Estados ACP beneficiários – passou do quarto para a metade.

Ressalta da Cimeira ACP de Acra que a viabilidade do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico estará assegurada após 2020, final do Acordo de Cotonu. É, pelo menos, o compromisso dos seus Chefes de Estado, quando há bem pouco tempo não faltava quem a considerasse ameaçada. Sinais dos tempos...

Procurou-se muitas vezes opor a força dos Estados à dos seus componentes (as regiões) ou dos seus agrupamentos (as federações ou as uniões). Nada mais falso, como parece depreender-se, por acaso, do dossiê de O Correio sobre a governação local, quer na Europa quer em África. A Espanha pode ser um bom exemplo, porque está bem enraizada na Europa e tem os pés bem assentes no chão, graças à descentralização. Tem uma política de desenvolvimento consequente e, paralelamente, regiões como a Catalunha, que pretende atingir o objectivo de consagrar 0,7% do seu PIB à ajuda ao desenvolvimento em 2012.

*Hegel Goutier,
Editor-chefe*

Debra Percival

“Uma das coisas **MAIS SENSACIONAIS** para mim em África é a capacidade de **RECUPERAÇÃO**”

Primeira mulher Ministra das Finanças e dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, nomeada Directora-Geral do Banco Mundial (BM) em Outubro de 2007, Ngozi Okonjo-Iweala é uma figura popular nos fóruns internacionais pela riqueza da sua experiência, reflexão e conversações directas. Durante uma escala em Bruxelas, após o Terceiro Fórum de Acra, de 2 a 4 de Setembro, sobre a eficácia da ajuda, deu-nos a sua opinião sobre o que foi realizado em Acra e falou da crise alimentar global, aplaudindo a iniciativa da Comissão Europeia de propor um rápido desembolso do fundo de 1 milhar de milhões de euros para fomentar a agricultura que, segundo ela, “daria um enorme contributo para o alívio da fome, a pobreza, a subnutrição e a agricultura sustentável para que as pessoas possam alimentar-se a si próprias”. Isto corresponde aos 1.2 mil milhões de dólares dos EUA disponibilizados pelo BM, tendo já sido mobilizados 586 milhões desse montante. Enérgica e directa, Okonjo-Iweala, doutorada em economia regional e desenvolvimento, diz que o que a motiva é o cumprimento da sua missão. Ela aposta modestamente no seu efeito para inspirar os outros.

Acaba de regressar do Fórum sobre a Eficácia da Ajuda no Gana. Ficou decepcionada com os resultados?

Enquanto Banco Mundial, ficámos satisfeitos com os resultados. Foi incrível. Em Paris, há três anos, houve 600 participantes. Em Acra, participaram 1700 pessoas provenientes de 130 países e 40 instituições. Houve delegações que nunca tinham participado: doadores não

tradicionais, a Coreia do Sul, a China, o Brasil e alguns dos novos países da Europa de Leste, que começam apenas agora a reflectir na ideia de virem a ser doadores. Houve também Fundações e, antes da reunião, um fórum da sociedade civil. Pela primeira vez, os países em desenvolvimento tiveram uma voz forte. A organização do Fórum num país africano, o Gana, deu uma grande ajuda. A reunião teve várias coisas que eu acho que merecem destaque. A primeira foi a avaliação que consistiu em saber se a ajuda teve ou não impacto sobre

países em desenvolvimento e também algum progresso no trabalho comum dos doadores. Também houve desafios. Trata-se da crise dos combustíveis, dos alimentos e dos fertilizantes, em que os preços duplicaram ou triplicaram nos últimos anos em função dos bens de consumo. Em muitos países este facto teve impacto na situação da pobreza. É por isso que é muito importante centrar-se na eficácia da ajuda: é necessário torná-la real. Se não agirmos, poderão ser atiradas para a pobreza mais 100 milhões de pessoas. Na Serra Leoa, por exemplo, a incidência da pobreza aumentou de 3% para 69% devido à crise alimentar e dos combustíveis. Assim, o que representa a eficácia da ajuda nessa situação? De que é que o Fórum de Acra se congratulou? Utilizar o ângulo da eficácia da ajuda para nos centrarmos nos problemas reais e chamar a atenção para o facto de termos de trabalhar juntos para resolver esta crise e afastar a fragmentação. Utilizemos os sistemas nacionais. Nesse sentido, se um país tiver sistemas de gestão financeira e de contratos públicos funcionais, porque não recorrer a tais sistemas em vez de criar as nossas próprias unidades separadas? A condicionalidade é uma velha linguagem. Agora o que queremos focar é a transição na qual um país elabora os seus próprios programas, faz as suas próprias avaliações comparativas e nós monitorizamos...

“A condicionalidade é uma velha linguagem”

a pobreza e se, desde há três anos em Paris, fizemos mais progressos na harmonização da ajuda. Há quinze anos, duas em cinco pessoas estavam abaixo da linha de pobreza, agora é uma em quatro, embora haja ameaças, como a presente crise do Darfur, que possam inverter esta tendência. Em termos de harmonização dos doadores, há progressos em duas áreas. Uma delas procura dar mais liderança aos países em desenvolvimento, ao passo que outra consiste na gestão das finanças públicas pelos



Muita da actual ajuda da UE consiste em ajuda orçamental. O Banco Mundial apoia esta política?

O Banco Mundial é muito sensível a isso. O BM tem dado apoio orçamental sempre que o contexto o permita, desde que o país aplique políticas económicas razoáveis e realize reformas do seu sistema, assim como, onde for possível, disponha de alguns sistemas de gestão financeira razoáveis para que, quando concede apoio orçamental, estes não desapareçam e os accionistas não virem as costas sob o pretexto de que o dinheiro não está a ser bem gasto. Nesses países com sistemas mais frágeis apoiamos a mutualização dos fundos. Por exemplo, no Afeganistão estivemos a gerir um fundo para apoiar o desenvolvimento dos Afegãos em que os doadores reuniram até 2,5 mil milhões de dólares dos EUA em recursos e nós ajudámos os Afegãos – os Ministérios – a reforçar o seu orçamento. Enfraquece-se mais o estado quando se continua a utilizar processos externos e pode-se reforçá-lo utilizando o sistema porque somos forçados a ajudá-los a funcionar. Voltando a Acra, também acordámos que seríamos mais transparentes nos compromissos da ajuda. Quando se apoia um país, divulgue-se o que se está a financiar para que os parlamentos, a sociedade civil e os cidadãos saibam disso. Tudo o que o BM financia é visível.

A crise alimentar é um problema passageiro ou denota algo mais profundo ao qual a agricultura não prestou atenção suficiente?

Há um pouco das duas coisas. Não é um problema passageiro no sentido em que desaparecerá amanhã. Levará dois ou três anos até que a situação se recomponha devido a uma constelação de factores que a tornaram possível. Toda a comunidade internacional virou as costas à agricultura. Os próprios países falharam ao não colocarem a agricultura nas suas prioridades de desenvolvimento. Porquê? Porque parecia que a guerra com a agricultura tinha sido ganha. Estavam a ser produzidos alimentos suficientes. Era possível deslocar facilmente os alimentos para os locais onde eram necessários quando surgisse uma crise. Eu penso que isso aconteceu e que foi isso que provocou a queda do financiamento destinado à agricultura. Mas não penso que foi isso que precipitou a crise. Os elevados preços dos combustíveis provocaram a subida dos preços dos fertilizantes e a utilização de algumas terras de cultura de alimentos para terras de cultura de biocombustíveis foi referida como um factor importante. Há igualmente alguns acontecimentos externos no domínio das alterações climáticas, as cheias e as secas em muitas partes do mundo também afectaram a produção. Tudo isto aconteceu e algumas pessoas até terão acrescentado a especulação para pressionar a subida dos preços. Não foi um evento só mas a conjugação de uma série de

eventos que deu origem a isto. A razão porque digo que não se trata de um problema passageiro é porque se deve ter em conta alguns dos eventos. Alguns deles são por natureza mais estruturais. Existem factores estruturais e especulativos subjacentes ao preço do petróleo. Se for o caso, tem de se examinar o seu impacto nos fertilizantes. A utilização de terras para biocombustíveis não ocorreu de um dia para o outro, tanto mais que houve mudança de incentivos para deixar de subvencionar a produção habitual. O outro grande factor é que há um aumento da procura dos países emergentes e eles são mais endinheirados. A questão-chave é que se pode responder atenuando o preço através do incentivo a mais produção e ver os preços elevados como uma oportunidade que beneficia os agricultores.

Ficou desapontada com o colapso das conversações comerciais de Doha?

Absolutamente. Não podemos aceitar qualquer colapso. Não podemos cruzar os braços. Muitos países em desenvolvimento têm muito que fazer para poderem beneficiar do acordo quando ele finalmente for alcançado. Estou a falar da ajuda ao comércio. Há muitas coisas que os países em desenvolvimento ainda têm que fazer: melhorar as suas infra-estruturas, reforçar a sua capacidade reguladora e analisar as suas políticas comerciais. Não se pode falar de vantagens comerciais se não houver portos e estradas. A ajuda ao comércio tem de ser real. Os países falaram disso, mas não foram tomadas medidas.

“A ajuda ao comércio tem de ser real”

Apoia a diáspora dos grandes operadores na política de desenvolvimento?

É uma boa coisa incluir a diáspora por várias razões. A primeira é que os seus membros são muito fortes em remessas de fundos. Muitos países estão a obter uma quantidade mais avultada da diáspora em remessas do que obtinham em ajuda. As remessas da diáspora à África elevam-se actualmente a cerca de 11 mil milhões de dólares dos EUA, dos quais 3 mil milhões só para a Nigéria. Eles têm conhecimento dos seus países e actuam rapidamente. A diáspora é um recurso totalmente subutilizado. O Banco Mundial propôs à diáspora um programa de apoio elaborado em Bruxelas e em Washington. Está a ser desenvolvido um programa da diáspora para a África a fim de apoiar os projectos e as ideias da diáspora e recuperar os seus conhecimentos.

Durante o seu mandato há alguma mudança importante que gostaria de efectuar no continente africano?

Penso que quando se examina o que está a limitar o crescimento, uma das coisas que considero mais palpitantes para a África é a sua capacidade de recuperação. Há apenas uma década, as pessoas desistiram e disseram que este continente não caminhava para a lado nenhum. Depois, nesta década de 2000, viram-se países africanos a crescer sistematicamente acima de 5%, havendo mesmo projecções de 6,5 a 7%, e não estou a falar só dos países exportadores de bens de primeira necessidade. Há 18 países exportadores de bens que não são de primeira necessidade e que estão a crescer mais de 5% e têm-no feito durante algum tempo. Mas porque 5 ou 6% ainda não é suficientemente bom para ajudar a realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), é realmente necessário impulsionar o crescimento para 7 ou 8% – como fazê-lo? É isto que impulsiona o desejo que tenho de ver algo diferente. Quando se fizer a análise, descobrir-se-á que o sector privado é a chave deste crescimento e da criação de empregos. O Investimento Directo Estrangeiro ao continente aumentou para 38 mil milhões de dólares dos EUA mas nem sempre vai para todos os sectores que estão a criar a maior parte dos postos de trabalho. Assim, qual é o problema? Muitos deles indicam como exemplo os constrangimentos de infra-estruturas, pelo que uma das coisas que realmente gostaria de ver é mais investimento em infra-estruturas, envolvendo parcerias público-privadas. As telecomunicações são um bom exemplo. A revolução do telemóvel descolou realmente em África. Antes, quase não havia telefones por ligação terrestre; depois apareceu o telemóvel e, em 2000, havia dez milhões de linhas móveis no continente. Hoje, há 180 milhões. Isto foi proporcionado pelo sector privado. Os governos criaram o contexto para conceder licenças e o sector privado investiu. Poderemos ter portos que funcionam com o sector privado, estradas que ligam as zonas rurais aos mercados e aos caminhos-de-ferro? Este é o meu sonho. E podemos fazer isso a nível regional? Alguns países são enclavados e os seus mercados são pequenos. No BM podemos catalisar parte disto através do nosso braço do sector privado, a Sociedade Financeira Internacional. Está a criar um fundo de 100 milhões de dólares dos EUA para infra-estruturas e outro para a saúde. Assim, como podem também outros doadores catalisar o sector privado para investir e construir infra-estruturas? Poderá ler a versão completa desta entrevista no sítio web de *O Correio*: <http://www.acp-eucourier.info/> ■

Ngozi Okonjo-Iweala, primeira mulher na Nigéria a aceder aos cargos de Ministra das Finanças e Ministra dos Negócios Estrangeiros
© Banco Mundial/Simone D. McCourtie

Palavras-chave

Ngozi Okonjo-Iweala; Banco Mundial; África; eficácia da ajuda; crise alimentar; comércio; biocombustíveis; ajuda orçamental; diáspora; ODM; sector privado.

Marie-Martine Buckens

A 6ª CIMEIRA dos Chefes de Estado e de Governo ACP PEDE à comunidade internacional que respeite os seus compromissos

Tambores na abertura da Cimeira ACP em Acra 2008.
© Marie-Martine Buckens

Reunidos de 2 a 3 de Outubro em Acra, capital do Gana, os Chefes de Estado e de Governo dos 79 países do Grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP) lançaram um sinal claro à comunidade internacional e às instituições financeiras para respeitarem os seus compromissos de realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2020.



Quanto às negociações em curso com a UE que acabam por transformar os seus laços privilegiados em Acordos de Parceria Económica (APE) muito controversos, o presidente da cimeira, o ganês John Kufuor, anunciou a decisão do Grupo ACP de iniciar contactos com alguns países europeus – nomeadamente a França, o Reino Unido e a Alemanha – a fim de os rever. “O que pretendemos é uma verdadeira estratégia de parceria e não os acordos tais como se apresentam actualmente e que nos deixam uma impressão de dependência contínua da Europa”, declarou o Presidente ganês.

► Salvar a economia e as pessoas

John Kufuor fez questão de colocar a cimeira sob o signo da “necessidade de garantir a segurança das pessoas e do desenvolvimento”. Embora reconhecendo as dificuldades actuais, o presidente insistiu que a cimeira delibere sobre a juventude, “que deve poder entrar na corrente da globalização com competência e confiança em si própria”. Para isso, acrescentou, é necessário um sistema comercial internacional equitativo que permita às economias ACP serem suficientemente fortes para apoiarem programas de educação e de saúde adequados, estigmatizando os APE que “minam a solidariedade entre os países ACP”. Os debates foram em grande parte monopolizados pelos APE (ler igualmente a entrevista do Ministro costa-marfinense da Integração Africana, Amadou Kone, e os comentários da Eurodeputada Glenys Kinnock, na rubrica Comércio), assim como pelas crises alimentar e petrolífera, às quais se juntou a crise financeira que afecta os países industrializados.

> Uma situação “quase apocalíptica”

“As consequências da crise financeira internacional serão desastrosas para o conjunto dos países ACP, com economias frágeis e dependentes de exportações de matérias-primas, em especial para os pequenos países vulneráveis”, declarava a *O Correio* Arvin Boolell. Conhecido pela sua determinação em defender os interesses dos países da África Oriental e Austral nas suas negociações com a UE sobre os novos APE, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Maurícia não esconde a sua ira: “Infelizmente, as experiências do passado não serviram de lição; hoje, são os países mais debilitados, cujos orçamentos já foram fortemente minados pela subida dos preços do petróleo e dos produtos alimentares, a suportar as despesas de uma gestão inconsiderada dos países desenvolvidos.” Na sua opinião, o cenário de uma depreciação

do dólar, associada a um aumento dos custos de produção, do petróleo e dos géneros alimentícios, é real: “Nestes tempos de grandes mudanças, temos pela frente uma situação quase apocalíptica.”

Rob Davies, Ministro-Adjunto do Comércio e da Indústria da África do Sul, notou, por sua

vez, a exemplo dos seus colegas ACP, que o Governo americano está disposto a despendar 700 mil milhões de dólares para salvar o seu sistema financeiro e que os bancos centrais europeus lhe iam no encalço: “Para isso, encontram dinheiro, mas para o desenvolvimento aparentemente não.” O ministro referia-se à redução dos empenhamentos assumidos pelos países desenvolvidos a favor dos países em desenvolvimento. Ao subscrever, há alguns anos, os ODM, que prevêem, entre outras coisas, uma diminuição de 50% da pobreza no mundo até 2020, os países industrializados tinham-se comprometido a consagrar 0,7% do seu PIB à cooperação para o desenvolvimento. Um objectivo que poucos países respeitaram; pior ainda, os seus compromissos diminuíram há mais de dois anos. “Esta atitude é significativa das prioridades da governação actual da economia mundial”, prossegue Rob Davies. ■

A Austrália entra em acção

“É a primeira vez que um país desenvolvido, fora da UE, é convidado a falar na abertura de uma cimeira ACP”, afirma um responsável. E não foi qualquer um: a Austrália! A Austrália que, pela voz do seu Embaixador nas Nações Unidas, Robert Hill, anunciou a sua intenção de celebrar uma “parceria estratégica com a África”, quando já mantém relações privilegiadas com os seus vizinhos, os 15 países do Grupo ACP do Pacífico. Finalmente, a Austrália, acrescentou Robert Hill, tenciona “estreitar os laços com os 16 países das Caraíbas, alguns dos quais são, como nós, membros da Commonwealth”. O Grupo ACP compreendeu que não poderia depositar todas as suas esperanças no mesmo cesto. Com efeito, a UE trabalha há algum tempo na nova arquitectura da sua política de cooperação, uma política doravante aberta ao mundo e não apenas aos países que faziam parte das antigas colónias dos seus Estados-Membros. Paralelamente, a presença da China, mas também de outros países como a Índia, está cada vez mais presente nos ACP. Pelo menos em África, cujos recursos naturais atraem cada vez mais os países emergentes.

Que futuro para o Grupo ACP?

O Acordo de Cotonu, que rege as relações privilegiadas de cooperação entre o Grupo ACP e a União Europeia, expira em 2020. E depois de 2020? As duas partes deverão esboçar as pistas desta próxima colaboração em menos de dois anos, aquando da análise intercalar do acordo. O Grupo ACP já se prepara activamente para isso, como recordou em Acra, Sir John, Secretário-Geral do Grupo ACP, sublinhando o enorme trabalho realizado pela sua “equipa profissional, que trabalha sem descanso, mas cujas actividades são dificultadas pela falta de recursos financeiros adequados”. Insistiu no papel central do Secretariado – instalado em Bruxelas – enquanto interlocutor entre os países ACP e a UE sobre questões tão vitais, porque empenham os fundos europeus, como as Facilidades concedidas em sectores-chave como a energia, a água, a educação e a cultura, o comércio, as catástrofes naturais ou as ciências e tecnologias. Sem esquecer a Facilidade intra-ACP para as migrações, que deve ser mantida no 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), como foi sublinhado na declaração final da cimeira. Os tempos mudam, reconheceu Sir John Kaputin, tomando como exemplo a nova abordagem global adoptada pela Comissão Europeia em matéria de ajuda, e “é certo que o Grupo necessita de uma reforma que tenha em conta todas as mudanças”. A viabilidade do Grupo parece, no entanto, assegurada. Na sua declaração final, os Chefes de Estado e de Governo ACP “reafirmaram o seu empenhamento em fazer do Grupo ACP uma das organizações de primeiro plano na formulação e defesa dos interesses do mundo em desenvolvimento, bem como uma força dinâmica a nível internacional”.

Pontos principais da declaração final

Na sua declaração final, os Chefes de Estado e de Governo ACP pedem, nomeadamente:

- o reforço, no 10.º FED, das Facilidades UE-ACP em matéria de água e energia e o registo do compromisso assumido pela Comissão Europeia de conceder 180 milhões de euros suplementares à Facilidade para as catástrofes naturais;
- a organização de uma cimeira internacional que elabore uma estratégia mundial para estabilizar os preços do petróleo em níveis abordáveis e propor soluções para os países em desenvolvimento importadores líquidos de produtos alimentares;
- o alargamento do benefício da Facilidade para os géneros alimentícios proposta pela Comissão Europeia, no início de Outubro, ao conjunto dos países ACP, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento económico;
- a disponibilização de meios financeiros suficientes, além do FED, para financiar os custos do ajustamento ligados aos APE;
- O provimento de outros quadros comerciais aos Estados ACP que não possam negociar APE.

4ª reunião entre a União Africana (UA) e a Comissão Europeia (CE).
Fotografia de grupo da Comissão da UA e da CE.
© Comissão Europeia

Aproximação UA e EU

*A reunião de Colégio-para-Colégio (C-2-C) dos Comissários da União Europeia (UE) com os seus homólogos da União Africana (UA), em 1 de Outubro, em Bruxelas, aprofundou as oito parcerias da estratégia da UE para o continente lançadas na Cimeira África-UE de Lisboa, Portugal, em Dezembro de 2007.**

Esta foi a quarta reunião entre os 10 Comissários da UA e, nesta ocasião, 21 dos 27 Comissários da UE, que representam uma grande variedade de áreas políticas. O Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, disse que o evento era “uma faceta regular e importante do calendário político que nos permite abordar as preocupações essenciais do dia, ao mesmo tempo que apresenta

Uma faceta regular e importante do calendário político

a nossa acção nos domínios acordados da nossa parceria estratégica, quer se trate de questões ligadas à segurança e à energia, quer às alterações climáticas”. Esta posição seria retomada pelo Presidente da UA, Jean Ping. Todos os Comissários e outros funcionários participantes foram divididos em seis grupos temáticos (ver destaques abaixo), abrangendo todos os domínios da estratégia África-UE. Alguns mais políticos do que outros, como a paz e a segurança, embora os projectos reais sejam equilibrados de modo a financiar a esfera da ciência e da tecnologia (ver artigo separado na secção ‘Interacção’).

Grupo 1: *Desenvolvimento da capacidade institucional, cooperação administrativa e comunicação.* Este grupo examinou como é que a estratégia da África está a ser administrada e comunicada.

Grupo 2: *Assuntos políticos, paz e segurança, governação democrática e direitos humanos.* A UA mencionou tudo o que está a ser feito no Darfur, na Somália, na Mauritânia, nos Grandes Lagos e no Zimbabué, ao passo que a UE falou da sua mediação das crises africanas e das operações de manutenção da paz. A UE explicou o seu conceito de desenvolvimento em estados ‘frágeis’.

Grupo três: *Infra-estruturas, energia, ambiente e alterações climáticas.* Esteve em foco, o “Programa do continente para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África” (PIDA) destinado a dotar o continente de energia, transportes, água e tecnologias da informação e comunicação (TIC) para expandir o comércio e a economia e criar emprego. O mesmo aconteceu com os roteiros respectivos da UE, a parceria de infra-estruturas UE-África e a parceria da energia UE-África – e o seu futuro financiamento. O diálogo incidiu igualmente sobre a promoção da segurança, as normas ambientais e a navegação via satélite na aviação civil africana, bem como sobre a capacidade do novo financiamento da UE para pôr termo à desflorestação.

Grupo quatro: *Assuntos sociais, emprego em função do sexo, migração e saúde.* A agenda da UE para a reunião dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em matéria de saúde foi avaliada pelos parceiros, com destaque para os cuidados de saúde básicos universais para o continente. O Comissário Europeu do Desenvolvimento, Louis Michel, falou dos planos em curso na UE para a criação de um

Estratégia Conjunta da África-UE em Lisboa

- Paz e segurança
- Governação e direitos humanos
- Comércio
- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- Energia
- Alterações climáticas
- Migração, mobilidade e emprego
- Ciência, tecnologia da informação e espaço

Para mais informações:

www.Africa-Union.org

www.eu2007.pt

www.ec.europa.eu/development

Instituto Africano de Remessas, assim como Centros de Informação e Gestão da Migração (ver artigo ‘Interacção’ sobre a abertura do primeiro centro do género no Mali). Ambos os parceiros se mostraram preocupados com o tráfico ilícito de seres humanos e são favoráveis a maior protecção das mulheres e a parigas contra a violência em função do sexo e das zonas de conflito e pós-conflito, recomendando a aplicação imediata da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR) relativa às mulheres, à paz e às medidas de segurança.

Grupo cinco: *Integração regional do comércio e assuntos económicos.* Está em revisão a situação dos APE (ver artigo sobre a 6ª Cimeira ACP), o 'mecanismo de financiamento' de 1 milhar de milhões de euros proposto pela UE para reforçar as explorações agrícolas nos países em desenvolvimento e o recente documento da UE sobre a integração regional em África (ver a edição nº 7 de *O Correio*).

Grupo seis: *Ciência e tecnologia, espaço, sociedade da informação e educação.* O destaque foi para os projectos UA/UE pron-

tos para financiamento na área – os denominados 'projectos-farol'. Sobre a educação, foi dada uma explicação para as iniciativas da UA para o Observatório da Educação e um "Centro Internacional para a Educação das Mulheres e Raparigas de África", ao mesmo tempo que foi examinada a acção da UE na reunião dos ODM no sector.

Uma *Task Force* UA-UE colaborará com algumas das áreas até à próxima reunião C-2-C, que deverá ter lugar em 2009, referem os funcionários da UE. Espera-se que o financiamento

para projectos em estudo seja reforçado, não só pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) mas também pelos Estados-Membros da UE e bancos de desenvolvimento, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Europeu de Investimento (BEI), fundações privadas, autoridades locais, organizações da sociedade civil, organizações internacionais e o sector privado. A Comissão Europeia (CE) gere um programa especial para reforçar as instituições da UA (55 milhões de euros para 2000-2007). **D.P.** ■

* Ver caixa página 8.

SERVIÇO CENTRALIZADO do Mali para a migração

As portas do Centro de Informação e Gestão da Migração no Mali ('Centre d'Information et de Gestion des Migrations' – CIGEM) abriram em 6 de Outubro. Faz parte da estratégia da UE para gerir a migração como uma força para o desenvolvimento. O projecto poderia estender-se a outros países da África Ocidental.

Criado com um orçamento de 10 milhões de euros do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (2003-2008) e com um efectivo de 30 pessoas, este centro pioneiro dará apoio jurídico e ajudará o serviço de procura de emprego e de formação de migrantes que procuram regressar ao Mali, em cooperação com a "Agence Nationale pour l'Emploi des Jeunes" (Agência Nacional de Emprego de Jovens), a "Agence Nationale pour la Promotion de l'Emploi" (Agência Nacional de Promoção do Emprego) e o "Fonds d'Appui à la Formation Professionnelle et à l'Apprentissage" (Fundo de Apoio à Formação Profissional e à Aprendizagem). Espera-se que venha a tornar-se autónomo, prescindindo assim do apoio financeiro da UE. No mesmo contexto, os dados e a informação recolhidos sobre a migração ajudarão o Governo do Mali a elaborar acordos de trabalho com países terceiros que, por sua vez, possam resultar em oportunidades de emprego para malianos noutros países, incluindo na Europa. Outro dos papéis do Centro é examinar as possibilidades de envio das remessas de fundos da diáspora do Mali para o seu país de uma forma menos onerosa. Dos 12 milhões de habitantes do Mali, 4 milhões são migrantes; 3,5 milhões na África Ocidental e 200.000 na Europa, segundo as estatísticas da Comissão Europeia. Espera-se que se estabeleçam relações com Organizações Não Governamentais (ONG) e outros grupos da sociedade civil que trabalham com a migração, assim como outros projectos, como o CODEV-Mali, um projecto comum franco-maliano que ajuda os malianos que desejem regressar ao seu país de origem. O CIGEM surge na sequência da adopção, em 2005, pelos Estados-Membros da UE, do documento "Migração e Desenvolvimento: orien-



tações concretas" em que se considera a migração e a sua contribuição para o desenvolvimento de forma positiva. O pensamento político que pretendia acabar com a demonização da migração foi mais longe numa conferência ministerial subsequente da Euro-África sobre Migração e Desenvolvimento e, em 2007, a migração foi incluída numa das oito 'parcerias' da nova estratégia Europa-África, lançada na Cimeira UE-África de Lisboa, em Dezembro de 2007 (ver artigo anterior no 'Round-Up'). **D. P.** ■

Para mais informações: www.cigem.org

Palavras-chave

Mali; CIGEM; Migração; Diáspora; Estratégia de Lisboa.

Togo: regresso à normalidade

A mais importante conferência internacional de doadores para o Togo, realizada em Bruxelas, em 18 e 19 de Setembro de 2008, marcou a confiança ao governo do Primeiro-Ministro, Gilbert Houngbo. Organizada conjuntamente pelo Governo do Togo, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Comissão Europeia, esta conferência deu a oportunidade a Gilbert Houngbo de subir à tribuna para explicar o processo de reforma do Togo à comunidade internacional após ter ficado “órfão” durante mais de uma década devido à crise política no país.

Entre 1991 e 2005, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) anual médio do país foi apenas de 1,1%, desfasado com o crescimento médio da população de 2,4%. A pobreza afecta dois em cada três Togoleses e, nas zonas rurais, três em cada quarto, disse Houngbo aos jornalistas. A Estratégia de Redução da Pobreza para o período de 2008-2010, foi examinada minuciosamente na conferência. O Primeiro-Ministro Houngbo disse que o seu país continuava a suportar o fardo da grande dívida e indicou algumas das prioridades, como o estabelecimento de serviços de base, a reforma do sistema judicial e da polícia, a melhoria dos serviços de saúde e o incentivo ao investimento privado.

Um acordo político concluído em Agosto de 2006 entre todas as partes conduziu a eleições livres e justas, em 14 de Outubro de 2007. A União Europeia normalizou as relações com o Togo em Novembro de 2006, após 13 anos de interrupção de participação em programas de ajuda regular. Louis Michel, Comissário Europeu do Desenvolvimento, disse que o país tinha respeitado 22 critérios da reforma acordados com a União Europeia. A ajuda de 323 milhões de euros da União Europeia ao país, no âmbito do seu 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento de seis anos (2008-2013), inclui o montante máximo permitido de financiamento opcional para iniciativas de boa governação. Uma grande parte dos fundos do 10º FED para o Togo consistirá, a pedido do país, em apoio orçamental, disse o Comissário Michel, que é um defensor acérrimo deste tipo de ajuda a todos os Estados ACP. O Comissário Michel disse ainda que a ajuda atribuída directamente aos orçamentos nacionais dos respectivos ACP era “um sinal de confiança” num governo e acrescentou: “Temos que deixar de ditar aos nossos parceiros o que eles devem fazer.”

No início deste mandato como Comissário de Desenvolvimento da União Europeia em 2004, 24% da ajuda do FED consistia numa ajuda ao orçamento geral e sectorial dos Estados ACP, disse o Comissário Michel numa conferência de imprensa durante o evento, ao passo que no final do seu actual mandato de chefe da política de desenvolvimento da UE, que terminará no próximo ano, perto de metade da ajuda do FED aos Estados ACP consistirá, sem dúvida, neste tipo de ajuda. O Comissário Michel declarou que será lançada dentro em breve uma publicação da Comissão da União Europeia sobre as vantagens do apoio orçamental. **D.P. ■**

PTU – “Uma OPORTUNIDADE para a Europa”

Panel durante a Conferência OCT, 3 de Outubro de 2008.
Edifício Charlemagne, Bruxelas 2008.
© Debra Percival

Não há respostas “na manga” para o modelo futuro das relações da União Europeia (UE) com os 21 Países e Territórios Ultramarinos (PTU) quando expirar a actual Decisão de Associação Ultramarina em 2013, disse o Director-Geral do Desenvolvimento da Comissão Europeia, Stefano Manservigi, em Bruxelas, em 3 de Outubro, quando discursava na conferência que lançou a reflexão sobre o “Livro Verde” da Comissão Europeia de Junho de 2008, que contém as opções para o futuro.

Posto que as relações de um estilo novo com os PTU ainda têm cinco anos de espera, pode estar na

forja o início da concepção de novas políticas, mas os participantes em Bruxelas chamaram a atenção para os trunfos dos PTU, incluindo a riqueza da sua biodiversidade. Manservigi descreveu os PTU como “pequenos cantos da Europa”, levando uma antena da UE a partes do mundo onde não havia nenhuma. Pensando na ajuda futura, Manservigi também sublinhou a vulnerabilidade dos PTU em termos de alterações climáticas, de actividade sísmica e vulcânica e de tsunamis. “Sabe-se muito pouco do dia-a-dia dos PTU”, disse Marc-Etienne Pinauld, consultor técnico sobre os PTU no gabinete do Ministro do Interior francês, ao acrescentar que há uma “oportunidade para a Europa”. **D.P. ■**



As NOVAS VIRTUDES da governação local

Por Debra Percival e Marie-Martine Buckens

O “local” regressa às grandes estratégias de desenvolvimento, elaboradas tanto pela União Europeia como por outras instituições internacionais como o Banco Mundial. As autarquias locais, considera nomeadamente a Comissão Europeia, devem tornar-se interlocutores privilegiados da cooperação. Significará isso que a cooperação centralizada, de Estado a Estado, morreu? Não, o poder central dos países em desenvolvimento deverá continuar a beneficiar dos fundos dos doadores – designadamente das subvenções pagas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento a título de apoio orçamental, montantes relativamente impor-

tantes, na condição de canalizar uma parte destes fundos para o poder local. O que constitui um desafio duplo: um desafio de transparência e de boa governação não só a nível central, mas também local. Ao qual se adita frequentemente um problema de capacidades – capacidades financeiras e humanas – para as autarquias locais, por maioria de razão se uma parte dos poderes tiver sido descentralizada – tendência que se generaliza a todos os continentes, tendo o Mali, em África, sido um dos primeiros a seguir este exemplo. Mas quem diz governação local, diz também progressão rápida das pessoas colectivas territoriais como as regiões e os municípios, tema tratado pela

Comissão na sua recente comunicação sobre a integração regional (http://ec.europa.eu/development/index_fr.cfm). Tanto no Sul como no Norte. E no Norte, particularmente na Europa, as regiões – como a Catalunha em Espanha – ou os grupos de regiões – como a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa – são figuras de proa de um novo tipo de cooperação com os países do Sul. A governação local é um dos temas centrais das Jornadas Europeias de Desenvolvimento de 2008 (<http://eudevdays.eu/Public/Homepage.php>). ■

Mulheres em plena actividade agrícola, Moçambique |
© Helvetas/Alan Meier

ENQUADRAR um processo em recrudescência

De um lado, as autarquias locais na Europa que decidem passar a parceiro activo na cooperação para o desenvolvimento. Do outro lado, os países em desenvolvimento que decidem cada vez mais jogar a carta da descentralização. Um processo que a Comissão Europeia queria simultaneamente apoiar e enquadrar.



Temos o caso da Catalunha, região frequentemente apontada como exemplo que, no espaço de três anos, duplicou a verba atribuída à cooperação para o desenvolvimento, para atingir 60 milhões de euros em 2007, e tem como objectivo afectar 0,7% do seu orçamento até 2012. Exemplos mais modestos, mas cujo impacto é real: o da cidade francesa de Mulhouse que orienta o município de Majunga em Madagáscar na reconstrução do seu mercado. Ou ainda o da pequena localidade (13.000 habitantes) de Santa Croce Sull'Arno em Itália que montou um sistema de registo de nascimentos nos cinco municípios do Burquina Faso. Até há pouco, a cooperação limitava-se a geminações. A cooperação descentralizada emergiu como uma dimensão nova e importante da cooperação para o desenvolvimento.

“A participação crescente das autarquias locais, os volumes de recursos financeiros mobilizados e a diversidade e o número cada vez maior de interlocutores são de tal ordem que obrigam a qualificar e quantificar esta evolução e a lançar as bases de uma abordagem coordenada”, explica David Johnson, responsável pelas questões de governação e emigração na Direcção-Geral de Desenvolvimento da Comissão Europeia. Dito e feito. No princípio de Outubro, a Comissão Europeia adoptou uma comunicação destinada às demais instituições europeias na qual propunha criar uma estrutura para as autarquias locais como intervenientes na política de desenvolvimento.

> Progressão rápida do Comité das Regiões

No plano europeu, a Comissão propõe a instauração de um “diálogo estruturado”, sob a direcção do Comité das Regiões, incluindo as redes de autarquias locais. O executivo europeu propõe elaborar directivas operacionais para permitir que estas pessoas colectivas territoriais levem a cabo acções complementares às realizadas pela Comissão. Cada vez mais países do Sul, parceiros da UE, estão agora empenhados num processo de descentralização. Um processo complexo que, no entender da Comissão, poderá ser apoiado graças à experiência

das autarquias locais do Norte. É um facto, sobretudo, frisa David Johnson, nos domínios da governação e da democracia locais, bem como na planificação regional, que inscreve o desenvolvimento local num espaço mais vasto e permite promover as sinergias entre o sector público e o privado.

> Uma plataforma para os países ACP

Por fim, para evitar a fragmentação, a duplicação e a falta de dados, a Comissão propõe a criação de uma plataforma de intercâmbio de informações. Lançada em Novembro de 2008, integra, para além do influente Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE) e das organizações não governamentais representadas por Concord, a Plataforma do Poder Local dos Países ACP (ACP-LGP), instituída modestamente em 2001 mas que deverá poder alargar a sua actividade graças a um financiamento da Comissão. A sua missão? “Informar e ligar em rede o poder local dos países ACP, representá-lo em Bruxelas e na Europa, ajudá-lo a reforçar as suas capacidades, mediante apoios técnicos”, explica a sua responsável Lala Elisa Rafamatanantsoa. E prossegue: “A tarefa não é fácil porque as capacidades das pessoas colectivas locais nos países ACP são muito escassas.”

M.M.B. ■

Nas comunidades do Grande Sul malgaxe 2008.
© Marie-Martine Buckens

Palavras-chave

Comité das Regiões; ACP-LGP; Lala Elisa Rafamatanantsoa; autarquias locais; David Johnson; Marie-Martine Buckens.

O elemento EM FALTA

Para as regiões da Europa, a abordagem territorial deve ser cabalmente integrada nas novas políticas de desenvolvimento em gestação.

“É muito importante que as redes de autarquias locais e regionais sejam mobilizadas, sem o que se perderá uma grande parte da eficácia da ajuda ao desenvolvimento”, declara Xavier Gizard, Secretário-Geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM). Xavier Gizard está envolvido há muitos anos em projectos de cooperação com as regiões do Sul. Cita os protocolos de cooperação (17 no total) lançados desde o início dos anos 2000 entre regiões do Norte e do Sul. “É o caso nomeadamente da cooperação entre o arquipélago de Guadalupe e a região da Aquitânia/Bretanha, cooperação que se procura reproduzir no Haiti”, explica. Em Junho de 2006, os presidentes de regiões dos cinco continentes estiveram reunidos nos Açores, na presença de José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, de representantes da OCDE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de examinar as medidas a adoptar para minorar os efeitos nefastos da deslocalização. O movimento segue o seu curso. Em Março de 2007, em Marselha, foi adoptada uma primeira convenção internacional para uma abordagem territorial do desenvolvimento. “A declaração de Marselha foi assinada por 11 redes que representam a voz das regiões a nível mundial.” Quatro redes somaram-se-lhe posteriormente. Nessa sequência, foi criado o Fórum Global de Associações de Regiões (FOGAR), apoiando-se nas estruturas da CRPM, “a ideia é que seja autónomo em 2010”. Por fim, em 2007 em Lisboa, a CRPM e o PNUD encontraram-se com Soulaïma Cissé, Presidente da Comissão da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). O objectivo? Criar uma estrutura de cooperação regional no âmbito da política de desenvolvimento, articulada com o FOGAR. As iniciativas não faltam, estão sempre a germinar na mente do Secretário-Geral da CRPM. Quem diz cooperação para o desenvolvimento, diz também, a tanto obrigam as crises mundiais, cooperação para combater a alte-



Retrato de Xavier Gizard
“Relativamente ao abastecimento alimentar, as regiões estão particularmente bem situadas, umas vez que também têm áreas rurais”.

ração climática e para alcançar a segurança alimentar. Dois domínios em torno dos quais Xavier Gizard pretende mobilizar as regiões. “Quanto à alimentação, as regiões estão em boa posição, posto que incluem igualmente os espaços rurais.” Ora, até à data, prossegue o Secretário-Geral, a Comissão Europeia desprezou a dimensão regional, citando programas como o URB-AL, que favorece o intercâmbio de experiências entre autarquias locais da Europa e da América latina, “programas estes que não estão abertos às regiões”.

➤ Uma política regional invejável

Na sua resposta à consulta lançada pela Comissão Europeia sobre a governação local, a CRPM frisou, pois, a importância da dimensão territorial na política de ajuda ao desenvolvimento: as regiões, escalões infra-estaduais activos, não constam do esquema geral apresentado pela Comissão: falta a instituição regional – quer ela se denomine província, região ou departamento – que, por natureza,

possui uma visão mais profunda e mais global do que todas as perspectivas locais mesmo reunidas. “No exterior da União Europeia não se imagina o que a política regional europeia representa, acrescenta Xavier Gizard. Uma política que dispõe de um orçamento enorme, superior ao da política agrícola comum. Fora da Europa, há muito quem sonhe com ela...” Quanto ao processo de descentralização, encajado em vários países em desenvolvimento, adverte: “De nada vale implementar a descentralização – que é necessária desde que os intervenientes disponham de recursos fiscais congruentes – se ela não estiver associada a uma boa capacidade de animação da estratégia de desenvolvimento.”

M.M.B. ■

Palavras-chave

CRPM; regiões; CRPM; UEMOA; política regional; Marie-Martine Buckens.

APOIO ao governo local QUENIANO com fundos da UE

Vista sobre a aldeia da família Obama, perto de Kisumu, Quênia. Barack Obama, um filho de África para muitos africanos, é o novo Presidente eleito dos Estados Unidos.

© Andrea Frazzetta/Grazia Neri Agency (www.andreafrazzetta.com, www.grazianeri.com)

O Programa de Apoio ao Governo Local e de Redução da Pobreza Rural (RPRLGSP), co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e pelo Governo do Quênia, é um projecto multifacetado destinado a reforçar o papel do governo local e a sua aptidão para prestar serviços. Ao mesmo tempo, o financiamento para projectos de luta contra a pobreza nas comunidades rurais põe as populações em contacto directo com o governo a nível local.

Com 16,4 milhões de euros do 9º FED, o programa, que foi lançado em 2006 e decorre até ao fim de 2009, integra-se no Programa de Reforma da Administração Local do Governo do Quênia (KLGRP) e no plano "Vision 2030" (Visão 2030) que visa transformar o Quênia "num país de médio rendimento capaz de garantir uma elevada qualidade de vida a todos os seus cidadãos até 2030".

O programa destina-se a financiar a assistência técnica ao KLGRP e a aconselhar sobre as modalidades de reembolso da dívida, as medidas para incrementar as receitas e as soluções para a prestação de serviços a nível local. O Quênia tem 175 autarquias locais, muitas delas abandonadas durante mais de 20 anos e registando um volume de receitas muito baixo. Os conhecimentos técnicos adquiridos contribuirão para o processamento eficiente e transparente das verbas para os órgãos de poder local através do Fundo de Transferências para as Autarquias Locais (LATF).

Uma outra vertente do programa, cuja unidade de gestão é dirigida por Wim Eising* da GOPA Consultants, empresa de consultoria alemã especializada em desenvolvimento, é apoiada por 11 conselheiros técnicos que acompanham a actividade autárquica nas zonas rurais no que se refere ao funcionamento das assembleias regionais, câmaras municipais e juntas de freguesia.

► Fundo de Redução da Pobreza

A trave-mestra é o Fundo de Redução da Pobreza que ascende a 5,8 milhões de euros [530 milhões de xelins quenianos (KES)*]. Este apoia actualmente 65 projectos seleccionados em vários sectores para 63 autarquias que se regem por uma gestão financeira rigorosa. Foi lançado em Setembro de 2006 um primeiro grupo de 38 projectos no valor de 518 milhões de xelins quenianos, dos quais 281 milhões são co-financiados pelo FED. Seguiu-se-lhe em Outubro de 2007 uma segunda vaga de 27 projectos (311 milhões de xelins quenianos, dos quais 249 milhões foram co-financiados pela UE). Na generalidade, os projectos abrangem o melhoramento do abastecimento de água e saneamento básico, a construção viária, a reabilitação de estabelecimentos escolares, a agricultura, e a construção de centros de saúde e de mercados (ver caixas).

"Um dos objectivos do RPRLGSP é a difusão dos ensinamentos decorrentes da interacção com as autarquias locais na implementação das intervenções", nas palavras de John K. Waithaka, coordenador do RPRLGSP. Tais informações serão vitais para o governo com vista à prossecução da política de descentralização.

Eric Van der Linden, chefe da Delegação da Comissão Europeia no Quênia, situada em Nairobi, afirmou na edição do boletim de informação

Assembleia regional de Suba – vias de acesso ao mercado

Lançado oficialmente em 7 de Agosto de 2008, o projecto de reabilitação das vias de acesso ao mercado de Sindo é co-financiado pela UE. Nas palavras do representante local Isaiah Odiwour: "Pagamos de boa vontade à assembleia regional as rendas pelo aluguer dos lugares no mercado e os impostos correspondentes na medida em que dispomos de bons acessos e de espaços limpos graças à parceria entre a UE e a assembleia regional de Suba."

Câmara municipal de Awendo – salas de aula

Uma subvenção no montante de 4,6 milhões de xelins quenianos a título do programa permitiu a construção de 10 salas de aula em cinco escolas. O responsável local pela educação fez notar que, desde a instituição do ensino primário gratuito, o número de matrículas tinha aumentado mas as escolas não possuíam instalações suficientes. As salas de aula contribuirão substancialmente para ajudar crianças muito carenciadas, nomeadamente as afectadas pela epidemia da SIDA em virtude da perda de um dos progenitores ou de ambos.

trimestral do RPRLGSP relativa ao Outono de 2008: "Com este programa, a UE contribui para a divulgação de boas práticas em matéria de gestão técnica e financeira de projectos, bem como para o reforço da responsabilização e da transparência nas autarquias locais." **D.P.** ■

* Ver www.acp-eucourier.info para ler uma entrevista com Wim Eising.

** 1 euro = 99,51 xelins quenianos (em 27 de Outubro de 2008)
Para mais informações: www.RPRLGSP.go.ke

Palavras-chave

RPRLGSP; Quênia; governo local; transparência; "Vision 2030"; Debra Percival.

“Se o Estado não mudar, as **REFORMAS DE DESCENTRALIZAÇÃO** perderão uma grande parte da sua virtude”

Entrevista por Marie-Martine Buckens

Considerado como o “pai” da descentralização em África, o maliano Ousmane Sy pensa no assunto há mais de 20 anos, quando em 1987, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o recrutou como perito responsável pelo planeamento regional e local. Em 1993, o governo do Mali encarregou-o de instaurar a reforma de descentralização. Em 2000, foi nomeado Ministro da Administração Territorial e as Autarquias Locais. As suas obras foram galardoadas em 2004 com o Prémio Internacional Rei Balduino para o Desenvolvimento. Desde então, é um conselheiro escutado pelos Estados da África do Oeste e Central (mas também pelo Haiti), no âmbito do seu Centro de Peritagens Políticas e Institucionais na África (CEPIA), criado em 2002. Encontro.



Ousmane Sy. Com a amável autorização de CRPM

Reconhecido como um dos «pais» da descentralização em África, como analisa o estado da governação local em África e no grupo dos Estados ACP?

No contexto geral de crise da gestão pública vigente em África, a proximidade, e portanto a postura local, é um factor de legitimação da governação, dado esta estabelecer uma relação directa entre a necessidade social, vivida no terreno, e a respectiva decisão ou o respectivo serviço público. Uma governação só é boa

se for capaz de ter em conta a diversidade de interesses entre estes grupos de intervenientes que actuam e de construir assim respostas conformes aos valores partilhados. Em geral, são as rupturas de coesão ou de equilíbrio que criam sempre as crises de governação que impedem ou atrasam o desenvolvimento.

A descentralização da gestão pública, isto é a tomada de decisões públicas mais próxima das populações, proporciona múltiplas vantagens: um melhor conhecimento das suas expectativas, uma possibilidade de diálogo directo e, portanto, de uma parceria mais sólida, maior flexibilidade nas respostas às expectativas e um melhor controlo dos gestores públicos exercido pelos cidadãos.

Em África, a acção pública, em geral, e a acção pública local, em especial, estão em crise. Esta crise está ligada à ruptura de coerência entre as sociedades e as instituições de gestão pública. As razões desta ruptura são profundas e vêm-nos – penso eu – do facto colonial que o acesso à independência dos países e a instalação dos Estados-Nações pós-coloniais ainda não conseguiram reabsorver. Uma das razões mais evidentes é a natureza superficial e a falta de enraizamento do Estado e das suas instituições na vida diária das comunidades africanas. Os Estados, as suas instituições e suas administrações “funcionam no vácuo” e só sobrevivem graças às “muletas” que são os financiamentos

e outras ajudas dos mutuantes de fundos. A saída da crise passa pelo enraizamento local. A criação de colectividades descentralizadas e as liberdades administrativas que lhes são reconhecidas no âmbito das reformas de descentralização em curso nos países constituem apenas a primeira etapa deste longo processo.

Contudo, estas reformas surtirão os efeitos esperados se forem inspiradas numa visão política que se articule numa real vontade de mudança. Infelizmente, é muito raro tal acontecer. A descentralização da gestão pública, para criar as condições de uma governação local legítima, é construída actualmente em África mais para monopolizar financiamentos do que numa perspectiva de mudar realmente as antigas lógicas de gestão pública ineficaz, dado ser ilegítima. Se o Estado centralizador, que continua a ser a característica principal da África, não mudar, as reformas de descentralização em curso perderão uma grande parte da sua virtude.

Que soluções existem?

As estratégias que conduzirão à verdadeira mudança no domínio da gestão dos assuntos públicos locais, ou seja a governação local em África, são, sem dúvida, a construção do consenso como base da gestão; a organização das competências e dos poderes e a afectação dos recursos (humanos e financeiros) públicos,

baseando-se na primazia da legitimidade local; e a procura de uma boa articulação entre as diversas legitimidades que coabitam a nível local. Esta questão continua a ser o desafio fundamental da estabilidade das sociedades africanas contemporâneas. Por último, a fixação das construções institucionais (as constituições e outras leis e regulamentos) nas aspirações, referências e vivência das populações africanas.

Quais são os grandes desafios a enfrentar?

Eu pertenço ao grupo daqueles que acreditam que não há um modelo único e universal de boa governação. No meu entender, o primeiro grande desafio para a construção de uma governação local prende-se com a gestão do processo de mudança, que só pode funcionar a longo prazo, dado ser necessário remodelar a nossa maneira de pensar e a nossa maneira de agir. Ora, os projectos de reforma são pensados e executados a curto e médio prazo. Melhor ainda, o respeito dos procedimentos é mais importante do que a realização dos objectivos. É assim necessário reconsiderar os fundamentos e as modalidades de execução da cooperação para o desenvolvimento. A este desafio essencial acrescentam ainda outros

desafios conexos. Trata-se, designadamente, de acompanhar os intervenientes e não lhes impor modelos que terão de se apropriar e ter em conta a sua diversidade.

Na sua política de cooperação, a União Europeia atribui um lugar cada vez mais importante ao apoio orçamental dos países ACP. Será que isso não opera a construção das entidades locais?

Um dos desafios da descentralização nos nossos países é também intensificar a eficiência da utilização dos recursos do orçamento nacional que devem ser transferidos para as colectividades descentralizadas, em função das competências e responsabilidades que lhes são reconhecidas pelas leis e cuja execução lhes compete controlar. No Mali, um dos indicadores considerados para o desencadeamento do “apoio orçamental” é a evolução da percentagem de recursos orçamentais públicos gastos ao nível local.

Alguns especialistas receiam que a concentração nas entidades locais desresponsabilize (ainda mais em determinados casos) o Estado central beneficiário.

Acha que este receita tem razão de ser?

A minha experiência pessoal de gestão pública no meu país e em África bem como as lições daí tiradas, levam-me a pensar que será, pelo contrário, a responsabilização das colectividades locais que permitirá salvar o Estado central em África. Como se costuma dizer: “*Il faut dégraisser le mammouth*”. A ineficácia e os malogros do Estado africano estão fortemente ligados à sua extrema centralização e ao seu carácter paternalista que desresponsabiliza todos os outros intervenientes do espaço público.

Num mundo que se globaliza cada vez mais, a única resposta relevante, perene e previsível à crise do Estado central africano, que está constantemente sujeito às invectivas dos reflexos de enraizamento identitário em direcção das comunidades (sede de todas as solidariedades que salvam e sustentam a vida), é a responsabilização do nível local.

A resposta aos grandes desafios que a África tem de enfrentar, que são a criação de riqueza e de emprego para a juventude africana, passa por uma sensível “redistribuição das cartas” das responsabilidades de execução do desenvolvimento entre o nível central e os níveis descentralizados. ■

À procura de água, Moçambique.
© Helvetas/Sandra Künzle

Palavras-chave

Ousmane Sy; Mali; governação local; Autarquias Locais; PNUD; Centro de Peritagens Políticas e Institucionais na África (CEPIA).

Perigos de uma **DESCENTRALIZAÇÃO** inacabada



Entrevista feita por Marie-Martine Buckens

As colectividades locais só poderão desempenhar o seu papel se o Estado central, que beneficia do maná da cooperação, garantir uma real transferência dos recursos, considera Anne-Sophie Gindroz, directora da ONG Helvetas Mali. Anne-Sophie, que participou na consulta da Comissão Europeia sobre a governação local, chama igualmente a atenção para a criação de parcerias público-privadas que não beneficiam verdadeiramente as populações do Sul.

Acha que uma política de desenvolvimento que tem em conta as instâncias locais é uma resposta adequada aos disfuncionamentos verificados? Se for o caso, em que condições?

Um problema essencial que se verifica nalguns países em desenvolvimento é a concentração dos recursos financeiros a nível central. Trata-se de um efeito induzido do apoio orçamental que se constrói no quadro de uma parceria com o Estado central. Num contexto de descentralização, este tipo de abordagem pode enfraquecer imenso a posição das populações locais, sobretudo se os mecanismos, que deveriam garantir a transferência dos recursos do centro para a periferia, não são funcionais. Os parceiros financeiros terão então de funcionar com sistemas que concentram os fundos ao nível do Estado central, quando na verdade foram transferidas responsabilidades importantes para as colectividades locais. É o que se passa no Mali, onde as competências foram transferidas para as comunas nos sectores da educação, saúde e hidráulica, mas sem transferência concomitante dos recursos. Apesar desta situação, os parceiros financeiros envolvidos na ajuda orçamental continuam a tratar unicamente com os ministérios centrais e a conservar os fundos a nível central. Neste contexto e até que os mecanismos de transferência efectiva dos recursos para o nível local funcionem, os apoios orçamentais ao nível das colectividades descentralizadas deveriam ser uma opção a explorar.

Relativamente ao desenvolvimento, duvida da virtude das parcerias público-privadas. Poderia explicar porquê?

No modelo dominante de desenvolvimento preconizado hoje em dia, há uma forte tendência a promover a privatização, não só das empresas do Estado, mas também dos serviços públicos. Ora, na prática, o quadro de privatização de um serviço público é frequentemente

mal regulamentado para atender aos interesses dos consumidores. O serviço público é então gerido numa lógica comercial em detrimento do interesse público: como o objectivo é gerar lucros, reserva-se o serviço público à procura solvível. É por esta razão que os bairros periféricos são frequentemente mal servidos em água ou electricidade, uma vez que é aí que se concentra a população mais pobre.

Escusado será dizer que, o mais das vezes, são as empresas do Norte que ocupam este nicho de mercado nos países do Sul. Sendo assim, não será a ajuda utilizada pelo país que a concede para favorecer os seus próprios interesses económicos?

Há algum tempo, a *Radio France International* (RFI) anunciou que a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) tinha investido no capital da Veolia, uma multinacional francesa. Esta operação foi apresentada como “um modelo de parceria público-privada capaz de permitir à Veolia beneficiar da experiência da AFD, para se posicionar melhor no quadro das privatizações dos sectores da energia nos países do Sul”. Era então citado o caso do Mali, onde o acordo celebrado com uma grande empresa francesa para a privatização do sector da água e da electricidade tinha sido anulado pelo governo maliano. É um exemplo a evitar doravante graças a este tipo de parceria.

Se o objectivo era partilhar as competências, seria necessária uma tal operação financeira?

O que incomoda sobretudo é o facto de os fundos da AFD estarem agora a ser utilizados para financiar estudos (dirigidos por consultores privados do Norte) que preconizam as medidas de privatização dos serviços públicos do Sul (sem que isso seja acompanhado por um reforço do sector privado local) e para organizar os concursos públicos. Ora, se uma empresa na qual a AFD detém doravante uma parte do capital (isto é a Veolia) apresenta uma proposta, não haverá aqui um conluio de interesses?

A UE está a reexaminar as modalidades da ajuda atribuída aos países em desenvolvimento. Qual é a sua análise deste facto?

A ajuda orçamental, cada vez mais privilegiada e, nomeadamente, pela UE, não é boa nem má em si. Seria sem dúvida um instrumento adequado para negociar com um Estado beneficiário legítimo, que aplicasse uma política de desenvolvimento procedente de um amplo debate democrático e fosse capaz de gerir a ajuda de forma transparente. Mas estas três condições estão raramente juntas. É, portanto, indispensável prever, para além do apoio orçamental, outras modalidades de ajuda. A cooperação descentralizada é uma alternativa interessante e uma resposta possível ao crescimento das desigualdades sociais, apesar da abundância dos recursos materiais e financeiros. Mas pode também reproduzir as incoerências da cooperação internacional, se não intervier num quadro institucional claro e não assentar nos valores de uma parceria recíproca e no respeito da “soberania dos povos”. É necessário trabalhar com um número alargado de agentes do desenvolvimento. O papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil (OSC) poderá assim corrigir em parte certas insuficiências. ■

Palavras-chave

Anne-Sophie Gindroz; Autarquias Locais; Helvetas Mali; Organizações não governamentais (ONG); governação local; parcerias público-privadas; descentralização.

Algodão no Mali.
Com a amável autorização de Helvetas

Giuseppe Frangi*, Andrea Marchesini Reggiani
e Joshua Massarenti

Não DEZ... não CEM... mas MIL ACÇÕES de cooperação internacional



Apesar de o nível da ajuda pública ao desenvolvimento estar a declinar, a Itália pode continuar de cabeça erguida graças aos esforços dos seus órgãos de poder local. Bolzano, Trento e Lombardia são as administrações regionais mais activas na esfera da cooperação internacional "descentralizada".

Osmecanismosdescentralizadosde intervençãoalimentamrelaçõesde parceriaentreórgãosdepodernos hemisférios norte e sul dedicados a erradicar a pobreza e a valorizar as relações humanas. Estas breves palavras resumem os objectivos declarados pela cooperação internacional descentralizada em Itália. Há quem prefira falar em "cooperação territorial", já que são os órgãos de poder local e regional, concretamente as regiões, as províncias autónomas e os municípios, que surgem na linha da frente desta iniciativa. Embora o público, de um modo geral, esteja ainda pouco consciente disso, este movimento transformou-se gradualmente em força motora da política de ajuda ao desenvolvimento em toda a península italiana.

> Os números são eloquentes

A cooperação descentralizada assistiu a um forte período de expansão na década de noventa. Depois do Parlamento Italiano ter aprovado a Lei 49/87 sobre cooperação para o desenvolvimento, as regiões decidiram adoptar legislação para promover iniciativas técnico-administrativas e estruturais de apoio ao desenvolvimento económico, social e cultural nos países do hemisfério sul, incluindo os Estados ACP. Volvidos vinte anos, um estudo levado a cabo pelo semanário nacional italiano, *Vita Non Profit Magazine*, estima que os projectos financiados pela cooperação descentralizada em 2006 ultrapassaram o limiar dos 44 milhões de euros. A Lombardia (5,8 milhões de euros), a Toscana (4 milhões de euros), o Lácio (3,8 milhões de euros), o Piemonte (3,6 milhões de euros) e o Veneto (2,8 milhões de euros) contam-se entre as regi-

ões mais "generosas". Mas o primeiro prémio para a cooperação descentralizada vai para a Província Autónoma de Trento: 10 milhões de euros, dos quais 45 por cento foram canalizados para África! Os esforços de recolha de fundos envidados por Trento são um sinal evidente da vitalidade da cooperação descentralizada, em claro contraste com as dificuldades enfrentadas por Roma há vários anos. De acordo com o relatório sobre política de ajuda ao desenvolvimento publicado em Abril de 2008 pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a percentagem do produto interno bruto (PIB) da Itália destinada à ajuda pública foi inferior a 0,2 por cento em 2007, e corre o risco de saltar a barreira dos 0,1 por cento se o Parlamento aprovar a actual proposta de orçamento para 2009. "A crise económica mundial faz-se sentir", murmura-se em Roma...

É muito cedo para dizer se as regiões, províncias e municípios italianos reduzirão também os seus orçamentos de cooperação descentralizada. Assim vale a pena mobilizar-se em torno dos desafios com que os órgãos de poder local se defrontam. A cooperação descentralizada difere de outras formas de cooperação devido às suas soluções de microdesenvolvimento. Em vez de lançar intervenções que requerem grandes volumes de capital de que não dispõem, as autarquias locais favorecem projectos de pequena envergadura que visem o longo prazo e envolvam a colaboração directa com parceiros locais. A lógica subjacente a este tipo de acção é designada como ascendente (*bottom-up*). A condição imprescindível para este tipo de intervenção é a identificação de problemas com base nas necessidades locais e nos interlocutores locais que as expressam. Cada região, província e município actua seguidamente de acordo

com o seu modelo de cooperação. Na Itália, estes modelos obedecem a quatro tipos: o adoptado pela Lombardia é "aberto" e procura envolver o sector privado; o Veneto, pelo contrário, favorece o modelo "sistémico", que se cinge a actividades regionais concentradas num número muito pequeno de países. A Toscana, pela sua parte, optou pelo modelo "não governamental", para gáudio das ONG. E, por fim, o Piemonte é adepto do modelo "integrado", onde a tónica é posta na sinergia entre autarquias regionais, os interlocutores não governamentais (ONG, universidades, etc.) e os municípios.

Final de contas, a diversidade é uma das principais características da cooperação descentralizada. Por isso, existe uma organização de cúpula como o *Osservatorio Interregionale sulla Cooperazione allo Sviluppo* (OICS) (Observatório Inter-regional sobre a Cooperação para o Desenvolvimento). "Mas há ainda muito por fazer" acrescenta Sergio Marelli, presidente da associação de ONGs italianas. "Na Itália, existe uma grande diversidade de ideias e iniciativas ao nível local que torna difícil compreender quem faz o quê. Mas à luz da desresponsabilização flagrante do Estado italiano, a cooperação descentralizada torna-se um recurso muito precioso..."

* Giuseppe Frangi é chefe de redacção de *Vita Non Profit Magazine*. Para mais informações: www.vita.it

Desenho de Damien Glez (www.glez.org). Capa do número especial que a revista *Vita Non Profit Magazine* dedicou à cooperação descentralizada na Itália em 2007. Com a amável autorização de *Vita Non Profit Magazine*

Palavras-chave

Itália; cooperação descentralizada; regiões; províncias; municípios; Toscana; Veneto; Lombardia; Piemonte; Trento; Osservatorio Interregionale sulla Cooperazione allo Sviluppo (OICS).

A DIÁSPORA e os parceiros naturais dos GOVERNOS LOCAIS



© Centro Policial da Diáspora Africana

Antony Otieno Ong'ayo, coordenador de investigação do Centro Político da Diáspora Africana, sedado em Amesterdão (CPDA), nos Países Baixos, diz que a diáspora do continente – um interveniente de desenvolvimento cada vez mais proeminente como tal – já está a desenvolver laços com os Governos locais nos países africanos e sugere o modo como os doadores podem contribuir para o desenvolvimento de tais parcerias.

Está a examinar a promoção das relações entre a diáspora e os Governos locais nos países ACP?

Sim. Isto baseia-se, em primeiro lugar, na convicção do CPDA que o avanço do conhecimento institucional, a melhoria dos mecanismos de prestação de serviços essenciais em domínios como a saúde e a educação, a melhoria e o reforço das instituições de governação, melhores

processos de democratização e maior facilidade de transferência do conhecimento (fluxo de cérebros) são formas de desenvolvimento que merecem uma atenção política adequada.

Em segundo lugar, o reconhecimento de que as organizações da diáspora estão a começar a lançar projectos que cultivam a sua posição de desenvolvimento de laços estratégicos graças às relações que tecem com instituições e

organizações nos países de acolhimento e nas suas pátrias, formais ou informais. Estas relações tornam-se quadros estratégicos essenciais para reforçar as relações institucionais cujo impacto poderia contribuir para uma melhor governação local.

Em terceiro lugar, é sabido que um número crescente de africanos no estrangeiro está a procurar funções públicas sufragadas por

eleições nos seus países de origem, quer como membros de legislaturas nacionais ou de autoridades locais quer como candidatos presidenciais. São desenvolvimentos que merecem ser analisados para verificar o seu potencial de governação local melhorada.

Como pode a diáspora ajudar a desenvolver a sua capacidade de governação local nas nações africanas?

Através da transferência de competência, experiência e profissionalismo adquiridos com o tempo nos países de acolhimento na Europa e na América. Alguns membros da diáspora na

Ocidente para a África. Isto implica a transferência de valores e de melhores práticas adquiridos e vividos nos países de acolhimento. Trata-se de factores susceptíveis de motivar as comunidades locais a "reempenham-se" na liderança local através da participação popular, e na tomada de decisão consensual, baseada em moldes democráticos através dos quais as comunidades locais possam exprimir-se e contribuir para a agenda do desenvolvimento. O planeamento participativo e a orçamentação são outros exemplos.

Graças às suas redes sociais, a diáspora africana pode mobilizar-se através da comunidade, de associações e grupos da cidade natal para o desenvolvimento da comunidade. As redes podem desempenhar um papel importante na mobilização dos recursos para a manutenção e extensão dos serviços públicos, como as escolas e os hospitais. Através das suas redes de profissionais, investigadores, empreendedores e investidores, a diáspora africana também pode partilhar muita da informação necessária sobre várias questões pontuais que afectam os seus países e as comunidades locais com os seus Governos e os seus homólogos já regressados e desenvolver moldes através dos quais possa utilizar as suas competências e perícia ao regressar ao país, mesmo que temporariamente.

Tem alguns exemplos de eventuais projectos da diáspora em países africanos em que haja colaboração com o Governo local num município africano?

O CPDA tem vindo a documentar-se e a fornecer uma plataforma para que as organizações da diáspora promovam as experiências das organizações da diáspora como agentes do desenvolvimento e das melhores práticas. Por exemplo, a Federação das Associações Franco-Africanas de Desenvolvimento (FAFRAD), que está envolvida na criação de capacidades de desenvolvimento internacional, no desenvolvimento institucional, na governação local e no desenvolvimento de capacidades abrangendo países como o Benim, o Mali e a República Democrática do Congo (RDC); a Fundação Sikaman, que é uma organização ganesa sediada nos Países Baixos, oferece formação, reforço de capacidades e saber-fazer a projectos das comunidades no Gana, e a Rede da Diáspora Queniana e o seu trabalho contra a corrupção, o reforço da sociedade civil e a assistência de emergência.

Poderá a diáspora beneficiar dessa cooperação?

Os benefícios decorrentes dessa cooperação são directos e indirectos, a curto prazo mas também a longo prazo. Primeiro, a diáspora têm relações estreitas com as comunidades locais, nomeadamente os membros, famílias, parentes e amigos que desempenham um papel importante nas vidas destas pessoas através de outras iniciativas como as remessas

de fundos, o capital social, mas também os laços emotivos que moldam o funcionamento normal da maior parte das famílias cujos membros estão na diáspora. Por conseguinte, é provável que a melhoria da governação local beneficie directamente a diáspora em termos de menor dependência. Muitas pessoas na diáspora enviam dinheiro para o sustento das famílias, às vezes por obrigação e, em muitos casos, por necessidade, para sustentar a família imediata e alargada. Essa responsabilidade exerce muita pressão sobre a diáspora, especialmente quando os seus membros são estudantes. Por conseguinte, é provável que a melhoria das condições de vida proporcionada por uma melhor governação e as oportunidades de mobilidade ascensional a nível local reduzam o fardo económico que a diáspora tem de suportar.

Em segundo lugar, poderia haver benefícios directos para a diáspora, caso esteja envolvida em serviços de consultoria ou programas de permuta profissional remunerados, embora neste caso esses benefícios devam ser vistos numa perspectiva mais vasta. Por exemplo, sempre que os seus serviços sejam remunerados, os seus honorários não devem ser exorbitantes, o que implica que o seu envolvimento se inscreva na vontade pessoal de dar um contributo em prol das comunidades locais. Contudo, um benefício indirecto que é muito importante e tem um impacto a longo prazo em muitas vidas aplica-se às comunidades locais, para as quais é necessário melhorar a prestação de serviços e a governação democrática. O envolvimento da diáspora na governação local contribuiria para melhorar a maneira como são tratadas as questões críticas que afectam tais comunidades. Estas incluem os meios de melhorar os cuidados de saúde, a higiene pública, a gestão ambiental, o fornecimento de serviços essenciais como a água, infra-estruturas e estabelecimentos de ensino, entre outros.

Que tipo de financiamento do doador incentiva essas relações?

Para incentivar as relações entre a diáspora e as instituições locais do país de origem, o financiamento do doador tem de ser estruturado e canalizado para um fundo fiduciário multidoadores, que possa financiar actividades de programas específicos orientados para a governação local. Isto teria um impacto específico na governação local aos níveis municipal e do conselho distrital, uma vez que estas são as principais áreas onde as grandes populações em África sofrem de privação e de exclusão social, económica e política.

A outra área importante é o financiamento destinado à investigação e ao desenvolvimento. As colaborações de investigação entre as instituições de acolhimento da diáspora e as instituições de investigação homólogas no país natal poderiam ajudar a fornecer às instituições locais muitos dos conhecimentos

necessários à resolução dos desafios modernos para uma melhor governação. Esta é uma área que poderia criar capacidades e delegar poderes às autoridades locais dos países de origem para desenvolver medidas eficazes e as competências que lhes permitam criar moldes institucionais que melhorem a prestação de serviços. Serviços e infra-estruturas melhoradas permitiriam, subsequentemente, a essas zonas urbanas atrair investimento e competir na economia nacional e global. É também uma área em que os países de origem beneficiariam de trocas e transferências de competências e informação necessárias para a formulação de políticas, geradas pela inovação e a criatividade no processo.

A outra área é financiar redes técnicas de peritos da diáspora africana e redes de acção de cariz político. Por exemplo, o financiamento poderia destinar-se a equipas mistas de peritos

(na diáspora e no país natal) estabelecidas em áreas estratégicas de interesse e de prioridade definidos pela diáspora e pelos governos nacionais para melhorar a governação local. A influência destes sectores e redes é enorme e teria um impacto considerável no tipo de sistema de governação que existe a nível municipal, visto que a barra será colocada suficientemente alta para forçar as autoridades locais a um sobressalto e a satisfazer essas normas.

Por último, o mais importante de tudo é criar um fundo (tipo plano Marshall) capaz de fomentar a auto-suficiência e a sustentabilidade de qualquer actividade financiada pelos doadores, especialmente nas áreas que requerem uma injeção financeira constante. Depender do financiamento dos doadores para as actividades do programa não é sustentável, por conseguinte as instituições locais devem poder ser ajudadas a gerar os seus próprios fundos, o que manteria

os programas existentes ou os recentemente criados. Isto contribuiria igualmente para a propriedade local destas iniciativas e processos, visto que os desafios modernos em termos de governação e de capacidade de resposta institucional às forças globais não exigem uma cultura de dependência como principal factor que determina respostas alternativas às necessidades das pessoas, especialmente nos países em desenvolvimento em África.

D.P. ■

I Pov, *Diáspora*. Com a amável autorização do autor

Palavras-chave

Diáspora; governação local; Antony Otieno Ong'ayo; Centro Político da Diáspora Africana (CPDA); fluxo de cérebros; redes; Federação das Associações Franco-Africanas de Desenvolvimento (FAFRAD); Debra Percival.



FÓRUM MÉDIA E DESENVOLVIMENTO EM UAGADUGU

Palavras, e sobretudo compromissos, da UNIÃO EUROPEIA e da UNIÃO AFRICANA

Hegel Goutier

De 11 a 13 de Setembro de 2008, realizou-se em Uagadugu o fórum Média e Desenvolvimento, organizado pela Comissão Europeia e a União Africana. A característica principal desta reunião, inaugurada pelo Presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, pelo Presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, e pelo Comissário Europeu do Desenvolvimento, Louis Michel, foi o compromisso de tornar as suas conclusões vinculativas para as duas instituições que o organizaram.

O fórum, que reuniu inúmeros profissionais e peritos dos média, tanto da Europa como da África, debateu quatro temas em quatro mesas-redondas: os média e a governação; a liberdade dos média, a luta contra os estereótipos em África e na Europa; e o papel dos média locais. Esta reunião foi organizada com a colaboração da Organização Internacional da Francofonia (OIF), da Commonwealth e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Presidente Blaise Compaoré, embora sublinhasse o papel importante dos média no desenvolvimento, não deixou de estigmatizar o facto de os “média se associarem a situações pouco gloriosas quando servem de canais a causas alheias ao interesse geral, quando os jornalistas abdicam das suas responsabilidades”. Era necessário «corrigir estes males», prosseguiu, e «a África deve dotar-se de uma imprensa suficientemente profissional para reforçar a democracia».

Na sessão inaugural, o Comissário da UE, Louis Michel, sublinhou particularmente que “não vimos com as recomendações daqueles que sabem. As questões valem tanto para os Europeus como para os Africanos e devem responder aos mesmos desafios: financiamento, independência, deontologia, respeito da verdade, defesa em justiça, protecção das fontes, imprensa de opinião ou não, pluralismo...”. Por sua vez, o Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, insistindo embora nos progressos registados, não deixou de sublinhar que, demasiadas vezes, o poder político manifesta uma certa desconfiança perante a imprensa e que “há ainda muito a fazer

para consolidar a liberdade de imprensa e considerá-la um acervo irreversível para o progresso democrático em África”.

A partir das conclusões do fórum, a Comissão da União Europeia e a da União Africana elaboraram um “roteiro” que estas instituições consideram ser uma primeira etapa. A etapa seguinte consistirá em fazer propostas concretas aos Estados-Membros respectivos, nomeadamente sobre o financiamento e a protecção jurídica dos órgãos de imprensa, a promoção de uma imprensa pluralista, a formação dos jornalistas e a luta contra os estereótipos. A curto prazo, será elaborada uma carta dos direitos e deveres dos média, a abertura de um portal pan-africano de todos os média e a criação de um observatório pan-africano dos média.

As conclusões da reunião de Uagadugu serão discutidas na Conferência Mundial do Fórum Global para o Desenvolvimento dos Média, a realizar de 7 a 10 de Dezembro de 2008, em Atenas. ■

Da esquerda para a direita: Blaise Compaoré (Presidente do Burkina Faso), Jean Ping (Presidente da Comissão da União Africana) e Louis Michel (Comissário Europeu para o desenvolvimento e a ajuda humanitária) 2008.
© Hegel Goutier

Palavras-chave

Louis Michel; Blaise Compaoré; Jean Ping; OIF; Commonwealth; CPLP; Uagadugu; Média.



A semente da cooperação ÁFRICA - UE - CHINA

O campo de acção para relações triangulares entre a UE, a África e a China é explorado numa nova comunicação da Comissão Europeia. A comunicação examina de que maneira a China e a UE estão a reforçar individualmente as suas relações com o Continente Africano e apresenta sugestões de diálogo entre as três partes.

A União Europeia e a China partilham determinados objectivos para o continente africano: crescimento económico, integração na economia mundial e realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), gestão de conflitos e manutenção da paz. Tanto a UE como a China definiram recentemente novos parâmetros para as relações com a África: a China e a África concluíram uma nova parceria estratégica numa Cimeira, realizada em Beijing em Novembro de 2006, ao passo que a UE assinou uma nova estratégia UE-África em Lisboa, em Dezembro de 2007, criando “parcerias” em oito áreas (ver artigo no “Round Up”, nesta edição).

A Cimeira China-UE de Beijing, em 28 de Novembro de 2007, foi o primeiro passo para a futura cooperação trilateral. Uma declaração deu em seguida “as boas-vidas a uma colaboração mais prática pelas duas partes graças aos seus respectivos mecanismos de cooperação existentes com a África”. E mais ainda: “As duas partes acordam entre si continuar o diálogo sobre questões africanas e explorar activamente meios e canais eficazes de cooperação entre a China, a União Europeia e a África em áreas apropriadas.”

O novo documento da Comissão, publicado em 16 de Outubro, traça as linhas gerais da futura cooperação trilateral. Ocupam um lugar importante a paz e a segurança, bem como as infra-estruturas. A gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais são outro tema que poderá contar com a participação sugerida da China em medidas como a Iniciativa

de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE), a Aplicação da Legislação, Governação e Comércio no Sector Florestal (FLEGT) e o processo Kimberley, que controla o comércio de diamantes. Outra área é a agricultura e a segurança alimentar, com relevante ênfase no aumento da produtividade no sector, a fim de progredir na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e nas eventuais iniciativas de investigação conjunta em termos de géneros alimentícios, tudo isto no quadro do Programa de Desenvolvimento Global da Agricultura em África (PDGAA), que constitui a agenda a longo prazo do desenvolvimento da África.

> Como?

Para conseguir o efeito de bola de neve, foram determinadas diferentes possibilidades de diálogo, por exemplo, a cooperação com a Comissão da União Africana (CUA), podendo as agências regionais africanas tornar-se possíveis centros nevrálgicos para a cooperação em grandes projectos de energia e comunicações que ultrapassam as fronteiras nacionais. São organizadas reuniões anuais entre funcionários da UE e da China no intuito de coordenar o diálogo, as visitas e o intercâmbio de pessoal recomendado por forma a facilitar aos responsáveis aprenderem uns com os outros. Espera-se que a cooperação com a África esteja na agenda da Cimeira dos Chefes de Estado da China e da União Europeia em Dezembro de 2008.

A grande questão que se coloca agora é saber como manter o ritmo e acelerar o diálogo e fazê-lo funcionar. “A Comunicação desempenha um excelente papel ao alistar algumas áreas de colaboração e ao confirmar o nosso empenho em desenvolver uma parceria que seja benéfica para o desenvolvimento da África, embora, na sua essência, a parte difícil continue a subsistir”, disse Jonathan Holslag, chefe de investigação no Instituto de Estudos Contemporâneos da China em Bruxelas (BICCS), um reservatório de saber europeu em Sinologia. “É necessário que os Estados-Membros [UE] se convençam que precisam agora de construir uma visão mais coerente dos seus interesses em África, se quiserem ser tomados a sério”, acrescentou. Na sua opinião os projectos triangulares devem ser postos em prática o mais rapidamente possível. “Se não agirmos para realizar este objectivo, a comunicação não passará de letra morta.”

“O Ministro chinês do Comércio está muito interessado em obter co-financiamento da UE para uma parte do seu projecto, particularmente se as empresas chinesas tiverem voz no capítulo em termos de execução. Mas esses projectos não serão muito mais do que uma pequena parte da cooperação económica global da China [com a África]”, prevê Jonathan Holslag. **D.P.** ■

Palavras-chave

UE-China; África-China; UE-África-China; Infra-estrutura; ODM; Manutenção da paz; Debra Percival.

UE e China em África

| | UE-África | China-África |
|---|---|---|
| Comércio (total 2007) | <p>232 mil milhões de euros</p> <p>23% das importações da UE provenientes da África são bens manufacturados e 11% são produtos alimentares e agrícolas. A UE é o maior mercado de exportação para os produtos africanos; aproximadamente 85% do algodão do continente e das frutas e legumes são vendidos na UE.</p> <p>Em 2007, o valor das importações de petróleo importado pela UE de África ascendeu a 62,5 mil milhões de euros, dos quais 18,9 mil milhões de euros provêm da África Subsariana. Os principais exportadores de petróleo são a Líbia, a Argélia e a Nigéria. Os Países Menos Desenvolvidos (PMD) da África beneficiam do acesso isento de taxas para "Tudo Excepto Armas" (2001).</p> | <p>53,6 mil milhões de euros</p> <p>71,8 % de todas as importações provenientes de África são combustíveis e petróleo.</p> <p>Em 2007, a China importou 32 % do seu petróleo da África (19 mil milhões de euros dos quais 17 mil milhões provêm da África Subsariana (90%). Os principais parceiros são Angola, o Sudão e o Congo.</p> <p>A China aboliu as tarifas em 450 tipos de mercadorias provenientes de 29 PMD da África.</p> |
| Investimento Directo Estrangeiro (IDE) | Total para 2005 e 2006: 28,124 mil milhões de euros | 6,27 mil milhões de dólares EUA em 2005 (est.) 12 mil milhões de dólares EUA em 2006 (est.). |
| ODA (Assistência ao Desenvolvimento) | 2006: a UE (Estados-Membros e Comissão Europeia) afectou 62% da sua Assistência ao Desenvolvimento à África. | A China não publica números mas estima-se a sua contribuição em 1,5 mil milhões de dólares EUA para o Continente Africano por ano. |
| Manutenção da paz | No âmbito da sua Facilidade de Apoio à Paz em África, o orçamento da UE para a manutenção da paz em África, 2005-2007, foi de 300 milhões de euros e um pacote suplementar de 300 milhões de euros para 2008-2010, permitindo actualmente o financiamento de oito operações a pedido da ONU, da UA ou das nações africanas. | 1300 soldados chineses participam actualmente em todas as missões de manutenção da paz da ONU em África. |

Fonte: Direcção-Geral do Desenvolvimento, Comissão Europeia
Para mais informações sobre a comunicação: http://ec.europa.eu/development/index_en.cfm

Fórum sobre a AJUDA desaponta algumas ONG

EFICÁCIA DA

Considerada um sucesso pelos doadores, mas muito insuficiente por algumas Organizações não Governamentais (ONG), a "Agenda de Acra para a Acção" sobre a eficácia da ajuda aceite pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento no 3.º Fórum sobre a Eficácia da Ajuda, realizado de 2 a 4 de Setembro no Gana, definiu objectivos suplementares em relação aos da Declaração de Paris de 2005, a fim de tornar a ajuda mais eficaz. Organizada pelo Banco Mundial e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), também reuniu instituições multilaterais, fundações privadas e a sociedade civil.

Os compromissos incluem:

- O fornecimento pelos doadores de informação suplementar de 3 a 5 anos sobre os países parceiros da sua ajuda planeada.
- A utilização de sistemas dos países parceiros para a entrega da ajuda em vez dos sistemas dos doadores.
- A ajuda dos doadores prestada em conformidade com os objectivos de desenvolvimento, em vez das suas próprias condições que indicam por quem e quando o dinheiro da ajuda é gasto.
- Uma desvinculação da ajuda significando que os doadores diminuirão as restrições que impedem os países em desenvolvimento

comprar bens e serviços a quem quiserem e onde puderem obter a melhor qualidade ao mais baixo preço.

"As acções acordadas não são suficientemente orientadas por objectivos e prazos concretos", refere Vagn Berthelsen, Presidente da Aliança 2015, uma rede de seis ONG europeias. **D.P.** ■

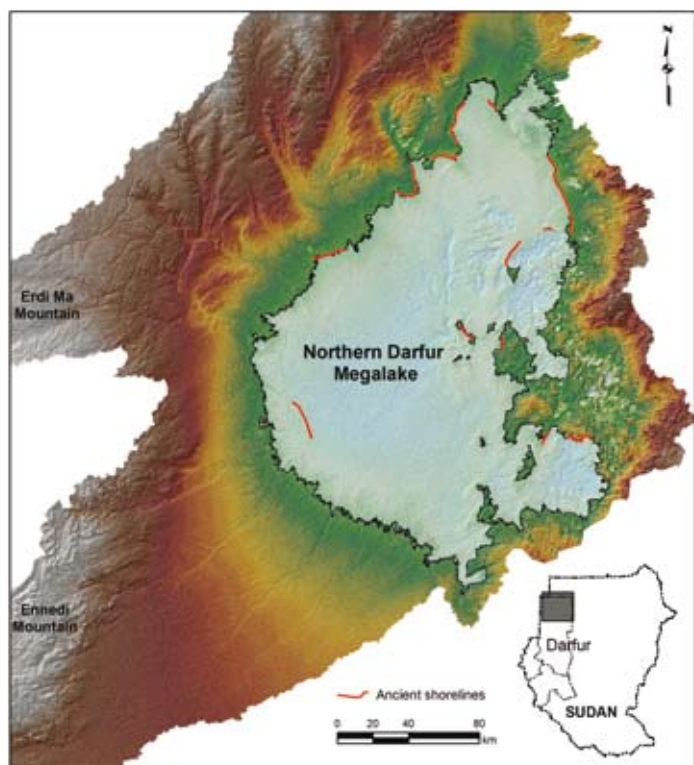
Sítios web:
www.acctrahlf.net, www.Alliance2015.org

Palavras-chave:

Eficácia da ajuda; ONG; Acra; OCDE; Aliança 2015; Vagn Berthelsen; Debra Percival.

OPORTUNIDADES de desenvolvimento da água e energia em África para as PME

A energia e a água em África foi o tema deste ano do Fórum dos Parceiros Euro-Africanos realizado em Lião, França, de 21 a 24 de Outubro, que reuniu pequenas e médias empresas africanas e europeias. Participaram igualmente no evento responsáveis políticos e agências de desenvolvimento de países africanos e europeus. Foi patrocinado, entre outros, pela Comissão Europeia e pela Região Rhône-Alpes da França.



Mapa geográfico do antigo mega lago do norte do Darfur, Boston University Scientists Catalyst for Global Humanitarian Outreach. Com a amável autorização do Center for Remote Sensing (Boston University)

Jean Philippe Bayon, Vice-Presidente da Região Rhône-Alpes, lembrou aos participantes que um terço da população mundial continua a não ter acesso a água potável e que metade desta população habita a África Subsariana. 2,5 milhões de pessoas não têm saneamento. Lembrou ainda que a água é a primeira causa de mortes prematuras e de conflitos actuais e futuros. Abdoulaye Kanté, Director da Agência francesa de Desenvolvimento das Empresas em África, disse aos participantes que os países africanos têm interesses comuns no desenvolvimento do potencial hidroeléctrico do rio Congo para cobrir as necessidades energéticas da África Central.

Os principais temas debatidos incidiram sobre as estratégias e políticas nacionais respectivas das nações africanas relativas à água, à energia solar e às novas tecnologias nos sectores. O bombeamento de água pela energia solar, a electrificação das zonas rurais e a utilização de “créditos de carbono”, para compensar as alterações climáticas, foram outros temas debatidos no evento, sem esquecer o “tópico quente”, que é o desenvolvimento de biocombustíveis (ver caixa “Será o ouro verde da África?”). Uma exposição permitiu às PME participantes exporem as suas mais recentes tecnologias. **D.P.** ■

Prioridades da Parceria Energia África-UE

Em Setembro de 2008, um ano após o lançamento da Parceria Energia África-UE, os Comissários Europeus da energia e desenvolvimento e o Comissário da União Africana da infra-estrutura e energia estabeleceram de comum acordo as seguintes prioridades: modernização da infra-estrutura da energia e interconexões, promoção da electrificação da África, estudo do potencial sustentável da energia renovável, melhoria da eficácia energética e redução dos resíduos.

Será o ouro verde da África?

A Organização Não Governamental (ONG), Mali-Folkecenter, está a explorar com sucesso a utilização de jatrofa para produzir electricidade rural e para distribuição. Colabora com o Ministério das Minas, Energia e Água do Mali no desenvolvimento de tecnologia destinada a essas energias renováveis e com outros parceiros, como por exemplo a Fundação SHGW dos Países Baixos, no desenvolvimento de plantações de jatrofa. A jatrofa não é comestível, mas adapta-se muito bem às terras áridas difíceis ou a parcelas de terreno impróprias para outras culturas, por isso contrariamente a alguns outros biocombustíveis, o seu cultivo está a provocar o interesse em parcelas de terreno que poderiam, sem dúvida, ser utilizadas para cultivar produtos alimentares. Já existem aldeias com electricidade derivada da jatrofa e a Folkecenter está a avançar com tecnologia para a produção contínua de óleo de jatrofa de elevada qualidade (isento de partículas e superiores a 5 microns).

www.malifolkecenter.org

Palavras-chave

PME; Fórum dos Parceiros Euro-Africanos; Lião; Região Rhône-Alpes; Jean Philippe Bayon; Abdoulaye Kanté; Debra Percival.

Andrea Marchesini Reggiani

FONDAZIONI 4 AFRICA:

a nova fronteira da cooperação internacional

FONDAZIONI
4 AFRICA



I O logótipo da *Fondazioni4Africa*.

Pela primeira vez, quatro fundações bancárias italianas – Compagnia di San Paolo, Fondazione Cariparma, Fondazione Cariplo e Fondazione Monte Paschi di Siena – uniram os esforços numa acção humanitária comum no Senegal e no Norte do Uganda.

Desde o ano 2000, quatro fundações bancárias italianas têm apoiado individualmente projectos de desenvolvimento no Sul, protegendo a sua autonomia. Hoje, após uma longa troca de opiniões, decidiram unir as suas experiências para lançarem um projecto comum a favor dos refugiados do Norte do Uganda e das populações rurais do Senegal. A *Fondazioni4Africa* disporá de um orçamento de 10,5 milhões de euros mais 600.000 euros financiados pela fundação Umano Progresso para um período de três anos. As fundações internacionais mostraram-se igualmente interessadas numa iniciativa que poderá eventualmente beneficiar do seu apoio.

A ideia subjacente a este projecto é a subsidiariedade. Cada organização e instituição investe segundo os seus recursos económicos, as suas capacidades de gestão e a competência que adquiriu no decorrer dos anos, não perdendo de vista que o sucesso de um projecto requer um trabalho em parceria.

A *Fondazioni4Africa* foi criada em 2007 com a organização de sessões de trabalho com ONG já presentes no terreno, que punham à disposição das fundações as suas relações privilegiadas com parceiros locais. Juntas, identificaram os sectores e as modalidades de intervenção antes de decidirem pôr finalmente de parte as operações humanitárias de maneira a intervirem em territórios com alguma estabilidade de conducente a um projecto a longo prazo.

O Norte do Uganda é conhecido pela presença de uma rede associativa pobre e pela predominância de agentes institucionais, como o distrito (*county*) e subdistrito (*subcounty*). No terreno, a *Fondazioni4Africa* intervém no quadro de um plano estratégico do Governo ugandês, destinada a incentivar as pessoas alojadas em campos

de deslocados a regressarem às suas aldeias, vilas ou campos de trânsito, com vista a promover a paz e o desenvolvimento nos distritos de Gulu, Kitgum, Amuru e Pader.

O trabalho foi iniciado oficialmente em 1 de Outubro de 2008. O campo de acção implica também, tanto o desenvolvimento das zonas rurais e de actividades económicas, da água, saúde, educação, como a gestão de um ambiente sustentável. O projecto adopta uma abordagem pluridimensional e integrada de desenvolvimento, que os seus promotores consideram ser a mais adequada para vencer os desafios socioeconómicos do Norte do Uganda, fomentando, designadamente, a paz e a reconciliação das populações, o estabelecimento de uma comunidade e estrutura social sólidas e, finalmente, a reintegração dos antigos combatentes (frequentemente crianças-soldados) nas suas comunidades. As principais organizações italianas envolvidas no projecto são a Fundação Africana para a Medicina e a Investigação (AMREF), a Associazione Volontari per lo Sviluppo Internazionale (AVSI) (Associação de Voluntários para o Desenvolvimento Internacional), a Cooperazione e Sviluppo (CESVI) (Cooperação e Desenvolvimento), e o Consórcio CTM – Altromercato (com o objectivo declarado de promover a venda de produtos locais em Itália e na Europa).

Os principais protagonistas de uma segunda iniciativa, iniciada em Novembro no Senegal, são associações de imigrantes senegaleses residentes em Itália. O envolvimento destes migrantes faz parte do conceito de filantropia da diáspora, que é uma nova área de intervenção promovida pelas fundações. A escolha do Senegal não se deve ao acaso: os Senegaleses representam a maior comunidade da África subsariana nas regiões originárias

das quatro fundações italianas. O projecto tem por objectivo melhorar as condições económicas e sociais das populações que vivem em meio rural ou semi-urbano, e isto em sectores essenciais para o desenvolvimento do Senegal, como por exemplo, um turismo responsável, microfinança, pesca, processos de produção, transformação e comercialização de fruta e produtos lácteos.

Esta iniciativa também procura saber quais poderiam ser as formas de ajuda e os métodos de organização mais adequados para assegurar um funcionamento regular dos projectos, no seio dos quais as associações migrantes seriam um factor de desenvolvimento ao mesmo título que as ONG. As primeiras estiveram envolvidas desde a fase inicial de elaboração do projecto, mostrando-se particularmente interessadas no turismo responsável, na promoção de produtos senegaleses típicos, na indústria de transformação pesqueira e, na Itália, em actividades de desenvolvimento da educação, convidando professores senegaleses a leccionar nas escolas e colégios.

Por último, as fundações dão muita importância à possibilidade de conhecer e reforçar a relação entre o fornecimento de fundos e as actividades de microfinança, especialmente num contexto rural. ■

Palavras-chave

Fundações bancárias; Itália; Compagnia di San Paolo; Fondazione Cariparma; Fondazione Cariplo; Fondazione Monte Paschi di Siena; Migração; Senegal; Mundo rural; Norte do Uganda; Refugiados; Conflitos.

Futura Constituição das Seicheles – Brainstorming no PARLAMENTO EUROPEU

Em 7 de Outubro de 2008 foi organizado em Bruxelas pela Comissão Constitucional do Parlamento Europeu um seminário sobre o futuro da Constituição das Seicheles. Entre os intervenientes encontravam-se Jo Leinen, Presidente da Comissão Parlamentar, e Francis MacGregor, Presidente do Tribunal de Apelação e da Comissão de revisão da Constituição das Seicheles, bem como diversos especialistas, entre os quais o Prof. Markus Kutzur, da Universidade de Leipzig.

Foram abordadas, entre outras questões, a extensão da Constituição. Considera-se que um texto curto dá mais liberdade aos juízes encarregados de a interpretar, podendo certos pontos ser mais desenvolvidos do que outros e optando-se assim por uma “precisão de geometria variável”, tal como a Constituição americana. A pertinência da inserção na Constituição do modo de eleição do Presidente da República foi igualmente objecto de debates aprofundados, considerando-se que podia ser útil não fixar rigidamente o regime na Constituição. A isto acrescentaram-se temas como o lugar da jurisprudência da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, bem como das garantias constitucionais contra a discriminação.

Numa entrevista dada ao *Correio*, Francis MacGregor recordou o contexto em que o Presidente das Seicheles decidiu criar uma Comissão para elaborar o projecto da nova Constituição. A que está em vigor, adoptada há uma quinzena de anos por referendo, lançou as bases para o estabelecimento da democracia depois de um período instável. O futuro projecto, que será submetido à opinião popular, é considerado como adaptando-se a um país estável, politicamente enraizado e que tem uma economia relativamente florescente, explica MacGregor.

Foi aberto um vasto debate no interior da ilha do oceano Índico que terminará num referendo popular. Estão a realizar-se diversas consultas, nomeadamente a

países da região, como a Maurícia.

“Será antes de mais o povo das Seicheles a decidir. Mas nós queríamos saber como é que se operou uma mudança destas no exterior. Enquanto responsável da Comissão encarregada da revisão constitucional, abri o debate no interior do país. Considero igualmente apropriado aproveitar experiências externas. E quando o Embaixador das Seicheles em Bruxelas me informou do interesse dos membros do PE pelo nosso exercício, aproveitei logo a ocasião”, acrescentou MacGregor.

As conclusões do simpósio serão tornadas públicas proximamente. **H.G.** ■

Francis MacGregor (a esquerda), Chefe da Delegação das Seicheles e Hans-Gert Pottering (a direita), Presidente do Parlamento Europeu.
© Parlamento Europeu

Palavras-chave

Seicheles; Constituição; Jo Leinen; Francis Mc Gregor; Markus Kutzur.



O ministro costa-marfinense para a integração africana, Amadou Konaré, entrevistado durante a Cimeira ACP em Acra 2008.
© Marie-Martine Buckens

Os APE “no meio da tempestade”

► A Costa do Marfim nega

Amadou Koné quer ser persuasivo: “O meu país, juntamente com o Gana e a Nigéria, desempenha o papel de locomotiva na região, a fim de a elevar.” O ministro costa-marfinense da Integração Africana nega ter feito uma acção isolada ao assinar um acordo APE provisório. Quase sozinho, uma vez que o Gana lhe seguiu os passos. Os motivos? “70% das exportações – sem contar com o petróleo – da África Ocidental para a Europa são provenientes da Costa do Marfim, com um volume de mercadorias na ordem dos 700 milhões de euros. Tendo isso em consideração, será que a Costa do Marfim não teria a obrigação, dada a sua posição na região e perante a sua população, de celebrar um acordo?” O Gana, segundo exportador, à excepção de produtos petrolíferos, tem um volume de mercadorias avaliado na ordem dos 240 milhões de euros, seguido pela Nigéria (sempre à excepção de produtos petrolíferos) com 100 milhões de euros. Amadou Koné nega ter celebrado um acordo contrário aos interesses da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), que agrupa todos os países da África Ocidental que deverão negociar um APE “regional” com a UE. “Na realidade, fizemos com que a nossa região ganhasse tempo, na medida em que

uma cláusula do acordo provisório permite que a ECOWAS prossiga as negociações serenamente.”

► “É preciso mostrar flexibilidade”

“Por agora, os Acordos de Parceria Económica (APE) são contrários ao próprio princípio de justiça.” Exprimindo-se na abertura da cimeira de Acra, a deputada europeia Glenys Kinnock continuou: “A abordagem da Comissão Europeia consiste em apresentar os APE como acordos de comércio livre, realçando a abertura dos mercados e não como ferramentas de desenvolvimento.” Acrescentou que voltamos sempre ao “mantra da reciprocidade, como se a reciprocidade fosse sinónimo de justiça. Os acordos só são justos entre parceiros iguais. Noutras circunstâncias, são contrários à equidade. É o caso neste momento”. Glenys Kinnock estima, por outro lado, que mesmo no meio da “tempestade financeira”, um tratamento diferenciado dos países pobres pelos países super ricos não deveria colocar qualquer tipo de problema a estes últimos. A deputada europeia reivindicou, portanto, um tratamento diferenciado, caso a caso.

M.M.B. ■

A 6ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos 79 países do Grupo de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), que decorreu a 2 e 3 de Outubro em Acra, confirmou: os países ACP têm dificuldade em encontrar uma posição comum sobre os Acordos de Parceria Económica propostos pela Comissão Europeia. Encontro com o Ministro costa-marfinense da Integração Africana, Amadou Koné, cujo país celebrou um Acordo de Parceria Económica (APE) provisório com a UE e comentários de Glenys Kinnock, co-presidente da Assembleia Paritária ACP-UE.

Primeiro, o CARIFORUM

Está encerrado. Após um Verão de incertezas e apesar dos receios expressos pela sociedade civil sobre os efeitos potencialmente negativos de um acordo APE, 13 países do grupo CARIFORUM celebraram, a 15 de Outubro em Barbados, o novo Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia. Cinco dias depois, em Bruxelas, a Guiana fez o mesmo. Duas novas cláusulas que prevêm a revisão do APE de cinco em cinco anos e possibilidades de ajustes em caso de impactos negativos permitiram à Guiana juntar-se ao grupo de signatários. Por seu lado, o Haiti solicitou um tempo de reflexão, argumentando que o seu governo não teve tempo de analisar o conteúdo do APE por ter sido vítima de quatro furacões sucessivos.

Palavras-chave

Amadou Koné; Costa do Marfim; APE; Glenys Kinnock; Gana; Nigéria; Marie-Martine Buckens.

FOTOGRAFIA.

Louros para África



Obras de Malick Sidibé nas fachadas do Parlamento Europeu, Bruxelas, no âmbito da 'Semana africana: o diálogo intercultural' (exposições, espectáculos, encontros culturais, discussões políticas, Parlamento Europeu. Organização: Parlamento Europeu, União Africana, Africalia, Commune d'Ixelles. Bruxelas, 8 - 12 Setembro 2008).
Foto Hegel Goutier

Um dia na vida de Malick Sidibé, Mali, fotógrafo Entrevista de Hegel Goutier

Leão de Ouro para o conjunto da sua obra, Bienal de Arte Contemporânea de Veneza, "Lifetime Achievement Award" do Centro Internacional de Fotografia, Nova Iorque e Prémio Hasselblad de Fotografia, Estocolmo

Naquele dia, Malick Sidibé encontrava-se no respectivo estúdio, à vontade, rodeado pela família. Salvo que o estúdio se deslocou. Recebia modelos no Parlamento Europeu. Não qualquer um: gente bonita, parlamentares, grupos de pressão, visitantes. O Parlamento organizava a primeira semana africana de 8 a 12 de Setembro e era atribuído ao con-

vidado de honra um estúdio onde podia enquadrar os seus modelos e projectar em tempo real as imagens dos mesmos em ecrã gigante. Todos queriam posar para o fotógrafo de talento, jovem com os seus 75 anos, e também aproveitar a sua jovialidade, riso, calor e humor.

Atrás dele, mais de quarenta anos de profissão e mais de quinze anos de celebridade cuja primeira referência importante remonta a 1995 com uma exposição na fundação Cartier de arte contemporânea em Paris. Em 2007, foi o corolário na Bienal de Veneza com a exposição "Think with the Senses Feel with the Mind", onde recebeu o Leão de Ouro pelo conjunto da sua obra. Seguiu-se, em 2008, o

«Lifetime Achievement Infinity Award» do International Center of Photography (ICP). Passando pelo muito invejado Prémio Hasselblad em 2003. Deveríamos assinalar por entre estas referências do percurso do fotógrafo maliano, exposições em lugares de prestígio por todo o mundo como o Museum of Contemporary Art de Chicago, o Guggenheim de Bilbao ou o Kunsthalle de Viena, no total mais de 66 entre 1996 e 2008.

Deste percurso, da sua visão de África, da arte e, sobretudo, da humanidade, Malick Sidibé conversou connosco ao longo de um dia que começou cedo e acabou tarde. Estava encantado, considerando a sua recepção no Parlamento Europeu mais importante do que as outras distinções, sendo a marca do reconhecimento de toda a Europa do valor de África.

Questionário

Caro leitor,
Já faz um ano que O Correio reapareceu com uma nova imagem.
De modo a permitir que respondamos às suas expectativas, gostaríamos que partilhasse as suas opiniões connosco sobre as seguintes questões.
Por favor preencha o questionário na Internet (www.acp-eucourier.info) ou envie-nos o formulário devidamente preenchido para a nossa morada:

Lai-Momo
Via Gamberi, 4
40037 Sasso Marconi (BO)
Itália
Tel: + 39 051 84 0166
Fax: + 39 051 6790117

Para mais informações, pode também escrever-nos para: progetti@laimomo.it

1

Como acede à revista?

- A delegação da UE no seu país
 - A biblioteca de uma instituição de ensino
 - Um amigo
 - Um organismo público
 - Uma empresa privada
 - Uma associação
 - Outro (especificar)
-

2

Como lê *O Correio*

- Cópia em papel
- Online

3

No caso de cópia em papel,
recebe *O Correio*

- Regularmente (de 2 em 2 meses)
- Não regularmente

4

Acha que a disposição da cópia em papel é

- Boa
 - Não muito boa
 - Má
- Porquê _____
-

5

- a O espaço dedicado a estes tópicos é suficiente
- b O espaço dedicado a estes tópicos é insuficiente

- a b
- Países ACP (Relatório de País)
 - Estados-Membros da UE (Descoberta de uma Região da Europa)
 - Cooperação entre países ACP e Regiões
 - Cooperação ACP-UE (Interacção)
 - Cooperação com outros doadores
 - Papel dos intervenientes não estatais e das ONG
 - Cultura
 - Questões de sexo (masculino/feminino)
 - Educação
 - Ambiente
 - Comentários dos leitores

6

Quais os principais motivos por que lê *O Correio*

- Devido à sua profissão ou estudos
 - Para fornecer informações sobre a sua região
 - Para seu conhecimento pessoal
 - Outro (especificar)
-
-
-

7

De que forma é que o conteúdo d'*O Correio* responde às suas expectativas?

- Excelente
- Boa
- Satisfatória
- Má

Porquê

8

INTERNET

Lê a versão online d'*O Correio*

- Regularmente (pelo menos uma vez por mês)
- Às vezes
- Nunca

9

INTERNET

Em que idioma lê?

- Inglês
- Francês
- Espanhol
- Português

10

INTERNET

Qual a sua opinião sobre o design do site?

- Boa
- Satisfatória
- Má

11

INTERNET

Qual a sua opinião sobre a facilidade de utilização do site?

- Boa
- Satisfatória
- Má

12

INTERNET

Qual a sua opinião sobre o conteúdo do site?

- Boa
- Satisfatória
- Má

PERFIL DO LEITOR

13

País de residência

- ACP África
- ACP Caraíbas
- ACP Pacífico
- União Europeia
- Outros

País

14

Sector de actividade

- Instituição nacional
- Instituição internacional
- Instituição da União Europeia
- Interveniente não estatal, ONG
- Embaixada
- Delegação da União Europeia
- Centro de pesquisa
- Autoridade local
- Finanças e banca
- Cultura
- Bibliotecas
- Meios de comunicação
- Educação
- Outro

15

Nível de educação

- Educação primária
- Educação secundária
- Educação secundária técnica
- Universidade ou equivalente

16

Sexo

- Feminino
- Masculino

17

Idade

- 15 a 30
- 30 a 60
- Mais de 60

18

COMENTÁRIOS

Acrescente quaisquer comentários que gostaria de nos enviar

19

Forneça os seus dados para contacto (opcional).

Dados a ser recolhidos: nome da sua organização, site, o seu nome, morada, país, e-mail

"Estou muito emocionado e muito feliz. Temos um provérbio que diz que quando alguém está muito feliz não se deve pedir-lhe que atice o lume porque tem tanta saliva na boca que vai apagá-lo. Tenho poucas coisas a dizer-vos. Depois do Leão de Ouro de Veneza que foi o caminho do reconhecimento mundial e do troféu que recebi na América, o Parlamento Europeu é o corolário."

Veneza, foi apenas no ano passado. Não acha que este reconhecimento chegou tarde, embora aos 75 anos ainda seja novo?

Tudo o que fazes, a tua vida, a tua velhice, é preciso preparar quando és jovem, quando tens forças, vigor e a consciência tranquila. E é com esse espírito de juventude, ainda até aos 80 anos, que deves preparar a tua velhice. É o conselho que dou aos jovens. É preciso construir um sótão e depois só tens de recolher.

Para Sidibé, a vida é só felicidade. Apresenta no rosto um olhar cintilante e prazenteiro e conta a sua chegada à fotografia como num conto de fadas.

Não fiz nada de especial para isso. É a vida. Também nunca estudei fotografia. Só comecei mais tarde. Eu era desenhador. Saí como ourives da "Escola de Artesãos Sudaneses". Foi o desenho que me proporcionou a minha oportunidade. Porque para um africano em 1952, ter um "comandante de cerco", com a ajuda do governador geral, que te escolhe para ir à escola dos artesãos não me conhecendo e não conhecendo os meus pais (perdi o meu pai em 1947) foi um favor único. Nesta escola, descobriram os meus talentos de pintor e desenhador e foi assim que o director me recomendou a um fotógrafo francês, Gérard Guillet-Guignard que procurava um decorador. Estávamos em 1955, tinha 27 anos. Quando viu a minha decoração, pediu que me tornasse no seu primeiro colaborador para a fotografia. Encontrei Guillet-Grignard em 2004, fui vê-lo a Biarritz e fartámo-nos de falar.

A fotografia era algo de novo ou uma conclusão dos artesanatos que praticara anteriormente?

Já estava na imagem. Quando entrei para a fotografia, foi o retomar de algo que vai com o evento, mais mediático. As pessoas vinham ter comigo para serem fotografadas. Nessa altura, anos 58-60, a juventude, sobretudo, mudara. E não foi a política que reuniu os jovens, foi para dançar com a música europeia ou a música cubana. E era necessário fazer imagens para fixar os momentos de alegria da juventude. Era sempre solicitado. Jovens estilistas vestiam as raparigas e estas

vestiram os rapazes. Era necessário estar na praia para dançar o tango, o cha-cha-chá.

O senhor era uma espécie de repórter permanente da vida do seu país, mostra a juventude maliana desta altura como se fosse para um trabalho de arquivo, mas ao mesmo tempo os seus modelos atingem o universal.

Estou contente por ter trabalhado nesse sentido ou que o meu trabalho tenha tido esse resultado. Isso contribuiu para corrigir a imagem que alguns tinham do nosso estilo de vida como estando fora das tendências do mundo. Você viu as fotografias dos jovens a dançar o twist em 72. Fiquei feliz por mostrar que o que se dizia dos malianos e de África, não era verdade. Claro, há infelizes por todo o lado.

Quería fotografar os malianos onde eles viviam, na rua, nas lojas, nas ourivesarias. Estou feliz que, com a evolução do mundo, o meu trabalho seja considerado um arquivo. Que os jovens tenham ar de estar felizes por verem através das minhas fotografias que toda África não era atrasada. Esse atraso, talvez o tivéssemos materialmente, mas psicologicamente já estávamos com o mundo há trinta anos.

Agora tenho um receio desde que a Europa entrou no Mali através da imagem com a noção de arte contemporânea. Com o dinheiro, podem desviar-nos do nosso caminho, digo aos jovens que não tentem seguir o dinheiro, trabalhem como fotógrafos, pintores, sejam eles próprios, o que pensam nas suas cabeças, há que ser feito, não devem seguir as pessoas que querem que façam assim ou que sigam ideias assim e que não lhes convêm.

Para além da fotografia, o que acha do dinamismo da arte no Mali e em África? É um bom momento?

É um bom momento para nós porque se dá agora importância a esta arte que quisemos rejeitar, a esta arte que o africano não quis ver. Era a nossa oportunidade, só tínhamos de fazer arte, fizemo-lo pura e simplesmente. E hoje em dia, os homens com conhecimentos avaliaram, valorizaram esta arte que, afinal de contas, traz dinheiro. No entanto, vimos que o africano está a subir as escadas para formas de arte variadas e vai atingir um alto nível, portanto valoriza-se o que é primitivo. Não devemos voltar ao que foi feito, mas sim continuar a ascensão. ■

Palavras-chave

Malick Sidibé; fotografia; Mali; Malianos; Bamaco; Semana Africana; Parlamento Europeu; Leão de Ouro da Bienal de Arte Contemporânea de Veneza; Lifetime Achievement Award; Prémio Hasselblad; juventude.

No estúdio de Sidibé, no seio do Parlamento Europeu 2008.
© Hegel Goutier



Quando é necessário envolver a CIÊNCIA

Topo das árvores da floresta com céu azul. © Mark Bojovic. Imagem de BigstockPhoto.com

Como estancar a fuga de cérebros do Sul para os países industrializados? Envolvendo-os em projectos no terreno. Resta encontrar o motor da guerra. É o que traz o novo programa ACP para a ciência e a tecnologia (C&T). A artemísia, cujas folhas produzem a artemisina, um antipalúdico eficaz, poderá integrar a lista dos melhores remédios contra a malária. Cada vez mais cultivada, na China, na Índia, no Vietname e na África Oriental, permite que os agricultores melhorem os seus rendimentos. Mas muitos problemas continuam por resolver. A jusante, a Organização Mundial da Saúde demora a aprovar os medicamentos derivados de plantas medicinais, preocupada pela sua eventual toxicidade e o risco de o agente patogénico desenvolver uma

resistência. A montante, trata-se de garantir uma cultura sustentável e de assegurar que as comunidades florestais prossigam a sua colheita. Eliminar estas dificuldades pressupõe a participação de interlocutores de horizontes diferentes: autarquias locais, instituições de investigação e ONG, articulando-as em rede. Pululam outros exemplos de projectos, envolvendo investigadores e técnicos, associados à comunidade empresarial ou à sociedade civil: reduzir a poluição e a congestão do tráfego nos grandes centros urbanos dos países em desenvolvimento, promover, em função das necessidades locais, as energias renováveis como a solar ou a eólica, celebrar acordos comerciais “sustentáveis”, etc. Resta encontrar os financiamentos. É aí que intervém o

programa ACP. Dotado de um orçamento de 35,35 milhões de euros para três anos, tem por objectivo financiar (até 85%) projectos que sigam a metodologia interdisciplinar e permitam aos países ACP formular e lançar políticas de C&T capazes de assegurar um desenvolvimento sustentável e de reduzir a pobreza, fomentando o crescimento económico e a integração progressiva na economia mundial. O programa dirige-se tanto às instituições (políticas e administrativas) como aos centros de investigação, às empresas privadas e às organizações da sociedade civil. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Programa ACP Ciência e Tecnologia; Marie-Martine Buckens.

Lançamento da parceria UE-ÁFRICA para a CIÊNCIA

A segurança alimentar e a expansão da internet figuram entre os seis projectos prioritários identificados pela União Africana (UA) e pela União Europeia (UE) no âmbito da nova parceria estratégica para a ciência, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o espaço.

Reunidos em 1 de Outubro último, Janez Potocnik, comissário europeu responsável pela I&D, e o seu homólogo da União Africana, Jean-Pierre Onvéhoun Ezin, na presença de outros comissários europeus, nomeadamente Louis Michel responsável pelo desen-

volvimento, adoptaram uma declaração comum que enquadra a aplicação da parceria UA-UE para a ciência (a “8ª parceria”, acordada durante a Cimeira UA-UE em Dezembro de 2007 em Lisboa) e descreve 19 projectos de grande envergadura. Acordaram ainda que seis destes projectos eram prioritários

e que beneficiariam de atenção imediata. Esta declaração comum, insistiu a Comissão Europeia, inscreve-se no âmbito do espírito de parceria da estratégia comum euro-africana, que consiste em trabalhar “com” África e não apenas “para” África. Os 19 projectos de demonstração em grande escala (projectos-

farol) foram seleccionados e concebidos pela Comissão da União Africana para satisfazer certas necessidades africanas. Devem ajudar o continente a desenvolver as ciências e as tecnologias para atingir os objectivos das outras parcerias concluídas entre as duas partes: erradicar a pobreza, lutar contra a doença, reduzir o fosso digital, conter a degradação do ambiente e melhorar a competitividade económica.

> Projecto-piloto na bacia do Nilo

Os seis projectos prioritários compreendem dois projectos destinados a melhorar a difusão e a utilização da internet em África ("African Internet Exchange System") e a expandir a rede de alta velocidade para a investigação e o ensino, GEANT, na África subsariana ("Africa Connect").

Dois outros projectos visam ajudar a União Africana a desenvolver os seus recursos científicos. O projecto sobre as bolsas africanas de investigação ("African Research Grants") ajudará a Comissão da União Africana a

lançar um programa-quadro africano para a investigação. No âmbito do projecto sobre a água e a segurança alimentar em África, a bacia do Nilo servirá de caso-piloto para actividades de investigação e demonstração que têm por objectivo lutar contra os problemas de abastecimento alimentar e favorecer uma gestão eficaz da água e do solo.

No domínio espacial, o projecto GMES-Africa (GMES é a sigla de Global Monitoring for Environment and Security) visa reforçar a utilização da teledeteccção por África, principalmente mediante a implementação de sistemas operacionais. Um segundo projecto deverá permitir melhorar as capacidades da União Africana no domínio geoespacial.

Os 13 projectos restantes compreendem, nomeadamente, uma iniciativa africana de *leadership* em matéria de TIC, a I&D para o desenvolvimento das PME africanas e uma iniciativa da UA sobre a alteração climática.

A declaração comum insta os 27 Estados-Membros da UE, os 53 Estados membros da União Africana, bem como o sector privado

e a sociedade civil, a coordenarem a sua actuação nos 19 projectos. Pelo seu lado, a Comissão Europeia compromete-se a que a África participe mais no 7º programa-quadro europeu para a investigação, nomeadamente nos domínios da saúde, do ambiente e do clima, da energia, da agricultura e da alimentação, das tecnologias da informação e comunicação e das aplicações espaciais.

M.M.B. ■

Palavras-chave

I&D; parceria UE-UA; projectos prioritários; internet; GEANT; Marie-Martine Buckens.



Árvores mortas. © Cornet Acuitel. Imagem de BigstockPhoto.com

O Gana compromete-se a **CONTROLAR AS SUAS EXPORTAÇÕES DE MADEIRA** para a UE

O Gana assinou no início do mês de Setembro um acordo de cooperação com a União Europeia para lutar contra o comércio ilegal de madeira proveniente das suas florestas.

Primeiro do género, este acordo determina que o Gana implemente um sistema de traçabilidade da sua produção até 2010, enquanto a Europa – primeiro importador de madeiras tropicais africanas – deverá reforçar os seus controlos fronteiriços.

Fruto de três anos de negociações, este "acordo de parceria voluntária" (APV) é o elemento essencial do plano de acção FLEGT "relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no sector florestal",

adoptado pelo Conselho de Ministros da UE em 2005. No termo deste APV, nenhuma exportação de madeira ganesa para a UE será autorizada salvo se acompanhada de uma licença destinada a garantir a sua legalidade. Em contrapartida, a UE oferece assistência técnica e institucional ao país. Outros países exportadores de madeiras tropicais manifestaram interesse no processo FLEGT. Com a assistência de vários Estados-Membros (Alemanha, Reino Unido, Países Baixos, França), a Comissão Europeia deu

início a discussões informais com países produtores como a Malásia, a Indonésia, o Gabão, o Congo-Brazzaville e, mais recentemente, a República Democrática do Congo. Foram abertas em Setembro de 2007 negociações formais com os Camarões. **M.M.B. ■**

Palavras-chave

FLEGT; acordo de parceria voluntária; madeiras tropicais; comércio ilegal; Marie-Martine Buckens.

R *eportagem*

Ponte sobre o rio Suriname
em Paramaribo 2008.
© Hegel Goutier

SURINAME

Uma reportagem de Hegel Goutier

O Suriname é pouco conhecido. A última vez que foi notícia nos jornais foi no início dos anos 80, quando se deu o golpe de Estado logo a seguir à independência. Tal como o Botsuana ou outros países do Sul.

O que significa que as coisas não estão mal. Sinal encorajador para os verdadeiros curiosos que não querem aguardar a luz verde do operador turístico para irem ver outros sítios.

quatro. O país é considerado como um bom aluno: democracia política aparentemente bem implantada, economia em crescimento, paz social, preocupação com o ambiente. Inscritos no património da UNESCO: o antigo centro da cidade de Paramaribo, com as suas casas coloniais e as suas construções em madeira, entre elas a catedral, a mais imponente deste estilo arquitectónico na América do Sul, que constitui uma homenagem ao Homem; e a Reserva natural do Suriname central, na região de Sipaliwini, que traduz a apreciação da natureza. O país é quase todo coberto por vegetação amazónica. E os operadores financeiros optam pelo turismo verde. É o país por excelência do ecoturismo. Uma opção corajosa e que com certeza vai dar os seus frutos a longo prazo. Não são estas as únicas riquezas do país. É preciso acrescentar a bauxite, o ouro e o petróleo. E a alegria de viver dos seus habitantes. Paramaribo é a cidade das três Guianas onde as pessoas se deitam tarde.

> História de uma fonte de vida de todos os povos

Com os seus 163.000 quilómetros quadrados, o Suriname é um dos Estados mais pequenos da América do Sul. Tem fronteira com o Amapá, Estado setentrional do Brasil, e está situado entre a Guiana, sua fronteira ocidental, e a Guiana Francesa a leste. O Suriname constitui uma bacia com quatro grandes rios que correm do sul para a sua foz no norte e muitos outros que correm em todas as direcções para os países vizinhos.

Foi a Amazónia que antes da colonização deu o nome ao país. Uma precisão ortográfica: o nome correcto é Suriname. É a denominação oficial adoptada pela ONU, incluindo nas línguas estrangeiras. E o nome dos habitantes é "Surinamenses", e não surinamienses, tal como o adjectivo. Na língua *caráiba*, Surin quer dizer "todas as nações"; "ame" é a contracção de *Amazon*, "fonte de vida". Portanto, "terra fonte de vida de todos os povos". As populações ameríndias que viviam nas Guianas denominavam-se "Surinen".

No Suriname, estas populações representam hoje em dia cerca de 500.000 habitantes, dos quais 85% estão concentrados na faixa litoral e cerca de metade na capital, Paramaribo. A estes é preciso acrescentar uma diáspora de 200.000 almas nos Países Baixos. Já não são apenas ameríndios. Muitos chegaram depois. Um dos imediatos de Cristóvão Colombo, Alonso de Ojeda, nas suas peregrinações pouco depois da chegada em 1492 às ilhas das Caraíbas, desceu até à costa do actual Suriname em 1499. Parece que nunca lá pôs os pés. O país era então povoado nomeadamente por caráibos e arauaques ("Arawak" em inglês). Os Arauaques, que eram a população

Fonte de VIDA de todos os povos

O Suriname é um país rico em variedades de etnias e de culturas que vivem, se não em perfeita harmonia, pelo menos com tolerância, cortesia e amabilidade. Prova disso é o facto de a grande mesquita e a grande sinagoga estarem ao lado uma da outra na capital, Paramaribo. Sem um único guarda à vista para proteger qualquer delas: inútil e aparentemente impensável. O sincretismo cultural estende-se por diferentes campos. A língua oficial do país é o neerlandês e o inglês está bastante disseminado, mas a verdadeira língua franca é o sranan, uma língua dos

"negros do mato" ("marrons", descendentes de escravos africanos), rica de variados contributos africanos. É preciso juntar o inglês – o país foi colonizado pelo Império Britânico, que o trocou com os neerlandeses pela cidade de "Nova Amsterdão", hoje Nova Iorque, NY – e oito importantes línguas ameríndias, o sarnami (hindi local), o javanês e outras, como o chinês, português, libanês... O Suriname pode gabar-se de ter sido um dos primeiros países, ou mesmo o primeiro, do subcontinente sul-americano a integrar desde a sua independência ministros ameríndios no seu governo. Actualmente são



Paramaribo, centro da cidade 2008.

© Hegel Goutier

O antigo centro da cidade de Paramaribo faz parte do Patrimônio Mundial da UNESCO, com as suas casas coloniais e edifícios de madeira

Palavras-chave

Suriname; América do Sul; Guianas; Amazônia; Países Baixos; Domingo de Vera; Aruaque; Lord Willoughby of Parham; Desi Delano Bouterse; Ronald

maioritária das grandes ilhas do norte das Caraíbas, foram os primeiros a instalar-se no Suriname, cerca de 500 anos depois de J.C., seguindo-se os Caraíbas meio século mais tarde. Os vestígios de vida na região remontam no entanto a cerca de 10.000 anos.

Os espanhóis, por intermédio de Domingo de Vera, tomarão posse oficialmente do Suriname em 1593. Os holandeses chegaram no início do século XVII. A seguir vêm os ingleses, chegados da vizinha ilha de Barbados e conduzidos por Lord Willoughby of Parham em 1662. Em 1667, os holandeses liderados por Abraham Crijnsen conquistaram o país. No início do século XVIII Paramaribo já estava em crescimento.

O Suriname tornou-se rapidamente uma colônia próspera, com mais de 400 plantações construídas no século XVIII. Estas plantações recorreram naturalmente à mão-de-obra escrava de África. Os escravos do Suriname foram dos mais rebeldes à dominação escravagista. Fugiam em massa das plantações. Estes “negros do mato” e os ameríndios vão estabelecer um relacionamento em que existe ao mesmo tempo distanciamento e não agressão. Os negros do mato vão criar uma nova cultura a partir dos diversos fragmentos trazidos de múltiplas regiões de África.

Depois da abolição da escravatura em 1863, recorreu-se à mão-de-obra estrangeira, nomeadamente da Índia, da Indonésia e da China. Estes trabalhadores contratados asseguraram a substituição nas plantações, tendo a maior parte deles optado por ficar no Suriname no final do contrato. Depois da descoberta das minas de bauxite, a economia surinamense teve um novo desenvolvimento. A seguir à Segunda Guerra Mundial, a contestação independentista tornou-se cada vez mais intensa. Em 1954 foi dado um primeiro passo pelos Países Baixos, que concederam ao território o estatuto de território autónomo. Mas comunidades importantes como os ameríndios e os negros (crioulos e negros do mato) não ficaram satisfeitos. E a independência foi proclamada em 25 de Novembro de 1975, após três séculos de colonização holandesa e duas décadas de autonomia, em detrimento da

comunidade índia do leste, que não queria esta ruptura.

Os choques da democracia não tardaram a manifestar-se. A classe média, principalmente de origem índia, começou a desertar em massa do país para os Estados Unidos, mesmo antes da proclamação oficial da independência. Depois foi a partida dos industriais neerlandeses, que abandonaram as empresas nas mãos de pessoal não qualificado. A tentativa de um “salvador forte” foi o corolário da deterioração inevitável da situação económica e social. Surgiu na pessoa de um jovem oficial, o major Desi Delano Bouterse, que realizou com êxito o seu primeiro golpe de Estado em 1980, utilizando oportunamente a linguagem marxista da época e obtendo a simpatia de grande parte da população surinamense, sobretudo das comunidades negra e ameríndia. Voltou a fazer um golpe de Estado 10 anos mais tarde. Entretanto ficou no poder entre 1980 e 1987, acusado de ter instaurado uma ditadura, de ter deixado executar, em 1982, quinze personalidades do mundo sindical, jornalístico e intelectual. Acabou por ceder à pressão internacional e à rebelião interna e por aceitar a organização de eleições em 1987 e a instalação de um governo democrático em 1988. O golpe de Estado de 1980 conduziu a uma guerrilha dos negros do mato dirigida pelo antigo soldado Ronnie Brunswick, que durou de 1986 a 1989. Em reacção, o exército destruiu muitas aldeias que serviam de retaguarda aos revoltosos. Foi o chamado período da “guerra civil”.

O segundo golpe de Bouterse de 1990 durou um ano. Em 1991, Ronald Venetiaan foi eleito Presidente da República. Um ano mais tarde assinou um acordo de paz com os rebeldes negros do mato e os ameríndios. Desde então o jogo democrático é respeitado. Em 1996, a coligação dirigida por Venetiaan perdeu as eleições. Este regressou em 2001 e foi reeleito em 2005.

H.G. ■

A savana dos judeus

Os primeiros colonos que chegaram ao Suriname eram maioritariamente judeus vindos da Europa e do Brasil. Instalaram-se nas margens do rio Suriname, principalmente num local conhecido como “savana dos judeus”. A primeira grande sinagoga “Bercha ve Shalom” (bênção e paz), cujas ruínas se podem visitar, remonta a 1685.

Reciclar o comunitarismo numa boa prática democrática

O Suriname tem um grande número de partidos políticos constituídos geralmente numa base comunitária ou religiosa. Existem vários partidos hindus, vários javaneses, o mesmo acontecendo com negros do mato, ameríndios e crioulos. Como nenhum destes partidos pode dispor de uma maioria absoluta, agrupam-se em coligações. A originalidade destas coligações reside no facto de se encontrarem em cada uma delas partidos de todas as religiões e de todas as comunidades. E é nestas coligações que aparece a conotação ideológica. Uma será mais liberal, outra mais conservadora. Estas coligações reciclam portanto o risco do comunitarismo dos partidos numa democracia.

O chefe da oposição é actualmente Desi Delano Bouterse, sempre muito vivo e que nunca perdeu grande popularidade, alargando mesmo a sua base eleitoral em diversas comunidades. A coligação que dirige tem possibilidades de regressar ao poder e ele à chefia do país. Mas democraticamente. A reciclagem funciona.

A HISTÓRIA vista pelos AMERÍNDIOS

Henk Tjon é um dos grandes conhecedores da cultura das populações da Amazônia e um especialista das suas línguas. É também um homem de teatro, escritor e investigador. No Suriname é um símbolo do mundo intelectual. Fala-nos do olhar dos ameríndios sobre a sua História.

A História do Suriname, tal como divulgada pelos antigos colonos, estará cheia de falsidades se tivermos em conta as informações transmitidas de geração em geração nas comunidades indígenas. A primeira é que os ameríndios eram demasiado fracos e desfaleciam e foi por isso que se fizeram vir negros de África. Não. Muito simplesmente os europeus ocuparam este país e obrigaram os seus habitantes a trabalhar em condições desumanas. E a revolta estalou desde o início. Quando Alonso de Ojeda chegou à região em 1499, não ficou. Em 1593, Domingo de Vera, recebido dignamente pelo Pyai, rei e ao mesmo tempo líder espiritual da população indígena, agrediu o seu hospedeiro cortando-lhe uma orelha, porque considerou intragável a água que lhe foi oferecida. Mas de Vera e os seus homens tiveram de retirar-se rapidamente. Vários deles perderam então a vida. Depois disso a presença europeia reduziu-se a passagens furtivas. Até à chegada em 1662 de Lord Willoughby, a quem o Príncipe de Gales doou este território. “Outra grande mentira”, indica Henk Tjon. Na verdade, contam os índios, de Vera solicitou aos seus antepassados autorização para

instalar um entreposto. “Ele chegou portanto como uma serpente ao país.” De Vera deixou então entrar sub-repticiamente os estrangeiros em pequenos grupos. Quando o seu artifício foi descoberto, foi expulso. Voltou pedindo perdão e prometendo emendar-se. Foram os holandeses que acabaram por instalar a colónia, mas a luta dos índios nunca parou até à independência em 1975.

Tjoen explica porque é que entre os territórios da América do Sul, o do actual Suriname era para os ameríndios um símbolo a defender a todo o custo. Os índios acreditavam nas virtudes do Deus Sol. A Amazônia era o seu local privilegiado. Ora o Suriname é o local do continente onde já se vêem os raios de Sol quando o astro está situado sobre África. O gavião real (águia harpia), *Anuwana* na língua caráiba, era venerado porque representava o espírito do Sol nascente. É por isso que o Suriname, local de peregrinação para os fiéis do continente, que lhes prometia cama e mesa, adquiriu o nome de “nação de todos os povos”. Para pertencer a esta terra, bastava entregar-se à terra, ou seja, enterar aí o seu cordão umbilical, que estava guardado e protegido muitas vezes desde o nascimento da criança.

Muito antes da chegada de Cristóvão Colombo, o Pyai teve uma visão de enormes pássaros que iriam chegar, trazendo nos seus flancos monstros brancos do mar. Seguir-se-ia um período de 500 anos de morte, guerra e desolação. Haveria sofrimentos e genocídios. E depois os povos libertar-se-iam. O que chocou os índios do Suriname foi que os recém-chegados fossem instalados sem os seus cordões umbilicais, sem darem o corpo à terra. Se não, ter-se-iam tornado simplesmente Surinen. “Como toda a gente”, conclui Tjoen.

H.G. ■

Marcel Pinas “Monumento Afaka”, em memória do negro castanho Atoemoesie, criador, no início do século XX, do vocabulário de comunicação Afaka, alfabeto e ideograma, ao mesmo tempo, constituído por 56 sinais que ainda são utilizados, 2008. © Hegel Goutier

Palavras-chave

Hegel Goutier; Suriname; Henk Tjon; Ameríndios; Domingo de Vera; Pyai; Amazônia.

Ramdien SARDJOE

Vice-Presidente do Suriname

Antigo Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE

Entrevista por Hegel Goutier



Prioridades do Governo para o desenvolvimento do Suriname

É imprescindível que tenhamos que desenvolver o nosso país com a nossa própria energia e as nossas capacidades. Utilizaremos o melhor possível os recursos humanos do nosso próprio país. Estamos a tentar fazer a melhor utilização possível dos fundos, mas para além do financiamento, também necessitamos dos conhecimentos e da tecnologia que actualmente temos de importar. Tomámos medidas para melhorar os salários dos funcionários e sobretudo os das pessoas idosas. Há agora mais facilidades para os sectores da agricultura e das pescas e para a escolaridade das crianças. No interior do país, onde a situação é muito difícil, pode-se obter combustível sem imposto.

Aplicação de políticas de desenvolvimento

Há seis meses, assinámos um acordo com a China para a renovação do asfalto das nossas estradas e a construção de 500 quilómetros de estradas envolvendo contractos com empresas locais. Estamos a construir uma via rodoviária de Norte a Sul numa extensão de cerca de 250 quilómetros. A nossa prioridade é dar às pessoas do interior acesso ao ensino e a outras possibilidades.

Estamos a concentrar-nos nas nossas indústrias turísticas e a progredir no sector mineiro, nomeadamente na exploração de ouro. A capacidade de produção de petróleo melhorou com algumas empresas que agora prospectam projectos ao largo. Estamos igualmente a construir um novo porto para a exportação da produção. A madeira que está a ser explorada vem de florestas sustentáveis segundo critérios específicos, de modo que os impactos negativos da sua exploração serão mantidos no mínimo. Procuramos utilizar

este recurso em proveito do Suriname e de toda a humanidade. A nossa indústria da banana tem melhorado após a recuperação das plantações de banana perdidas há três ou quatro anos.

No sector da saúde, estamos a tentar disponibilizar mais clínicas e mais meios para melhorar o acesso aos serviços de saúde. Devo referir que estamos a dar prioridade à boa governação, com base no estado de direito e nos princípios da democracia e num poder judiciário imune a qualquer tipo de influência.

O Suriname integrado na CARICOM

Apesar das nossas próprias capacidades, dos recursos energéticos e das realizações próprias em matéria de desenvolvimento, o Suriname está também a prestar atenção ao estabelecimento de relações regionais. Estamos no bom caminho para nos tornarmos num membro cada vez mais activo da CARICOM. Também fazemos parte do Acordo de Cotonu entre os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e a União Europeia (UE) e utilizamos o melhor possível o seu Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), tendo aplicado todos os fundos concedidos ao nosso país. Temos também relações bilaterais, em primeiro lugar entre o Suriname e os Países Baixos. Actualmente, estamos a executar a parte final dos fundos disponibilizados pelos Países Baixos em 1975 aquando da independência do Suriname.

Geopolítica e Suriname

Na esfera bilateral, há boas relações entre o Suriname e a China, mas também com a Índia e a Indonésia e com os EUA, França, Brasil e Guiana. A Venezuela está a apoiar a nossa indústria petrolífera.

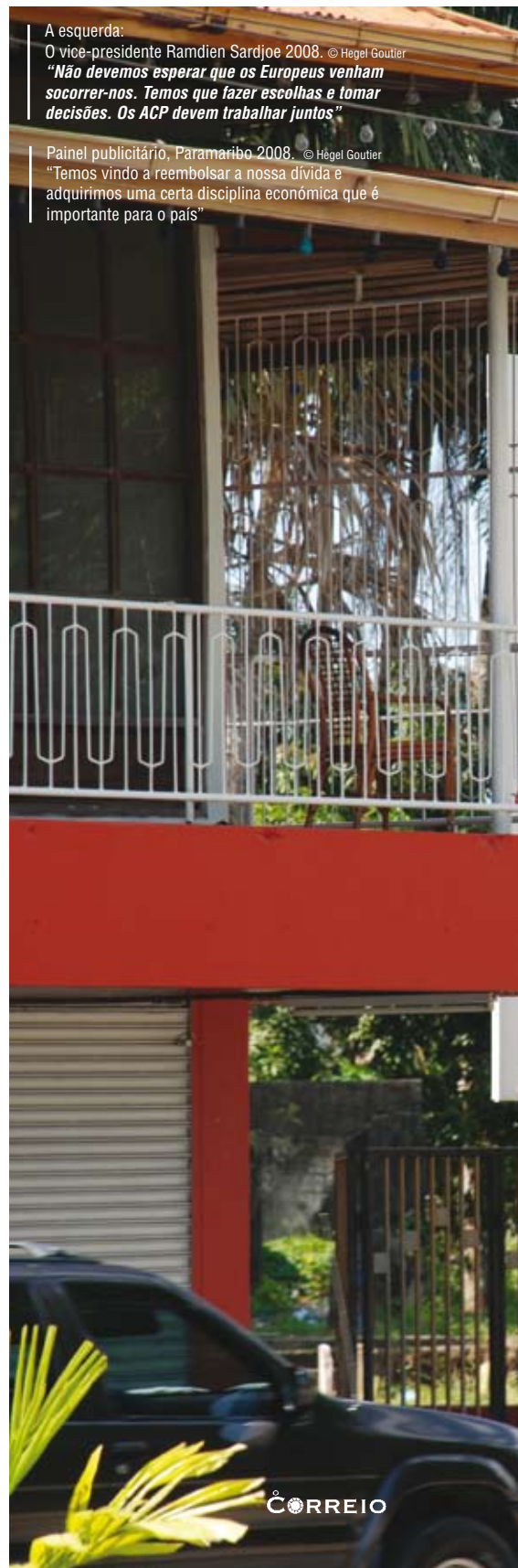
Sobre os APE e porque é que os ACP aceitaram negociar os APE

Na altura em que eu era membro da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE (1998-2005), os países da UE queriam mudar a sua política de desenvolvimento. Fiquei com a impressão que agora estão a recuar no que respeita à responsabilidade dos países da UE com os países ACP, tendo dividido os países ACP em seis regiões para a elaboração de um APE. Estamos na CARICOM e avançamos para os APE. A UE está a ser pressionada por

A esquerda:

O vice-presidente Ramdien Sardjoe 2008. © Hegel Goutier
 “Não devemos esperar que os Europeus venham socorrer-nos. Temos que fazer escolhas e tomar decisões. Os ACP devem trabalhar juntos”

Painel publicitário, Paramaribo 2008. © Hegel Goutier
 “Temos vindo a reembolsar a nossa dívida e adquirimos uma certa disciplina económica que é importante para o país”



outros países. Há diferenças entre os países da CARICOM, mas em geral a CARICOM está a tentar dar passos em frente em matéria de um APE [Nota do editor: em 15 de Outubro, o Suriname assinou um APE com a UE juntamente com os outros 13 países do CARIFORUM]. Outros países ACP não estão, até ao presente, em negociações, mas não têm possibilidades de recusar [Nota do editor: no âmbito do acordo de Cotonu, os Estados ACP

assumiram o compromisso de negociar APE]. Devido à sua situação económica e o interesse em assegurar um novo acordo com a UE, tiveram de aceitar o princípio dos APE. Na altura (2003–2004), quando eu era Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, tivemos de aceitar. Agora, temos que trabalhar juntos para defender os nossos próprios interesses. Não devemos esperar que os Europeus venham socorrer-nos. Temos que fazer esco-

lhas e tomar decisões. Os ACP devem trabalhar juntos. ■

Palavras-chave

Ramdien Sardjoe; Vice-Presidente do Suriname; Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE; FED; APE; CARICOM..

“Em termos económicos, sim, estamos **TRABALHAR BEM**”

Ricardo van Ravenswaay
Ministro do Plano e da Ajuda Externa,
Ordenador Nacional do FED

Entrevistado por Hegel Goutier

Economia do Suriname

As estatísticas do Banco Mundial (BM) apontam para um crescimento de cerca de 8% neste ano. Em 2005, 2006 e 2007, o crescimento rondou os 5%. Isto significa que o crescimento económico é sustentável e que, ultimamente, também houve melhorias no nosso Produto Interno Bruto (PIB). Devido ao nosso desempenho económico, a dívida oficial mantém-se inferior aos critérios internacionais. Temos vindo a reembolsar a nossa dívida e adquirimos uma certa disciplina económica que é importante para o país. Nos últimos dois anos, realizámos um saldo positivo no orçamento nacional, e isso pode muito bem repetir-se em 2008. Por isso, em termos económicos, sim, estamos a trabalhar bem.

Bens principais: petróleo, turismo ou minerais

A maior parte das receitas do país vem das actividades mineiras, a começar pelo ouro e a seguir o petróleo. Com a subida dos preços do petróleo, as receitas do Estado aumentarão rapidamente. Sabemos também que o turismo é um sector com potencial. Segundo as últimas estatísticas, está a aumentar o número de pessoas que visitam o Suriname, provenientes dos nossos vizinhos, como a Guiana Francesa, cujos visitantes vêm sobretudo fazer compras. Visitam-nos igualmente muitos europeus, atraídos principalmente pelo eco-turismo.

A propósito das fraquezas do país, a língua do Suriname é uma língua bloqueada e será isso impeditivo?

Eu não utilizaria o termo “bloqueada”, mas no meu entender, estaríamos muito melhor equipados se tivéssemos o inglês ou outra língua para comunicar com outras pessoas na região, embora a língua, em si, não devesse constituir uma barreira. Os Países Baixos são um bom exemplo. O Suriname deve utilizar muito melhor a publicidade. Durante vários anos, a economia do Suriname desenvolveu-se bastante bem e é importante termos laços mais estreitos com o resto do mundo.

Integração do Suriname na região

Temos tentado integrar-nos na comunidade das Caraíbas, mas temos também examinado a história da CARICOM que é mais um aliado dos antigos membros da Commonwealth dos países anglófonos das Caraíbas. O Suriname e a Guiana são dois países membros das Caraíbas, embora pertençam ao continente sul-americano, o que também torna a nossa situação diferente. É mais importante para o Suriname virar-se mais para sul, isto é, para os nossos vizinhos do Mercosur, Brasil e outros países da América Latina.

Palavras-chave

Ricardo van Ravenswaay; Suriname; Ministro do Plano e da Ajuda Externa; Fundo Europeu de Desenvolvimento; Turismo; Petróleo; Minerais.

Uma PEQUENA economia com ENORME potencial

Joyce van Genderen-Naar*

O Suriname tem uma economia pequena, diversificada, mas com enorme potencial. O seu potencial microeconómico nos últimos cinco anos tem-se caracterizado por um crescimento positivo, ao passo que o seu desempenho macroeconómico reforçou-se nitidamente nos últimos anos. O Governo tem tomado medidas para orientar o país na senda do desenvolvimento económico sustentável.

Durante séculos, o Suriname teve uma economia de plantações com uma estrutura predominantemente agrária. Era uma colónia de plantação de açúcar bem conhecida, descrita por Voltaire em 1759 no seu manifesto *Candide ou l'Optimisme* contra o sistema selvático cruel no Suriname: "C'est à ce prix que vous mangez du sucre en Europe" ("É o preço a pagar para comer açúcar na Europa").

Durante as duas guerras mundiais, no século XX, deu-se uma mudança fundamental na economia mineira. A exploração de bauxite beneficiou a economia de guerra dos EUA. Em 1941, as tropas americanas estiveram estacionadas no Suriname para proteger esta matéria-prima estratégica dos ataques inimigos. 71% das receitas totais do Suriname entre 1941 e 1950 vinham do bauxite. Hoje, 22,5% das receitas do país vêm dos sectores do bauxite, ouro e exportação de petróleo.

Na vertente microeconómica, o Suriname teve um crescimento médio real, nos anos 2000-2005, de 4,4%. Mas o peso económico da produção diminuiu, excepto a produção de alumínio e de algumas indústrias de transformação de alimentos (principalmente relacionadas com as pescas).

Na vertente macroeconómica, o Suriname tem tido um desempenho muito forte nos últimos anos. O reforço da independência do Banco Central e a redução da fragmentação do mercado cambial contribuíram para aumentar o crescimento, baixar a inflação, aumentar a acumulação da reserva internacional e acentuar o declínio da dívida pública como rácio do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Comité Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI). As condições comerciais foram melhoradas cerca de 30% no período 2005-2007, elevando o aumento

real do rendimento a mais de 10%, embora a inflação subisse para dois dígitos em 2007. O crescimento estimado do PIB é de 5,5%, com um sólido desempenho nos sectores mineral como não mineral. O excedente da conta externa foi de cerca de 3% do PIB e as reservas internacionais aumentaram mais de 60%. Prevê-se que o crescimento do PIB acelere para cerca de 7% em 2008, impulsionado por uma rápida expansão da procura interna. No seu plano de desenvolvimento plurianual, 2006-2011, o Governo do Suriname indicou que o desenvolvimento económico do país para os próximos anos teria por base o desenvolvimento económico sustentável. Será prestada especial atenção ao sector agrícola e ao desenvolvimento e tratamento dos recursos minerais. O objectivo é duplicar o PIB per capita até 2020.

O sector mineiro continua a ser o sector económico mais importante do Suriname, liderado pela Suralco, a empresa surinamense de alumínio, ligada à Alcoa (Aluminium Company of America) e a Billiton. Embora o sector mineiro seja uma fonte de receitas em divisas importante para o Suriname, representa pouco em termos de emprego (3,5%). O Suriname tem uma longa tradição de exploração de ouro. Hoje em dia, a empresa canadiana Cambior lidera o mercado da exploração do ouro. A mina de ouro também é uma fonte importante de rendimento para os mais de 20.000 brasileiros que vivem no Suriname.

A produção de petróleo está a subir, explorada pela State Oil Company 'Staatsolie'. Em 2005, a produção ascendeu a 4,4 milhões de barris de petróleo bruto, o que representa um aumento de 5% em relação a 2004. A produção deverá aumentar para 15.000 barris por dia. Os combustíveis são a maior

Dados Suriname*

População: 533.000 (2008)

Taxa de variação anual: 1.5% (2008)

PIB nominal: (US\$ milhares de milhões) 2.347 (2008)

PIB nominal per capita: 4,403 (2008)

Taxa de variação anual: 3.5%

Exportações: (em % do PIB): 31.1 (2005) (das quais a mais importante: Serviços)

Balança comercial: 4.4% (2006)

Balança corrente: (em % do PIB) 2.400 (2007)

Dívida externa: (em % do PIB) 16.3 (2008)

Reservas internacionais: 2.0 (2008)

(em meses de importação de bens e serviços)

Inflação dos preços no consumidor: 4.3 (2008) (taxa de variação anual em %)

*Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

categoria de exportações para os países da CARICOM. A 'Staatsolie' tenciona satisfazer a procura interna total de gasóleo e gasolina do Suriname até 2012.

O sector silvícola do país tem uma capacidade potencial líquida de produção de cerca 2,5 milhões de hectares. Esta área pode produzir anualmente entre 1 e 1,5 milhões de m³ de madeira redonda com um valor mínimo de 40 a 45 milhões de dólares dos EUA.

A agricultura representa agora cerca de 5% do PIB do país e 7,4% das suas exportações. Exporta arroz e vegetais, sendo 50% do seu arroz exportado para a Europa. O arroz e as bananas representam 11,2% do emprego. A indústria da pesca surinamense trabalha principalmente para a exportação. Os seus principais destinos de exportação são o Japão, os EUA, a Europa e os seus vizinhos da CARICOM. As empresas do sector privado do Suriname estão presentes no sector das pescas e empregam mais de 5000 pessoas.

O sector do turismo é um sector económico prioritário de desenvolvimento no Suriname, especialmente o eco-turismo, com uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 8,2%. ■

* Jornalista e advogado (natural do Suriname, radicado em Bruxelas).

À direita:

Jaribaka Estate, banana para deitar fora, uma selecção rigorosa 2008. © Hegel Goutier

"E porque é que a UE ajudou um sector a tornar-se competitivo se era para lhe cortar as asas a seguir?"

Palavras-chave

Suriname; Economia; CARICOM; Bauxite; Recursos minerais; Petróleo; Turismo.

Fundações para o **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:** floresta, turismo ecológico e plantações

Céu limpo com algumas nuvens

O Suriname apresenta nas suas principais opções políticas o ordenamento sustentável do território. Bem colocadas neste ordenamento estão as florestas, as plantações de bananas e o turismo ecológico, três sectores colocados sob a tutela de fundações estatais e que aproveitaram bastante. No entanto com algumas nuvens, sobretudo na floresta.

Q uase todo o território do Suriname é constituído por floresta virgem, cuja gestão está confiada actualmente à "Fundação para a Gestão e Controlo da Produção da Floresta". René Somopawiro é o seu Director-Geral interino e esclareceu o *Correio* sobre a governação para uma gestão sustentável. Dos 14, 8 milhões de hectares de floresta virgem, que representam 90% do território nacional, 4,5 milhões destinam-se à produção de madeira. Actualmente, menos de metade desta superfície é objecto de exploração. Esta é regulada por concessões atribuídas pelo governo até um certo limite de superfície e de duração e para além disso (50.000 a 100.000 hectares durante mais de 10 anos), pelo Parlamento. Por outro lado, cerca de 3% do conjunto da floresta destina-se às comunidades que aí vivem, essencialmente ameríndios e negros do mato ("marrons"). O resto é do domínio público. Foram instalados meios técnicos sofisticados para controlar as fraudes e as irregularidades.

Mas o que as associações de defesa da natureza criticam é o facto de a fundação, aliás mal instalada, não possuir os meios financeiros e técnicos à altura das suas ambições e de ser aguardada sem fim a autoridade prevista desde há 8 anos para a gestão da floresta e que disporia de meios para obter ela própria os recursos financeiros, o que constitui uma condição sine qua non para controlar um sector em que as possibilidades de derrapagem são numerosas.

O Suriname exporta essencialmente dois produtos vegetais: o arroz, produzido por empresas privadas, e as bananas. A produ-

ção de bananas é gerida pela «Fundação para a Preservação do Sector das Bananas» (SBBS), criada em 2002 depois da falência de uma grande empresa que controlava o sector. Esta Fundação, que tem sede na região de Saramacca, paralelamente à plantação gere duas grandes unidades de produção, a "Jaribaka Estate", onde está instalada, e uma outra na região de Nickerie, a noroeste. Desde 2002, a produtividade, mais de 40 toneladas por hectare, foi multiplicada por três. À frente da Fundação encontra-se Philippe Dury, Director Executivo, que é um especialista francês, e o Adjunto do Director Executivo, Pierre Marie Defo, um camaronês, especialista que trabalhou as plantas de forma a conseguir tê-las mais fortes e com melhor rendimento. Este projecto de recuperação beneficiou desde 2001 do Fundo Europeu de Desenvolvimento. O sector das bananas emprega actualmente 2200 pessoas e renderá este ano cerca de 35 milhões de dólares.

O problema neste caso não é interno, mas sim externo. A quantidade a exportar com isenção de taxas para o mercado da União Europeia é limitada, por força dos compromissos assumidos pela União no âmbito da OMC. E o Suriname tem de pagar cada vez mais direitos aduaneiros relativamente às quantidades que excedem a sua quota*. Questão colocada pelo *Correio* ao Director da SBBS: porque é que o Suriname decidiu apostar na banana em 2002, depois do aviso da OMC em Doha, em Novembro de 2001? A resposta é concludente: "E porque é que a UE ajudou um sector a tornar-se competitivo se era para lhe cortar as

as a seguir?"

O ordenamento do território tem igualmente em conta a promoção do turismo ecológico. Muitas estradas previstas para desencravar comunidades do interior também são concebidas nesta óptica. Os programas de ensino de todos os níveis, apoiados por manuais técnicos atraentes e por apoios audiovisuais, foram adaptados para incluir o turismo, a fim de sensibilizar a população e fornecer-lhe as aptidões técnicas necessárias para contribuir para o desenvolvimento do sector. Existem escolas-autocarro que se deslocam às comunidades para ensinar aos particulares que têm de adaptar pavilhões tradicionais para dar resposta às normas necessárias, que têm de preparar alimentos que respeitem as normas sanitárias. Os profissionais do sector, bem como o Director do Centro de Turismo do Suriname, Armand Li-A-Young, não regatearam elogios sobre as escolhas do governo. Neste sector parece que o céu não tem nuvens. **H.G.** ■

* No novo APE com o CARIFORUM, as bananas do Suriname podem estar incluídas na quota da UE e livres de direitos aduaneiros, embora um novo desafio surja no corte tarifário, proposto pela UE, para as bananas da América Central (ver este assunto na página 29).

Palavras-chave

Hegel Goutier; Suriname; arroz; banana; floresta; turismo; René Somopawiro; SBBS; Jaribaka Estate; Philippe Dury; Pierre Marie Defo; Armand Li-A-Young.

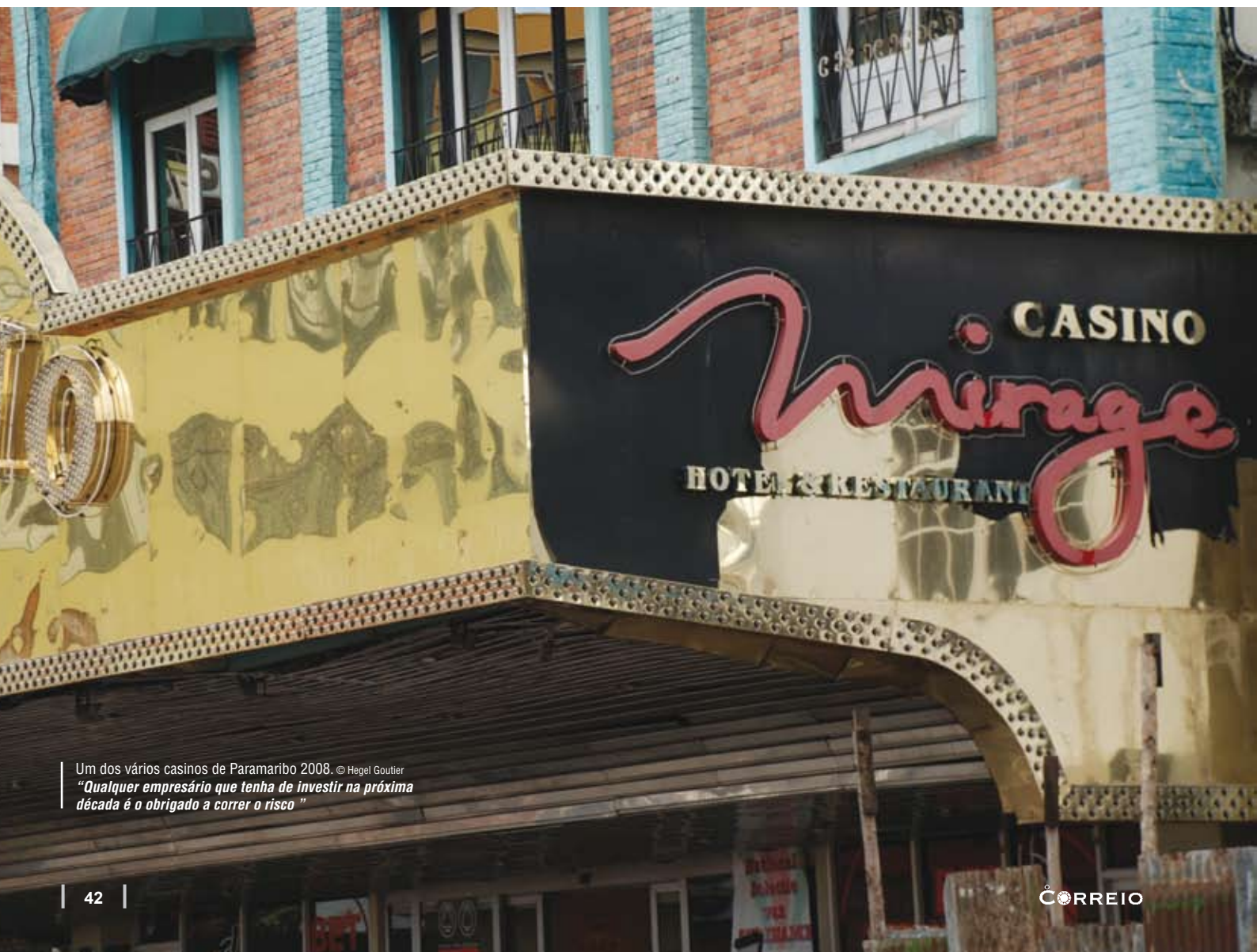
Boa situação económica mas demasiada burocracia e comunitarismo segundo a Câmara de Comércio e da Indústria

Segundo Robert L. A. Ameerli, Presidente da Câmara de Comércio e da Indústria, a situação económica do Suriname é estável e boa, mas critica a penosa burocracia estatal que as empresas têm de enfrentar. Sublinha que a maior parte do crescimento económico assenta na bauxite. Acusa o governo de ter utilizado os lucros provenientes dos preços elevados das exportações de minério, bauxite, ouro e petróleo para empregar demasiados funcionários. “Portanto,

não é um governo produtivo” – admoesta. Entre outros problemas, salienta as dificuldades burocráticas da atribuição de direitos de ocupação do solo. Isto afecta significativamente vários ramos da indústria. Quanto a isto, da parte do governo “há muitas palavras, mas pouca acção”. Não existe uma verdadeira planificação do desenvolvimento do país criada de forma concertada pelo poder público e o sector privado. E um empresário que tem de investir durante os dez anos seguintes corre

forçosamente riscos. “É um grande feito sobreviver nesta situação.”

O Sr. Ameerli reconhece que o governo fez um bom trabalho na expansão das infra-estruturas e das estradas. Mas para fazer um julgamento: “Não há planeamento do desenvolvimento, mas desenvolvimento sem planos.” Qual o motivo? “Manter-se no poder porque todas as comunidades têm de receber uma fatia do bolo. ‘Se não der isto à minha região, deixo o gabinete.” **H.G.** ■



Um dos vários casinos de Paramaribo 2008. © Hegel Goutier
“Qualquer empresário que tenha de investir na próxima década é o obrigado a correr o risco”



Proximidade única entre uma mesquita e uma sinagoga em Paramaribo 2008. © Hegel Goutier
 “A proximidade da Grande Mesquita e da Grande Sinagoga na capital Paramaribo é apenas um exemplo do grau de tolerância.”

Um certo equilíbrio entre boa governação e preconceitos COMUNITÁRIOS

Os partidos políticos no Suriname contam-se por dezenas. Cada comunidade étnica e cada confissão religiosa dispõe de um conjunto de partidos. Qual é o impacto deste comunitarismo na democracia e na boa governação? Em princípio devia ser negativo, mas na realidade, se é verdade que existem pequenos desvios, o sistema conseguiu encontrar uma estabilização que lhe permite uma boa prática da gestão do Estado.

Os pomos de discórdia entre as comunidades podem ser muitos no Suriname. E no entanto a discórdia é contida e tudo se resolve através da discussão e de um subtil equilíbrio do poder político. Houve o golpe de Estado e a guerra civil, mas nessa altura as comunidades não se opunham umas às outras. Desi Delano Bouterse, que promoveu o golpe e que é actualmente o líder da oposição, esteve sempre à frente de um partido transcomunitário. Encontrou continua a encontrar os seus apoiantes e partidários em todos os grupos étnicos e religiosos do país. As derrapagens do seu governo foram noutras questões.

Hans Breeveld, politólogo, professor da Universidade Anton de Kom do Suriname, explica-nos que a nível do cidadão médio, tanto nas empresas privadas como na administração, existe uma propensão para escolher como colaborador alguém do seu grupo, seja javanês, hindustani, negro do

mato, ameríndio, chinês ou outro. A nível governamental, a situação é mais complexa. Cada um observa a atitude do colega. Breeveld considera que “oficialmente, existe uma boa harmonia ao nível superior, dos líderes dos partidos, mas os funcionários olham para os interesses do seu grupo étnico e observam quem ‘contrata muita gente que se parece consigo’. Nas coligações encontra-se um equilíbrio multiétnico entre partidos constituídos segundo bases étnicas, com uma excepção importante, o partido de Bouterse”.

Mas o equilíbrio do sistema assenta num jogo subtil no meio de um complexo de partidos políticos. Por exemplo, na coligação New Front (NF), que ganhou as últimas eleições, figuram nomeadamente o Partido Nacional do Suriname (NPS) do Presidente da República, Ronald Venetiaan essencialmente *africano*, mas com muitos líderes brancos ou mulatos, apesar de ele tentar recrutar nas outras comu-

nidades desde há cerca de uma década; o partido do Vice-Presidente Ramdien Sardjoe, o Partido Reformista Progressista (PRP) hindustano e um partido javanês, o Pertjaja Luhur (PL). Em cada ministério acaba geralmente por se encontrar um certo equilíbrio entres os departamentos. Tudo isto resulta num sistema bastante subtil, que garante uma boa governação global, apesar de ou graças a pequenos preconceitos harmoniosamente disseminados.

H.G. ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Suriname; Hans Breeveld; Universidade Anton de Kom do Suriname; comunitarismo; Ronald Venetiaan; Ramdien Sardjoe; Desi Bouterse; Partido Nacional do Suriname; New Front; Partido Reformista Progressista; Pertjaja Luhur.

Apatou (Guiana Francesa), povoada em grande parte de negros castanhos do Suriname 2008.
© Hegel Goutier

DESCOBERTA

A natureza como património

A floresta virgem amazónica está quase intacta no Suriname, com os seus longos rios com percursos tranquilos interrompidos bruscamente por rápidos, as suas quedas de água, os seus animais selvagens. Se os aluviões transportados para o mar não deixam espaço para praias de areia fina, as margens dos rios e dos lagos conseguem-no. E as cidades, todas com uma dimensão humana, convidam para passear e a afabilidade de uma população multicolor é um convite à curiosidade e à cumplicidade.

Desde o início dos anos 70, antes da independência do país e antes da moda ecologista, tinha sido adoptada a orientação para um turismo da natureza. Actualmente, cerca de cinquenta operadores turísticos propõem todos os dias uma série de passeios, de excursões, de aventuras e de escapadas, mesmo para os países vizinhos, a Guiana Francesa ou o Brasil, que juntamente com o Suriname oferecem o “primeiro produto turístico combinado da Amazónia”.

O primeiro contacto com o Suriname faz-se com as cores especiais do céu da Amazónia, sobretudo ao final da tarde, quando chegam os voos internacionais, e no Outono, antes do período das fortes chuvas, na altura em que as tempestades alternam com o bom tempo, colorindo o firmamento com uma mistura espectacular de cores avermelhadas e de cinzentos sombrios.

Antes de partir ao encontro da natureza selvagem, mais vale mergulhar nas fantasias de Paramaribo: mais um cenário de filme romântico do que uma grande cidade, com as suas construções coloniais e residências opulentas dos séculos XVIII e XIX e sobretudo as suas casas de madeira saídas de um conto de fadas. Todas brancas, ornadas apenas com alguns vãos de janela pintados de escuro, muitas vezes dispostas em áreas ou vielas em

crecente, como uma litania sem fim.

E visitar as cidades da zona costeira. De Paramaribo a Nickerie, na fronteira com a Guiana, desfilam os patrimónios culturais dos povos que constituem o país. Mesquitas dos habitantes de origem indonésia, aqui designados por javanese, templos indianos dos ‘hindustani’, magníficas pequenas igrejas em madeira de diferentes confissões cristãs: anglicana, católica romana, morávia... Começa-se por atravessar o distrito de Warnica, com as suas plantações de legumes. E o rio Saramacca à entrada do distrito com o mesmo nome, com Catarina Sofia, muito graciosa, pequena cidade dominada pelos javanese, com os seus cemitérios com telhados sobre os túmulos, porque os mortos também precisam de sombra. Não muito longe, a primeira sinagoga do país na chamada Savana dos Judeus (“Jodensavanne”).

Entre Saramacca e Coronie estende-se um grande espaço selvagem, onde os macacos, as anacondas, os ocelotes e outros animais selvagens atravessam de repente a estrada. Coronie é a região dos descendentes dos ingleses, mas também de javanese, de negros do mato e de mestiços sino-negros. Vale a pena visitar a reserva marinha de Bigipan, quanto mais não seja pelas suas populações de pássaros de 120 espécies diferentes. É a região dos arrozais a perder de vista, atravessados por canais também sem fim, e dos polders. É a região plana tropical. Vivem aí sobretudo hindustani, perto de três quartos da sua população. Não deixe de visitar a pequena cidade de Groot Henar, com as suas passagens sobre os pequenos canais diante de cada uma das pequenas casas de pescadores e de cultivadores de arroz. A cidade de Nickerie, capital da região, apesar do seu porto importante, tem sobretudo o encanto de uma cidade de província cheia de energia.

Na direcção da fronteira com a Guiana Francesa, para oeste, se a excursão começar de manhã bem cedo, admiram-se os primeiros raios de sol a romper a névoa romântica por cima da ponte suspensa sobre o rio Suriname, à saída de Paramaribo e que oferece uma das melhores vistas da capital. A cidade de Moengo, no Commewijne, onde habita o pessoal da mina de bauxite, é uma cidade limpa, com os seus relvados floridos diante de belas residências, os seus campos de ténis, as suas piscinas, campos de basquetebol e ginásios. Mistura de região plana holandesa e Miami Beach e cidade da Florida.

Chega-se ao rio Marrowijne pela cidade de Albina, face a St-Laurent da Guiana. A partir daí, o melhor meio e mais rápido para descobrir a natureza selvagem do Suriname é descer o rio cem a duzentos quilómetros num rápido que muda constantemente de direcção consoante os bancos de areia.

Do lado francês, a paragem em Armina permite estar numa cidade povoada de ameríndios que dividem o seu tempo entre as duas margens, com o acordo tácito dos dois países, reconhecendo-lhes o direito à continuidade do seu território. Do lado surinamense, vale a pena parar nas aldeias dos índios Patamaka, Langatabiki ou Bigiston, para comprar as suas jóias ou os seus amuletos e nas aldeias de negros do mato como a de Lemikibond, onde os artesãos constroem os rápidos que deslizam pelo rio. **H.G.** ■

Palavras-chave

Floresta amazónica; Suriname; turismo; Hegel Goutier.



ARTE. INSTITUTO NOLA HATTERMAN

História de um viveiro artístico à imagem da sua apaixonada criadora

Rinaldo Klas, Director do Instituto Nola Hatterman, um espaço artístico, ao mesmo tempo escola e museu, instalado em Paramaribo numa bela casa senhorial na margem do rio, contou-nos esta história. É antes de mais a história da vida e da obra de uma mulher de paixão. Jovem pintora holandesa, Nola Hatterman, seduzida pelo encanto da Guiana Holandesa, vendeu todos os seus bens para se instalar aí e criar uma escola, a "Nieuwe School voor Bilden Kunsten" (NSBK), numa parte da sua residência. Com uma ideia simples: devia ser permitido a todos os jovens de qualquer país estudarem uma disciplina artística a um nível elevado.

Nola recrutou um primeiro grupo de 4 estudantes. Rinaldo Klas fez parte do seguinte. A escola ensinava nomeadamente pintura, caligrafia, escultura e filosofia, num curso de 4 anos. A admissão era feita exclusivamente com base no talento. À saída, pelo contrário, os candidatos recebiam um diploma de estudos superiores. Vários viriam a beneficiar, graças ao prestígio adquirido

pela escola, de bolsas no estrangeiro. Viria igualmente a ser criada uma escola primária com orientação artística para crianças dos seis aos dez anos.

Em 1977, Nola Hatterman transferiu a escola para um dos seus antigos alunos diplomados e retirou-se para o interior do país, continuando no entanto atenta à sua obra. Com a chegada da época política tumultuosa dos anos 80, a escola sofreu muito e passou a estar em espaços cada vez mais exíguos, deixando mesmo de existir. Até ao dia em que Carlos Andres Perez, o Presidente da Venezuela, se rendeu ao encanto de um quadro de Rinaldo Klas, o que permitiu desenvolver uma relação que conduziu este último a dirigir um centro cultural venezuelano e a tornar-se director no Ministério da Juventude.

Entretanto, Nola Hatterman, a caminho da capital Paramaribo para a inauguração de uma exposição, morreu num acidente de autocarro em 1987. Este desaparecimento constituiu um dos factores que levou Rinaldo Klas a insistir junto do governo para o renascimento do espaço artístico, tudo

dentro do espírito e do modelo que a sua criadora tinha querido, prestando-lhe assim homenagem. Com êxito. **H.G.** ■



Rinaldo Klas "Raimen Bijlhout". © Hegel Goutier
"A morte de Nola Hatterman foi um dos factores que persuadiu Rinaldo Klas a fazer o máximo possível para convencer o governo a ajudar a reavivar o centro de arte"

Palavras-chave

Instituto Nola Hatterman; Suriname;
 Rinaldo Klas; Carlos Andres Perez;
 Hegel Goutier.

Cooperação Suriname – UE

Para o Fórum Empresarial do Suriname, o APE constitui uma oportunidade

Carlos Meyer é Presidente da Associação do Comércio e Indústria do Suriname e Presidente da Confederação dos Empregadores das Caraíbas e um dos membros activos do Fórum Empresarial do Suriname.

“O nosso objectivo quando fundámos o Fórum Empresarial do Suriname foi dotar o país com um forte sector privado, incluindo as pequenas e médias empresas. Assim as nossas melhores empresas podem trabalhar em conjunto para participarem na execução do Acordo de Parceria Económica (APE).

Agora temos de trabalhar com parceiros. Tivemos esperança de que o APE criaria aqui maior interesse pela UE. O nosso plano consiste em promover a cooperação de empresas dos dois lados do Atlântico. É necessário que os homens de negócios se encontrem. Os políticos não querem facilitar estes encontros de empresários. Antes do Acordo de Cotonu estive em Bruxelas e participei na discussão; a ideia era colocar 10 a 15 por cento dos recursos de Cotonu sob gestão da sociedade civil. Mas o texto final determinou que o sector privado ficava dependente do gestor orçamental nacional. Eu esperava que noutra ocasião houvesse mais espaço para o sector privado. Essa ocasião é o APE.”

Realização da sociedade civil

Senhora Sharda Ganga. A sua organização, Projekta, trabalha no domínio da democratização e da boa governação. É também realizadora de cinema:

“Fizemos muitas propostas sobre o género. Não era uma prioridade para o governo nos anos 80 e 90. Sobre o VIH ou os abusos sexuais, por exemplo, fizemos uma campanha pública, acções de sensibilização, de defesa, de grupos de pressão. Impulsionámos a aplicação da lei e a lei foi alterada. Na educação, se houve progressos na situação do interior também foi graças às ONG. Os cuidados de saúde no interior são prestados principalmente por ONG. O governo está envolvido, mas a principal responsabilidade está nas mãos do sector civil.”

Restauração da Catedral de Paramaribo (Património da Humanidade) com uma ajuda importante da UE 2008.
© Hezel Goutier

O Suriname conseguiu o acesso à cooperação ACP-UE em 1979. Mas o início dos contratos de obras do projecto principal foi adiado até 1996, devido à agitação política em 1980, a que se seguiu a dificuldade do Governo de cumprir os critérios dos acordos de financiamento. Mas a partir de 1996 pode considerar-se que a sua implementação foi um êxito.

O 8.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) (1995-2000) atribuiu ao Suriname 23 milhões de euros e o 9.º FED (2000-2007) 19,3 milhões de euros. O 10.º FED financiará o período 2008-2013.

Em relação ao “sector fulcral”, a saber, os transportes, os contratos para dois projectos prin-

cipais foram assinados em 1996 (28,4 milhões de euros para o porto e 10,9 milhões de euros para o sector dos transportes). Os principais projectos são: a modernização do porto de Paramaribo e a renovação de 137 km da estrada que liga Meerzorg (perto de Paramaribo) a Albina (fronteira com a Guiana Francesa). Depois dos estudos necessários, estes projectos arrancaram recentemente.

Nos sectores não fulcrais é dada prioridade ao reforço e desenvolvimento de capacidades dos agentes económicos e da sociedade civil. No âmbito do 9.º FED foram igualmente aprovados acordos financeiros para desenvolver de forma sustentável a capacidade das empresas privadas (sector do turismo, indústria da banana e Fórum Empresarial do

Suriname) e das ONG e para um mecanismo de cooperação técnica. O projecto foi conduzido no quadro do plano nacional antidroga (2006-2010), que “dá garantia de que o apoio continuará no futuro”, de acordo com a avaliação final do projecto. No que diz respeito ao apoio ao sector privado, todos os projectos podem ser considerados bem sucedidos. A título de exemplo, o Fórum Empresarial do Suriname está actualmente a dar um importante apoio ao sector privado. As exportações estão a aumentar no sector da banana.

A UE também concedeu apoio para salvarguardar o património cultural. A restauração da catedral de madeira de Paramaribo, considerado património da Unesco, está actualmente quase concluída ■



Terras Altas e Ilhas da Escócia

Uma exuberância de recursos naturais

Um relatório de Debra Percival

As Terras Altas e as Ilhas quase não precisam de ser publicitadas ao potencial visitante. As suas atrações são magnéticas. Ocupando a margem superior esquerda do mapa da União Europeia (UE) e sendo do tamanho da Bélgica, esta região da Escócia é lindíssima, dividida em secções por lagos profundos que escondem muitos mistérios. As ilhas são individualmente dramáticas. Perfeitos monumentos à respectiva história preenchem a paisagem, desde as cruces celtas da ilha de Iona, símbolos da cristandade celta, à capela de Orkney construída com sucata e velharias por prisioneiros de guerra italianos que estiveram na ilha durante a Segunda Guerra Mundial.

Existem 90 ilhas habitadas e muitas mais sem aglomerados humanos; desde o cenário sério de montanha de Skye às Shetlands, um grupo de mais de 100 ilhas amontoadas no Atlântico entre Orkney, a Islândia e a Noruega. Parece que as fadas guardam o segredo da antiga ilha de Ilay a Sudoeste desta região, salpicando com o seu pó, durante a noite, a extensa linha da costa.

Olhamos principalmente para as Terras Altas e Ilhas do ponto de vista económico. As suas indústrias tradicionais, a comida e a bebida (incluindo os whiskies mundialmente famosos) e o turismo continuam a crescer. Olhamos também para a forma como a região se expande para se tornar num líder mundial das ciências da vida e das energias renováveis. Neste ano de "elegância celta", com designs tartãs baseados no kilt dos homens dos clãs escoceses a honrar as passarelas mundiais, olhamos para a forma como está a crescer a confiança da região no seus recursos naturais, impulsionada pelo governo do Partido Nacional Escocês (SNP) que acredita que a independência futura de toda a nação é do melhor interesse para a mesma. ■

Paisagem selvagem e água corrente.
As Terras Altas e Ilhas não precisam
de publicidade 2008.
© Debra Percival

“Um sem fim de DESIGUALDADES”

A pesca é uma das indústrias tradicionais das Terras Altas e Ilhas 2008.
© Debra Percival

A Escócia conquistou o seu próprio Governo e Parlamento na sequência de um referendo sobre esta questão em Setembro de 1997. Os seus poderes “delegados”, que foram transferidos do governo central de Westminster do Reino Unido para o lugar do Parlamento Escocês, “Holyrood”, em Edimburgo, estão guardados em relicário no “Scotland Act” de 1998. Grosso modo, estes abrangem 50% das despesas públicas do país em sectores como a educação, a agricultura e as pescas, o ambiente e a saúde. Os “poderes reservados” ainda retidos por Westminster são basicamente os que produzem efeitos no Reino Unido, tais como as despesas com a segurança social e o bastião, política externa, embora tenha sido criado um orçamento internacional de desenvolvimento (vide entrevista com Linda Fabiani neste relatório). As eleições para o Parlamento Escocês tiveram lugar pela primeira vez no ano de 1999. Conversámos com alguns MSP (“Members of the Scottish Parliament” – Membros do Parlamento Escocês) que representam a região das Terras Altas e Ilhas na câmara de 129 membros.

Apoio da UE para as Terras Altas e Ilhas (2007-2013)

FEDER: Prioridade 1 – Melhorar a competitividade, a comercialização e a inovação das empresas – 47,53 milhões de euros; Prioridade 2 – Melhorar os motores essenciais do crescimento sustentável – 41,43 milhões de euros; Prioridade 3 – Melhorar as Comunidades Frágeis e Periféricas – 29,25 milhões de euros.

ESF: Prioridade 1 – Aumentar a mão-de-obra – 15,12 milhões de euros; Prioridade 2 – Investir na mão-de-obra – 20,34 milhões de euros; Prioridade 3 – Melhorar o acesso à aprendizagem ao longo da vida – 15,12 milhões de euros.

Roda Grant, uma MSP do Partido Trabalhista, afirma que existe “um sem fim de desigualdades” na região, uma consequência da distância. Refere que são necessárias instalações sanitárias rurais de melhor qualidade: “Ninguém deveria morrer por causa do local onde mora”, para além de habitações mais acessíveis economicamente. As viagens de ferry entre as ilhas e a Escócia continental ficaram recentemente mais baratas com a navegação nas ilhas ocidentais de uma estrutura de “tarifa idêntica às tarifas rodoviárias”. Ao passo que atravessar o continente é agora mais barato para os habitantes das ilhas ocidentais, esta medida revelar-se-ia mais dispendiosa para os que viajam de um lado para o outro vindos das mais distantes ilhas Shetland.

Jamie McGrigor, MSP do Partido Conservador, é uma voz do reconhecimento e da preservação da próspera herança da região. Os meios de subsistência de 13.000 caseiros (pequenos agricultores das regiões montanhosas) estão sob enorme ameaça, afirma, em parte devido à regulamentação da UE segundo a qual os

agricultores recebem actualmente um único pagamento pelas explorações ovinas em vez de um pagamento por cabeça, o que significa que a Áustria recebe 121€ por hectare enquanto a Escócia apenas recebe 7€. “Por favor, não nos dêem mais regulamentação para a agricultura e para as pescas sem primeiro saberem quais serão os seus efeitos práticos”, acrescenta McGrigor. Existe uma preocupação generalizada, adianta McGrigor, quanto à diminuição em 50% dos programas de financiamento europeus ao abrigo do actual Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE) em comparação com o fundo anterior (2000-2006). Foi preciosa a ajuda de ambos os fundos para o desenvolvimento da região no passado, reconhecem os MSP. Os cortes seguiram-se à adesão dos países da Europa Oriental à EU, os quais espelham rendimentos *per capita* mais reduzidos. **D .P. ■**

Palavras-chave

Escócia; Terras Altas e Ilhas; FEDER; FSE; desenvolvimento internacional.

Tartã – são e salvo

Se desenhou um tartã ou se tem um na sua família, o defensor do “Registo Escocês de Tartãs” recentemente criado está à espera de notícias suas. O tartã, um tecido entrelaçado em padrões de xadrez colorido e linhas em intercepção, conta tradicionalmente com associações de família, embora esteja actualmente muito na moda e os designs estejam a proliferar a nível global. Em Outubro de 2008, o MSP Jamie McGrigor ganhou a sua batalha de seis anos para que o Projecto-lei entrasse no Parlamento Escocês. “Significa que as pessoas de todo o mundo irão muito brevemente poder usar o Registo como um recurso online para pesquisar, desenhar o tartã da própria família e mandá-lo tecer na Escócia, o berço espiritual do tartã”, conclui.

A tranquilidade de Islay 2008.
© Debra Percival

EXPANSÃO DA POLÍTICA de desenvolvimento internacional da Escócia



Linda Fabiani 2008. © Debra Percival

Entrevista com Linda Fabiani, Ministra dos Negócios Estrangeiros do Governo escocês

Linda Fabiani é a Ministra da Cultura e Assuntos Europeus e Internacionais do Governo do Partido Nacional Escocês (SNP) eleito em Maio de 2007. Com experiência em matéria de governo local, sobretudo em questões habitacionais, prossegue o trabalho da anterior formação do Parlamento Escocês que assegurou um orçamento para o desenvolvimento no quadro do exercício das competências transferidas para o Governo escocês. O novo orçamento para o desenvolvimento cobre um período de três anos, totalizando 6 milhões de libras em 2008, 6 milhões de libras em 2009 e 9 milhões de libras em 2010, e será aplicado entre a presente data e a próxima eleição do Parlamento Escocês em 2011. Uma boa parte destina-se ao Malavi. Blantyre, uma das principais cidades do país, foi baptizada por David Livingstone, missionário e explorador escocês, com o nome da sua terra natal no Lanarkshire. David Livingstone partiu para a África Austral em 1841 e descreveu a sua luta contra a escravatura no livro “Missionary Travels and Research in Southern Africa” (Viagens Missionárias e Pesquisas na África Austral).

Não tendo a competência pela política externa sido transferida para a Escócia, como e porquê o país obteve de Westminster (sede do Governo do Reino Unido) um orçamento para o desenvolvimento?

A Escócia recebe de Westminster uma transferência orçamental. O desenvolvimento internacional corresponde a uma “competência reservada”, não sendo, pois, normalmente financiado pelo orçamento, mas na última administração decidimos de comum acordo que a Escócia teria um programa de desenvolvimento internacional. Este foi lançado pela primeira vez em 2005, embora em escala muito mais reduzida. O governo do SNP defendeu vigorosamente o programa porque considera uma obrigação social em relação a outras partes do mundo. O orçamento para o desenvolvimento foi submetido ao Parlamento nos moldes habituais não tendo sido alvo de votação desfavorável dos deputados.

Para onde vão os fundos?

Reformulei completamente o orçamento para o desenvolvimento. A Escócia mantém uma relação muito especial com o Malavi, envolvendo também a Igreja Católica da Escócia. Reservámos um mínimo de 3 milhões de libras por ano para o Malavi. Também decidimos dar atenção aos seus vizinhos: Zâmbia, Tanzânia, Ruanda, bem como ao Sudão, por motivos

“uma obrigação social em relação a outras partes do mundo”

óbvios. Porque a Escócia tem uma importante população imigrante proveniente dos subcontinentes indiano, estamos também a considerar um programa para aquela região. Uma outra vertente da nossa cooperação é a ajuda de emergência.

Exactamente que projectos estão previstos para o Malavi?

Temos um acordo conjunto com o governo e reunimos anualmente a nível ministerial. Não fazemos nada no Malavi sem que tenha sido aprovado pelo governo local mas os fundos não são canalizados directamente para este. Os projectos que promovemos no Malavi são também submetidos ao Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo britânico. Em termos gerais, financiamos organizações não governamentais (ONG) sediadas na Escócia para realizarem trabalhos no Malavi. Também queremos reforçar a capacidade das instituições no Malavi. Por exemplo, a nossa associação de solidariedade social tem relações com o Conselho de

Organizações Não Governamentais do Malavi (CONGOMA), uma organização da sociedade civil, ajudando-o a reforçar as capacidades para representar a sociedade civil em questões de governação. Uma outra vertente da nossa política é a saúde, especialmente os cuidados obstétricos e ginecológicos, seguida da educação. Estamos muito empenhados no ensino profissional: construindo um percurso formativo que propicie trabalho, remuneração e vocação empresarial. O que suscita uma outra vertente – criação de empresas e de parcerias empresariais com a Escócia. Trabalhamos ainda em programas conjuntos com instituições como, por exemplo, universidades.

Em que ponto estão os projectos com outros países?

Estamos prestes a completar um novo ciclo de financiamento para o Malavi e, uma vez aprovado, apreciaremos outros países africanos à luz de uma visão integrada. Procuramos consórcios com propostas temáticas. Uma das nossas ONG poderá planear um projecto na Zâmbia ou na Tanzânia. Queremos pessoas criativas, porque, quando se dispõe de meios reduzidos, é necessária grande motivação. Queremos aplicar critérios muito exigentes aos candidatos. Por exemplo, não financiaremos contentores totalmente carregados de equipamentos, salvo se forem indispensáveis a um dos programas e não possam ser adquiridos localmente.

A tendência actual vai para a coordenação dos doadores a fim de evitar a duplicação de projectos. O que se passa com a Escócia?

Confiamos na experiência das ONG e das instituições na Escócia. Trabalhamos com estes países há muito tempo. O conhecimento existe e temos não só de explorar, mas também de trabalhar como parceiros. Um dos grandes doadores pode, em termos teóricos, ter uma ideia boa, mas na prática não ter a experiência requerida. Conseguimos obter financiamento complementar de doadores para alguns projectos permitindo que fossem levados a cabo.

Estará a Escócia interessada em participar mais na elaboração da política de desenvolvimento ao nível das instâncias europeias e internacionais?

Creio que é assunto para considerar gradualmente. Não há razão para que os nossos ministros não possam ser úteis à estratégia e à posição do Reino Unido. O desenvolvimento internacional é uma área em que ninguém está interessado em provocar uma

“Queremos pessoas criativas”

crise política. Gostaria de estabelecer uma relação tal que, no momento em que as partes vissem utilidade nessa abordagem, não houvesse lugar a qualquer hesitação.

O que pensa de outras relações com países em desenvolvimento, por exemplo a nível do governo local?

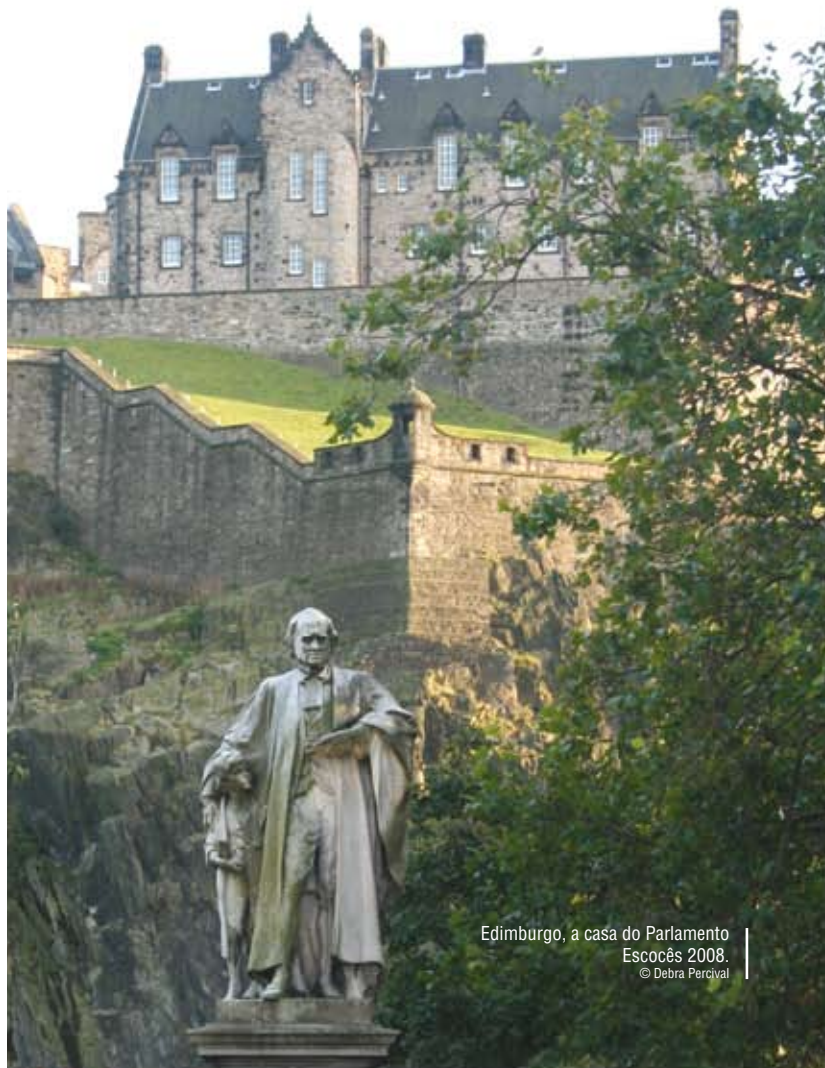
Uma das iniciativas mais interessantes, totalmente independente e não financiada pelo governo, é organizada entre o Parlamento Escocês e o Parlamento Malaviano há vários anos. Os funcionários e os membros do Parlamento Malaviano deslocaram-se para examinar como os nossos sistemas funcionam e reunir com membros e presidentes de comissões. Desenvolvemos também relações activas com a Associação Parlamentar da Comunidade Britânica. A Assembleia Municipal de Glásgua tem relações com o Malavi, e a associação de beneficência “A Caring City”, sita na mesma cidade, encarrega-se do financiamento. Os presidentes das câmaras municipais escocesas têm assento no grupo estratégico para o Malavi.

Os Altos-Comissários para as Caraíbas (do Reino Unido) visitaram recentemente o seu Parlamento...

Fiquei extremamente satisfeita com esta visita. Foram recebidos pelo nosso Primeiro-Ministro, Alex Salmond, e por mim própria. Falámos sobre as relações entre as Caraíbas e a Escócia, sobretudo a Jamaica e Barbados. Focámos também o facto de muitos países terem um embaixador em Londres e um cônsul geral em Edimburgo e cônsules honorários em toda a Escócia. Por fim, trocámos impressões sobre a representação consular dos Estados caribenhos na Escócia.

Tanto quanto sei o antigo primeiro-ministro, Jack MacConnell (Trabalhista) ainda está estreitamente ligado aos assuntos africanos?

Estava indigitado para assumir as funções de Alto-Comissário do Reino Unido para o Malavi a partir de Fevereiro de 2009, mas na semana passada tudo mudou. Será agora o enviado do Reino Unido para a resolução dos conflitos e a manutenção da paz em África. **D.P.** ■



Edimburgo, a casa do Parlamento Escocês 2008.
© Debra Percival



Palavras-chave

Linda Fabiani; desenvolvimento internacional; Escócia; Malavi; Caraíbas; sociedade civil; ONG.

TERRAS ALTAS e ILHAS

no pico

Traseiras do Parlamento Escocês, 'Holyrood', Edimburgo, desenhado pelo arquitecto espanhol Enric Miralles de Barcelona 2008.
© Debra Percival

Podem traçar-se algumas semelhanças entre as Terras Altas da Escócia e as 90 Ilhas habitadas e pequenos e longínquos estados das Caraíbas e do Pacífico. As Terras Altas e as Ilhas estão a superar as desvantagens e o custo da distância e a tirar o máximo partido dos seus recursos naturais no sentido de desenvolverem a economia e trazerem novos habitantes. O impressionante pôr-do-sol nos lagos profundos e misteriosos atrai os turistas. As energias renováveis, a água cristalina, o marisco e o whisky formam também as espinhas dorsais da economia com novas áreas como a tecnologia marinha, as ciências da vida bem como a investigação sanitária e os serviços financeiros a atraírem tanto o investimento interno como o investimento estrangeiro. Ao nível dos 8%, o crescimento da região em Produto Interno Bruto (PIB) foi superior às outras zonas da Escócia no último ano e o desemprego inferior, fixando-se apenas em 1,7%.

Sendo uma entidade pública não departamental do governo escocês, o organismo Highlands and Islands Enterprise (HIE) com sede em Inverness tem por objectivo impulsionar a economia da região através de um orçamento anual de cerca de 80 milhões de libras, o correspondente à capacidade do governo escocês mas também aos rendimentos imobiliários gerados pelos bens que detém e a partir do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Investe em grandes projectos de infra-estruturas tais como o European Marine Energy Centre (EMEC) em Orkney, desenvolvendo a energia das ondas e marés bem como um excedente principal de subvenções a projectos de menor amplitude como é o caso da formação turística. Outro dos grandes projectos de infra-estruturas do organismo HIE é a iniciativa

Lifescience Facility, cuja fase inicial teve inícios em 2006. As empresas em actividade neste espaço incluem o instituto da diabetes e a 'LifeScan' da propriedade da Johnson & Johnson, o maior empregador privado nas Terras Altas e Ilhas.

“É isto que as pessoas acham estranho; este bocado mesmo na extremidade norte da Europa: temos ligações com alguns dos maiores intervenientes a nível mundial que nos estão a ajudar a conseguir tudo isto”, afirma Alex Paterson, Director para a Competitividade Regional do HIE. Acrescenta ainda que a gigante de software dos Estados Unidos, a Microsoft, exprimiu recentemente um interesse de investimento.

Entre as indústrias mais tradicionais incluem-se a comida e a bebida. De acordo com a Scotch Whisky Association (SWA) sediada em Edimburgo, o valor das exportações atingiu um novo pico de

2,8 mil milhões de libras em 2007, valorizando 90 libras a cada segundo que passa para a balança comercial do Reino Unido (*vide* artigo em separado).

“Durante a noite, o marisco é transportado em camiões para a França e a Espanha. Actualmente, existe um número alargado de pessoas que procuram acrescentar valor ao marisco, especialmente investindo em produtos biológicos”, afirma Paterson. A marca “Orkney” produz muitos produtos biológicos e as Ilhas Shetland estão a caminhar no mesmo sentido no que se refere aos produtos da pesca. As maiores empresas alimentares estão também presentes tal como a sociedade de transformação de alimentos Baxters. “A Escócia conta com uma predisposição para alimentos saudáveis, de boa qualidade”, explica Caroline Rham, secretária de imprensa do HIE.

Energia eólica produzida em terra atravessa um mau bocado

Até ao momento, o vento tem sido retirado das velas do plano do governo escocês quanto a um parque eólico principal construído em terra na zona de Lewis das ilhas ocidentais. Depois do planeamento de seis anos que inclui uma avaliação ambiental e expectativas crescentes quanto a empregos, os planos foram postos de lado pela Directiva Habitats (92/43/EEC) da União Europeia em matéria de conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, afirma o Gestor para a Energia do HIE, Audrey Maclver. Voltou-se actualmente à estaca zero para se analisar projectos eólicos de escala reduzida quer em terra quer no mar. O governo escocês encomendou um estudo de análise dos benefícios económicos e comunitários das energias renováveis nas ilhas ocidentais. "Toda esta área é uma das áreas mais densamente designadas [para conservação] que possuímos e é necessário que reflectamos sobre o desenvolvimento apropriado e a escala real das oportunidades", constata Audrey Maclver.

Enquanto uma das áreas mais expostas ao vento de toda a Europa, agredida pelas marés e desgastada pelas ondas, a região das Terras Altas e Ilhas está a revelar-se pioneira na investigação e no desenvolvimento no âmbito das energias renováveis. O governo quer aumentar a quantidade de electricidade gerada pelos recursos renováveis dos actuais 16% para 50% em 2020, volume produzido pelo vento. Maclver afirma que algumas empresas interessadas em investir em Orkney se retraíram não só devido às questões problemáticas inerentes ao planeamento, mas também devido ao problema do custo da transmissão do norte para os grandes centros habitacionais. Tradicionalmente, a energia tem sido produzida no centro da Escócia e emanada para fora. O investimento nos recursos renováveis significaria um forte investimento nas linhas de transmissão do Norte e do Oeste para o centro.

Em Orkney existe igualmente um local de teste para a energia das ondas e um outro para a energia das marés. O Pentland Firth, o estreito que separa Orkney de Caithness, na parte norte da Escócia, é um dos locais mais indicados na Europa para a produção de energia das marés. "Existe um potencial enorme para que exploremos a energia marinha com base em desenvolvimentos locais das marés", destaca Audrey Maclver, acrescentando que alguns criadores encaram este facto como iminente tendo em vista uma fase "pré-comercial" dentro de 3 a 5 anos. Contudo, atenua-se também a questão dispendiosa da ligação à rede. Está já ligado à rede eléctrica um dispositivo em Orkney, embora esteja actualmente a ser testado por um período de 18 meses a dois anos quanto à eficácia energética e ainda com vista a saber de que forma este interagirá com o ambiente marinho e de que maneira pode a monitorização dos mamíferos interagir com ele. A ligação de Shetland e Orkney à rede continental poderia custar muitos milhões de libras e qualquer investimento pode, no fim de contas, ser transferido para o consumidor. O organismo de regulamentação energética do RU, Ofgem, teria certamente algo a dizer no que diz respeito a esta questão. Olhando para lá de 2020, o HIE está a elaborar um estudo de viabilidade sobre a possibilidade de se exportarem recursos renováveis assim que a procura interna tiver sido satisfeita.

As Terras Altas e Ilhas vendem a Escócia; sendo a sua atracção favorita o elusivo monstro "Nessie" do Lago Ness, perto de Inverness. Somente uma grande quantidade de adjectivos pode começar a fazer jus às atracções naturais das ilhas: tranquilas, mágicas, selvagens e etéreas. A Gestora de Marketing da HIE, Maria Peters, prevê que os números do turismo baixem ligeiramente à medida que se apertam os cintos como consequência da crise financeira, embora uma queda no número de visitantes norte-americanos esteja a ser compensada pelo deslocamento dos residentes do Reino Unido à Escócia. A Espanha representa um mercado-chave para o turismo nas Terras Altas e Ilhas, tal como a França e a Itália, afirma. E o turismo de qualidade está fervilhante, das perseguições silenciosas à vida selvagem, aos passeios de prova de whisky e às partidas de golfe. "Contamos com um portefólio incrivelmente completo de desportos de aventura desde o alpinismo à canoaagem", acrescenta Peters. Os eventos decorridos ao longo da costa do Lago Ness incluem o festival de música "Rockness" e, em Outubro, a maratona do Lago Ness.

A energia é também um sector em crescimento (vide caixa 1) com muitos benefícios económicos a emergirem a sabor da corrente, fruto da exploração da energia renovável das ondas e marés. Por outro

lado, o HIE apoia o sector próspero das indústrias criativas, a arte, a música, a moda, a escrita ou as concepções técnicas.

Paterson afirma que toda a indústria de centros de processamento de dados representa também um enorme potencial com alguns dos maiores intervenientes a nível mundial a empregarem cerca de 3000 pessoas nas Terras Altas e Ilhas. "Queremos explorar mais este aspecto e ver se existem nichos nos serviços financeiros. Dada a crise económica, as empresas estão a procurar localizar algumas das suas actividades financeiras em condições de custo inferior e a Escócia poderá tornar-se especialmente atraente para os Centros de Armazenamento de Dados Ecológicos ("Green Data Centres") com recurso à energia renovável", afirma Paterson. O clima mais frio da Escócia é, por outro lado, uma mais-valia empresarial. Segundo Caroline Rham, "os centros de processamento de dados produzem imenso calor; portanto, quanto mais frio, melhor". O HIE está também a envidar esforços no sentido de conseguir mais ligações de transporte dentro e fora da região. "Se a região se vai tornar num lugar onde as pessoas queiram viver, estudar e instalar-se para criarem raízes empresariais, é necessário que exista um determinado nível de infra-estruturas", refere Paterson. Estão a ser consideradas mais ligações

Uma universidade única

É o orgulho das Terras Altas e Ilhas, mas a University of the Highlands and Islands (UHI) está ainda à espera de obter o pleno estatuto de universidade. A ausência de uma universidade perto de casa revelou-se um problema durante muitos anos, deixando os estudantes sem qualquer alternativa se não partir para Aberdeen ou Sterling. Em 1992, trabalhos vigorosos começaram a criar a UHI. Em 2000, atingiu-se um marco histórico quando o University of the Highlands and Islands Millennium Institute conseguiu obter o estatuto institucional do ensino superior. O Director do HIE, Alex Paterson, explica que a UHI é diferente das grandes universidades escocesas como Glasgow ou Edimburgo onde os alunos frequentam cursos num campus de dimensões bastante generosas. Trata-se de uma rede de colegas e de institutos de investigação que se estendem de Shetland a Argyll e Perth. Existem 15 pequenos campus e 126 centros de aprendizagem nas Terras Altas e Ilhas, alguns dos quais se encontram situados nas zonas mais remotas da região, oferecendo estudos que vão desde a informática para principiantes até graus de licenciatura e pós-graduação. Estes centros de aprendizagem estão ligados aos centros de emprego. Há dois meses, a UHI superou um dos primeiros obstáculos para se tornar universidade: o direito de outorga de diplomas. Esperamos que a próxima meta a alcançar, dentro dos próximos dois ou três anos, seja o pleno estatuto de universidade. Uma universidade gaélica de nível internacional na ilha de Skye (Sabhal Mor Ostaig UHI) ministra toda a formação em gaélico. A UHI é também famosa pelo seu ensino de teologia e pelos trabalhos de investigação do Institute for Marine Science (SAM). No ano lectivo de 2006-2007, inscreveram-se cerca de 6800 alunos (58% em regime de tempo parcial). Existem planos para construir um campus maior e instalações de investigação em Inverness num local de Greenfield novíssimo em folha. Paterson salienta a possibilidade de criação de novos laços empresariais como resultado dos trabalhos de investigação da UHI.

aéreas com vista a unir a região a pontos internacionais de importância como é o caso de Bruxelas, Paris e Amsterdão. "Se o objectivo é cativar as empresas, estas esperam encontrar uma conectividade adequada e recursos práticos para entrar e sair das Terras Altas e Ilhas", conclui. **D.P.** ■

Palavras-chave

Terras Altas; Escócia; FEID; EMEC; Highlands and Islands Enterprise (HIE); Scotch Whisky Association (SWA); Alex Paterson; Caroline Rham; Debra Percival.

SCOTCH: Consolidação



Em cima
Destilaria de whisky Bruiladdich,
Islay 2008.
© Debra Percival

Below:
Cascos em Bruiladdich 2008.
© Debra Percival

Whisky, ou Scotch, é o principal produto escocês, com valores de exportação no primeiro semestre de 2008 de mais de 14 por cento em relação ao período homólogo em 2007, afirma David Williamson da Scottish Whisky Association (SWA) sediada em Edimburgo. As provas de whisky estão também a atrair turistas para algumas das mais bonitas partes das Terras Altas e Ilhas como Islay, Jura e Skye, onde são destilados os puros maltes.

“**C**ontinua a haver optimismo quanto às perspectivas internacionais futuras do Scotch Whisky. Nos últimos 18 meses, fizeram-se novos investimentos na ordem dos 500 milhões de libras em capacidade de produção – destilação, engarrafamento e armazenamento – por toda a Escócia”, afirma David Williamson, porta-voz da Scotch Whisky Association (SWA).

Segundo dados da SWA, as exportações alcançaram um novo recorde de 2,8 mil milhões de libras em 2007, sendo o valor de carregamento do Bottled Blended Scotch Whisky – que pode representar uma mistura de 30 a 40 whiskies – de mais de 15 por cento, na ordem dos 2,22 mil milhões de libras. As exportações do puro malte engarrafado cresceram 11 por cento do valor (para 454 milhões de libras) em 2007. O maior mercado exportador de todos os whiskies escoceses é o dos Estados Unidos, sendo a Espanha o maior mercado europeu em termos de valor. A reforma das tarifas em meados de 2007 impulsionou as exportações para a Índia em 36 por cento em valor (para 33 milhões de libras). As exportações do whisky escocês estavam acima dos 9 por cento em valor (para 91 milhões de libras) para a África do Sul, colocando o país na lista dos dez melhores clientes, segundo a SWA.

Chris Conway, da organização Scottish Whisky Heritage, diz que 23 por cento de todos os visitantes da Escócia vão a uma destilaria. Tem a seu cargo o projecto ‘The Whisky Coast’ que criou uma rede de 18 hotéis, ou ‘Embaixadas do Whisky’ por toda a Escócia, nomeadamente nas ilhas, que dão aos visitantes informações detalhadas sobre os aromas, origens e anedotas do whisky. Um total de 98 destilarias em toda a Escócia produzem cerca de 300 whiskies. Enquanto as terras suaves e calmas das Terras Baixas da Escócia oferecem um whisky mais doce, mais leve, refinado e delicado, nas Terras Altas do Norte – na terra dos clãs e dos caçadores de veados – os whiskies são mais turfosos e salgados, explica Conway. Metade das destilarias em Speyside na parte oriental da Escócia, produzem whiskies “misturados” (blended) enquanto que as ilhas como Orkneys, Jura, Skye e Mull Islay produzem “uma bebida com sabor a mar, plena, robusta e salgada”, diz Conway. Embora muitas destilarias sejam da propriedade dos gigantes mundiais das bebidas espirituosas como a Diageo, a Pernod Ricard e a William Grant, há cada vez uma maior autenticidade pois tudo é feito na destilaria. Na destilaria Kilchoman, a

destilaria mais ocidental da Escócia e uma das oito destilarias de Islay, a cevada é cultivada na Rockside Farm da destilaria. O whisky de puro malte é igualmente convertido em malte, destilado e engarrafado no local.

A União Europeia (UE) tem ajudado a proteger a autenticidade do Whisky escocês. Os regulamentos aprovados em 1989 e 1990 (1576/89 e 1014/90) protegem a indicação geográfica dos mesmos e têm ajudado o trabalho da indústria por forma a proteger os consumidores e o whisky escocês da concorrência desleal, afirma SWA. Em 2007, uma definição mais clara da UE do whisky da Escócia legislava que não podia ser aromatizado nem açucarado. Mas ainda existem barreiras ao comércio em cerca de 130 mercados exportadores diferentes, diz Williamson, incluindo altas tarifas, impostos especiais discriminatórios e toda uma gama de barreiras técnicas ao comércio (incluindo os requisitos de certificação e etiquetagem). Williamson diz que: “Os mercados que colocam altas tarifas no whisky são a Índia (150 por cento), o Vietname (65 por cento) e a Tailândia (60 por cento). Comparativamente, a tarifa na China é de 10 por cento e no Brasil de 20 por cento”. **D.P.** ■

Palavras-chave

Whisky; David Williamson; Scotch Whisky Association (SWA); Chris Conway; Scottish Whisky Heritage; Terras Altas do Norte; Speyside; Debra Percival.



Sandra Federici

A África nos MUSEUMS na Europa

Face aos desafios e à complexidade da mundialização, a arte africana ocupa o centro de um vivo debate cultural e político sobre a sua representação nos museus europeus e o destino dos bens artísticos pilhados em África durante a época colonial.

Funções educativas, transcendência da abordagem etnográfica, necessidade de renovar os percursos das exposições, atenção às exigências de

um novo público multicultural. Os museus de África na Europa confrontam-se hoje com novos desafios.

O debate sobre o lugar da arte africana nos museus europeus não é de agora, mas a construção do Museu do Quai Branly veio reacender as paixões dos especialistas em torno de um projecto cultural monumental apoiado pelo antigo presidente francês Jacques Chirac e reunindo as colecções do Museu das Artes de África e da Oceânia e as do Museu do Homem. Inaugurado em 2006 num clima de controvérsia, o Museu do Quai Branly foi alvo das críticas de antropólogos no mínimo “assombrados” pela mistura de objectos anónimos com obras de artistas contemporâneos, pela ausência de informações históricas inerentes aos objectos e a forma como foram obtidos, bem como por uma estrutura arquitectónica (criada por Jean Nouvel) que representa a vegetação tropical numa perspectiva primitivista e naturalista...

Valendo-se do êxito obtido junto do grande público (o museu recebeu 1,7 milhão de visitantes no primeiro ano de existência), os organizadores rejeitaram sempre este tipo de acusações, frisando tratar-se de um projecto experimental aberto a uma redefinição baseada na relação com um público que não seja elitista mas o mais popular e diversificado possível.

➤ A restituição dos bens culturais espoliados durante o colonialismo

Os museus e os comissários reúnem em encontros e projectos de investigação. Citem-se “Broken Memory, ou comment en finir avec l’histoire coloniale”, “Património e Intercultura” da Fundação ISMU de Milão, ou “Museums as Places for Intercultural Dialogue”, financiado pelo programa “Aprendizagem ao longo da vida” e o projecto READ-ME (Rede Europeia das Associações de Diásporas e Museus Etnográficos) que agrupa o Museu Real da África Central em Tervuren (Bruxelas), o Museu Etnográfico (Estocolmo) e o Museu do Quai Branly (Paris). Um dos mais interessantes temas de debate prende-se com a restituição dos bens culturais espoliados durante o período colonial a título de ressarcimento moral. A maioria dos objectos foi confiscada aos africanos entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, isto é, em plena conquista colonial e militar. Assiste-se recentemente a um aumento dos pedidos de restituição de objectos, alguns dos quais já regressaram a África: em 2003, por exemplo, a Argélia recuperou o selo do deus de Argel, roubado pelo exército colonial francês em 1830, bem como o obelisco de Aksoum (Etiópia), “levado”

Angèle Etoundi Essamba,
Mother and son,
da série “Motherhood”,
1987, fotografia
a preto e branco
© Angèle Etoundi Essamba.

pelos soldados italianos em 1937 e restituído às autoridades etíopes em 2005 no termo de duras negociações.

Ainda que admitam a legitimidade dos pedidos avançados por individualidades públicas ou privadas, os directores dos museus ocidentais sublinham o papel que exercem na promoção do património cultural dos países do Sul e o facto de partilharem os seus conhecimentos a nível mundial. A quem restituírem os objectos? Interrogam-se entre outros os museus ocidentais. Não é possível identificar os proprietários e os Estados não dispõem de estruturas e meios adequados para preservar colecções de grande valor artístico. Para obviar a este problema, Bourema Diamitani, Director do Programa dos Museus da África Ocidental (WAMP), propõe uma cooperação reforçada entre os museus do Norte e os do Sul do mundo.

O Secretário-Geral da Organização da Francofonia (OIF) e antigo Presidente do

Senegal, Abdou Diouf, declarou a propósito que “o problema da restituição, frequentemente apresentado de forma polémica, merece um tratamento razoável (...) O direito deve ser aplicado (...) mas a cooperação, a parceria e a co-responsabilidade permanecem noções essenciais”.

> E os migrantes?

Importa não esquecer os projectos que visam valorizar os patrimónios não ocidentais oferecendo um serviço de mediação intercultural, em resposta ao imperativo cada vez mais premente de cultura e de cidadania expresso pelas populações de origem estrangeira. É a estas exigências que se dirigem projectos como “Migrantes e patrimónios culturais no Piemonte”, que tendem a associar os mediadores imigrados em actividades de animação em que as máscaras e os amuletos africanos represen-

tam “objectos-pretexos” de narração dos seus percursos de integração.

No presente contexto migratório, o papel das colecções etnográficas é também o de utilizar as riquezas que foram acumuladas na maioria dos casos de forma violenta e injusta, para criar novas pontes entre países ex-colonizadores e ex-colonizados cujo destino comum está ligado às migrações. A narração das pilhagens, em vez de dividir, poderá, pelo contrário, reforçar este laço. ■

Palavras-chave

África; arte africana; museus; Europa; Museu do Quai Branly; bens artísticos; património cultural; pilhagens; colonialismo; OIF; Abdou Diouf.

Imagens das mulheres

tueta Nkisi, Congo,
Inv. n.º 2212
© Musée Dapper. Photo by Hughes Dubois

Como é que as mulheres aparecem nas artes africanas? Foi a esta pergunta que o Museu Dapper de Paris pretendeu responder através de uma exposição inteiramente dedicada às “Mulheres nas Artes de África”.



Muito foi dito quanto ao papel central que as mulheres sempre desempenharam no seio das sociedades africanas: da procriação às tarefas domésticas, uma literatura abundante testemunha o lugar incontornável concedido ao sexo feminino ao longo da história na esfera privada. No plano cultural, o Museu Dapper lembra que a arte africana está repleta de exemplos de representações deste papel no seu quotidiano. É pelo menos esta a opinião de Christiane Falgayrettes-Leveau, directora do Museu Dapper e comissária da exposição: “O tema da mulher nas artes africanas é um dos assuntos mais ricos das culturas do continente. Portanto, pretendemos confrontar as abordagens de diferentes artistas.”

Em cerca de 150 obras provenientes do Museu Real da África Central de Tervuren,

do Museu do Louvre de Paris, do Museu Etnográfico de Antuérpia e de outras grandes instituições europeias, não se pode deixar de constatar que por entre as estátuas, estatuetas ou máscaras expostas, os artistas africanos pareciam estar pouco atraídos pelos corpos núbis. Foi o caso dos escultores Bembe (RDC), cujas sumptuosas figuras de parturientes representam um hino à maternidade e à fecundidade. Além da estética, os objectos realizados transmitem informações sobre as funções desempenhadas pelas mulheres na vida política, social, económica e religiosa.

“Mulheres nas Artes de África” representa igualmente uma ocasião para se reflectir sobre os grandes debates relacionados com a mulher africana contemporânea. Os encontros, por vezes acompanhados de documentários, enfrentarão temas tão quentes como a poligamia ou as mutilações sexuais. Estes acontecimentos, que englobam, entre outras coisas, uma exposição de Angèle Etoundi Essamba, jovem fotógrafa camaronesa cujas obras interrogam a representação e a identidade da mulher africana na era do multiculturalismo, foram concebidos para se ter uma compreensão mais vasta dos universos femininos. Para Falgayrettes-Leveau: “Sem dúvida, estas mulheres contribuirão todas para abriremos a nossa visão para o mundo e uma forma diferente”. **S.F.** ■

“Mulheres nas Artes de África”, de 10 de Outubro a 12 de Julho de 2009 no Museu Dapper (Paris) Aberto todos os dias das 11h às 19h (excepto à terça-feira e feriados) Para mais informações, consulte o site: www.dapper.com.fr

Palavras-chave

Mulheres; artes de África; Museu Dapper; Paris; Christiane Falgayrettes-Leveau; Angèle Etoundi Essamb; Sandra Federici.

Elisabetta Degli Esposti Merli

PCSID, um apoio à veia CULTURAL BENINESA



Workshop com operadores culturais
© Consórcio APRI

O acordo de parceria entre os países ACP e a União Europeia inscreve o sector cultural como um dos domínios de apoio ao desenvolvimento social e humano. Neste contexto, o governo decidiu patrocinar o PCSID, um Programa de Apoio às Iniciativas Culturais Descentralizadas.

Enfrentar a complexidade do mundo da cultura, dinamizá-lo e, se possível, reforçá-lo: tal é o triplo desafio que o PCSID se fixou no Benim ao iniciar as suas actividades em Março de 2006. Dotado de um financiamento de cerca de três milhões de euros (2.940.000 €) a título do 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), o programa, previsto para três anos, visa obviar à falta de estruturas e de profissionais ausentes do sector cultural beninês. Confiado a um consórcio, que designou os peritos responsáveis pela gestão técnica e financeira do programa, o projecto decorrerá em várias etapas. Na primeira fase, a estrutura operacional (EO) identificou as necessidades e as expectativas dos operadores culturais benineses. Dispondo de dados suficientes para o orientar na implementação do programa, a EO, mediante reuniões de grupos, elaborou um mapa geográfico da distribuição das actividades e das solicitações culturais nas diferentes regiões do Benim. Foram identificados seis sectores, nomeadamente as artes plásticas, o cinema, as artes vivas (teatro, música e dança), o património cultural, as artes aplicadas (banda desenhada, fotografia) e as letras. Depois de “fotografar” a situação, foram organizadas sessões de apoio técnico para

favorecer o jornalismo cultural e de crítica de arte, a gestão de edifícios e espaços culturais, bem como a organização de eventos e manifestações culturais. Estas sessões de apoio tinham por objectivo informar os agentes culturais sobre as condições de acesso ao financiamento do PSICD a fim de dotar os operadores culturais de instrumentos adequados para lhes permitir cumprir as orientações do formulário de candidatura aos pedidos de subvenção.

As condições de acesso aos financiamentos fazem parte dos aspectos mais inovadores e importantes do projecto, tendo por objectivo fornecer aos benineses os conhecimentos e os instrumentos necessários para assumirem o desenvolvimento cultural do seu próprio país. Os agentes podem assim aceder às subvenções sem terem de passar por intermediários. E o Benim é um país que responde muito activamente: um olhar retrospectivo sobre a vida cultural do Benim permite fazer uma ideia da profusão de actividades em todos os domínios artísticos, tanto na comunicação como no folclore local.

A prova está nos resultados obtidos no primeiro concurso de projectos: entre os 86 pedidos recebidos, 11 foram seleccionados, dos quais um festival de hip-hop, um projecto de dinamização e consolidação da

Escola Internacional de Teatro do Benim, um programa itinerante de projecção de filmes nas povoações e nos bairros populares do Benim, a realização de uma série de desenhos animados intitulada Ana et Bazil, um teatro na cidade.

O segundo concurso foi lançado em 3 de Abril de 2008. “Depois do reforço de capacidade dos agentes culturais”, afirma Babacar Ndiaye, coordenador do PSICD, “o presente concurso dirige-se a projectos cujo pedido de financiamento não exceda cinco milhões de francos CFA* [contra os 15 a 30 milhões de francos CFA do primeiro concurso, ndr].” Por fim, para completar o apoio às iniciativas culturais, o projecto patrocina a publicação de “Tam Tam”, um boletim de informação trimestral distribuído gratuitamente, a realização de um portal cultural (www.artbenin.com) e a criação do “Espace Rencontres”, em Cotonu, aberto ao público de segunda a sexta-feira, das 9 às 14 horas. ■

* 1 Euro = 653,761 CFA (em 24 de Outubro de 2008)..

Palavras-chave

Benim; Programa de Apoio às Iniciativas Culturais Descentralizadas (PSICD); cultura; FED; subvenções; Babacar Ndiaye.

Explique-me, RAMA YADE

Se o leitor tiver qualquer dúvida acerca da audácia e da determinação de Rama Yade, a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e dos Direitos Humanos do Governo francês, peça-lhe que se defina. Fá-lo com humor, como prova a pergunta maliciosa de uma criança: “Olha, tu és aquela que não quis ir à China com o Presidente?”

E zás! Toca a fustigar a ditadura política neste país! Outros ouvirão também das boas como os regimes líbio e tunisino e as derivas de outros “países amigos”. Segue-se uma história sucinta e apaixonante dos direitos humanos desde Hamurabi, fundador de Babilónia, que queria, há trinta e seis séculos, “fazer reinar a justiça para impedir que o forte oprima o fraco”, até aos defensores actuais dos direitos dos homossexuais ou dos indocumentados, passando pela primeira verdadeira declara-

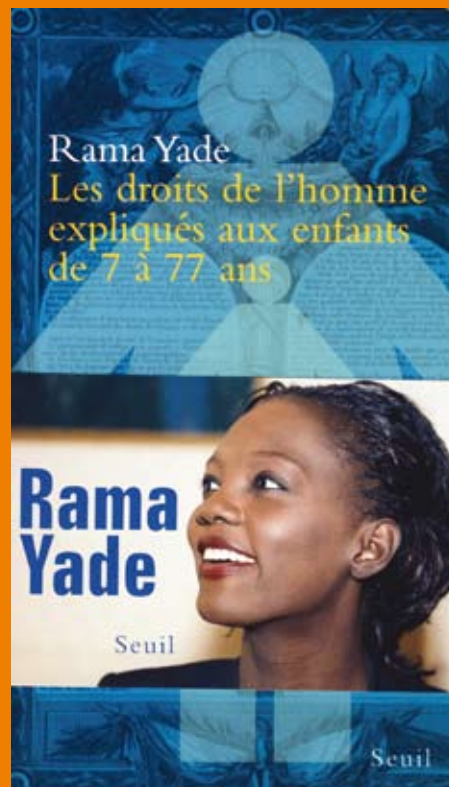
ção dos direitos humanos, a Magna Carta inglesa de 1215.

Declarações. Sobre a utilização dos direitos humanos como pretexto: “Disse-se o mesmo da Grã-Bretanha no Zimbabué porque apoiava a oposição de Tsvangirai contra o presidente cessante Mugabe.” Sobre o direito de ingerência que só seria reservado aos poderosos: “Em teoria, não. Mas na prática, ainda não vi contingentes africanos em missão de manutenção de paz na Irlanda do Norte, nem libaneses a intervir no País Basco...”

H.G. ■

Rama Yade, “Les droits de l’homme expliqués aux enfants de 7 à 77 ans” (Os direitos humanos explicados às crianças dos 7 aos 77 anos), 126 páginas, Editions du Seuil, Paris, Outubro de 2008.

Capa do livro de Rama Yade.
Com a amável autorização das Seuil Editions



Palavras-chave

Rama Yade; França; direitos humanos; crianças; Hegel Goutier.

MANDELA, um herói de banda desenhada

“Só quando alguém passa a personagem de banda desenhada, pode ter a certeza de que é verdadeiramente célebre.” Nelson Mandela gosta de brincar. Conhecido em todo o mundo pela sua luta obstinada contra o apartheid e pelo Prémio Nobel da Paz recebido em 1993, o ex-Presidente sul-africano não teve de esperar pela publicação de uma BD biográfica para ser célebre. Mas quando em 2005 assistiu à apresentação de *A son of Eastern Cape*, a primeira parte da sua incrível epopeia financiada pela Fundação Nelson Mandela, não hesitou em recordar o seu desejo de ver “esta banda desenhada incitar os jovens a gostar de ler”. Depois, a sua fundação publicou sete outros capítulos que hoje fazem parte de um único tomo intitulado *Nelson Mandela: the Authorised Comic Book*. “Depois dos milhões de exemplares que distribuimos gratuitamente nas escolas sul-africanas”, diz ao *Correio* Verne Harris, director do Centro de Memória da Fundação e coordenador do projecto, “este livro completa uma iniciativa que registou um enorme sucesso”.

Nelson Mandela: The Authorised Comic Book recorda a história oficial da vida do pai da Nação Arco-Íris: da infância à eleição triunfal

de 1994, passando pelas lutas anti-apartheid, o exílio e os 27 anos passados na prisão de Robben Island, o leitor faz um verdadeiro percurso iniciático que o leva a (re)descobrir uma personagem fora do comum. Um herói doravante gravado na memória colectiva dos sul-africanos, e não só.

Apresentada em Julho de 2008 por ocasião dos 90 anos de Mandela, a banda desenhada foi impressa em 10.000 exemplares, 6000 dos quais foram vendidos antes de 1 de Outubro passado. “Estamos muito satisfeitos”, afirma Verne Harris, “tanto mais que chegámos a acordo com um editor americano para a distribuição do livro nos Estados Unidos a partir de 2009”. Próxima etapa: traduzir *The Authorised Comic Book* em xhosa, a língua materna de Madiba. Este é o nome que os “mais velhos” da segunda etnia do país deram ao seu filho prodígio. Na África do Sul não há quem o ignore. Mesmo as crianças!

Mandela Foundation, *Nelson Mandela. The authorised Comic Book*, ed. Jonathan Ball Publishers/Umlando Wezithombe, 2008.

www.nelsonmandela.org **J.M. ■**

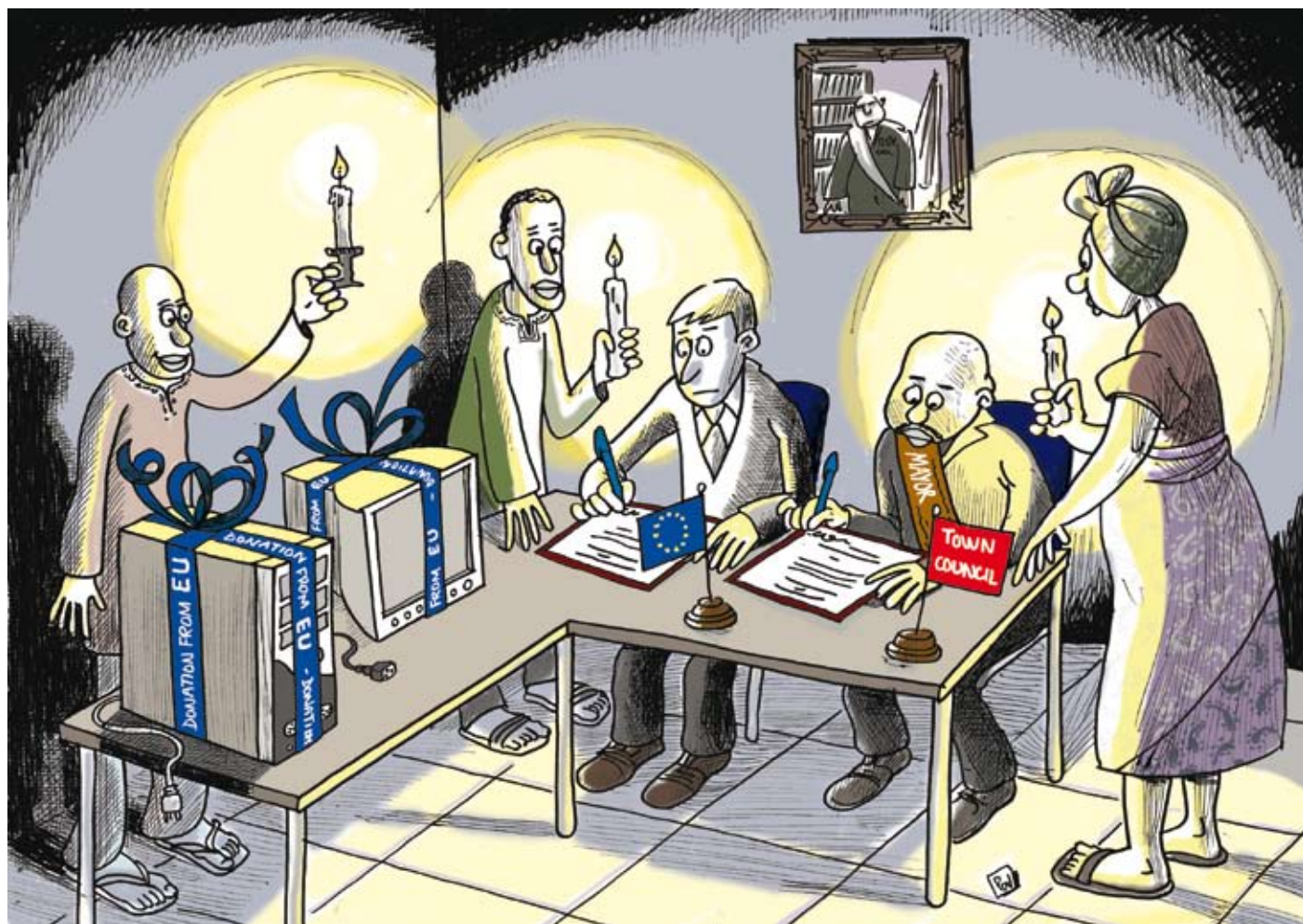
Capa da banda desenhada autorizada sobre a vida de Mandela.
Com a amável autorização de Jonathan Ball Publishers

Palavras-chave

Nelson Mandela; banda desenhada; África do Sul; Verne Harris; xhosa; Joshua Massarenti.



AGORA PODEMOS SER MAIS EFICIENTES por POV*



Uma ESCOLA na minha ALDEIA!...

Esta manhã, pela primeira vez, não tive de me levantar às cinco horas da manhã para ir para a escola! Que felicidade poder dormir mais duas horas. Levantar-me sem pressa, tomar o pequeno-almoço, lavar-me, lavar os dentes e seguir o meu caminho. Ando uns cem metros até à praça do mercado, atravesso-a e vou dar a outra praça onde fica há já alguns dias a escola novinha em folha da aldeia.

A construção da mesma foi decidida pelo presidente da câmara, após ter consultado os eleitos locais e os pais. Uma grande estreia também. Até aqui, era o ministério da educação, na capital, que decidia as escolas a construir. E como o orçamento é limitado, as escolas são pouco numerosas e concentradas nas cidades. Isto explica o facto de, até aqui,

eu ter de fazer 12 km a pé de manhã para ir para a escola.

Mas depois de ser adoptada a nova lei sobre a "descentralização" na capital, as coisas mudam nas aldeias. Os presidentes das câmaras podem agora tomar decisões sobre projectos que interessam directamente a vida da aldeia: a construção de escolas, centros de cuidados, esgotos, redes eléctricas e muitas outras coisas. É o que chamamos também de "governança local". Para conseguir isso, os ministérios na capital transferem uma parte do respectivo orçamento para as aldeias. Estes orçamentos são limitados e o nosso presidente da câmara teve de mostrar muito talento para conseguir construir a escola. De momento, resume-se a uma única turma, com um pequeno apartamen-

to ao lado para o professor. Vem de uma grande cidade, mas aceitou trabalhar aqui porque, desde a descentralização, será pago directamente pela câmara municipal e não terá de apanhar todos os meses o táxi para ir buscar o salário à capital. Apesar de toda a sua habilidade, o presidente da câmara ainda não conseguiu arranjar dinheiro suficiente para fazer face ao aumento do preço do petróleo, o qual utilizamos para produzir a electricidade da aldeia. Resultado: os cortes de electricidade são muito frequentes e muitas vezes impedem que o presidente da câmara utilize o computador oferecido pela União Europeia à câmara municipal...

M.M.B. ■

* Cartoonista de Madagáscar.

A palavra aos leitores!

Estamos interessados na sua opinião e nas suas reacções aos artigos desta edição. Sendo assim, diga-nos o que pensa deles.

Exmos. Senhores,
Na verdade, a revista *O Correio* é fantástica, informativa e com cobertura técnica. Por fim, parabéns pela vossa revista educacional.

Atenciosamente,

John Nechesa Makokha (Quénia)

Sou membro da Associação Mundial de Organizações Não governamentais (WANGO), da Rede de Desenvolvimento da Paz e da Colaboração e sou Membro do Conselho do Central do Capítulo AP da Associação das Nações Unidas dos Estados Unidos da América. A vossa publicação parece ser uma mais-valia para quem se interesse por desenvolvimento e cooperação internacionais.

Atenciosamente,

*Tony Antonio Karantonis
Harrisburg (Pensilvânia, EUA)*

Bom tópico. Bom texto sobre este homem que escreve com o charme da alma das Caraíbas. É sempre bom vermos o que se passa no interior, ainda que seja só uma rápida espreitadela, para depois vermos o exterior, o mundo, os olhos sensíveis de Derek Walcott... O grande poeta, dramaturgo e crítico merece ser lido cada vez mais por toda a gente que encoraje o trabalho literário com charme e ligue as possíveis interfaces com a realidade.

Ítalo Bruno

Contacto: *O Correio* - 45, Rue de Trèves 1040 Bruxelas (Bélgica)
email: info@acp-eucourier.info - **website:** www.acp-eucourier.info

Agenda

Dezembro 2008 – Março 2009

Dezembro 2008

- > 29-2 Conferência Internacional de Acompanhamento sobre o Financiamento do Desenvolvimento tendo em vista a revisão da aplicação do Consenso de Monterrey, Doha, Qatar
www.un.org/esa/ffd/doha/
- > 1-12 Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, Poznań, Polónia (http://unfccc.int/meetings/cop_14/items/4481.php)
- > 4-5 Chefes das Organizações ACP de Integração Regional, Bruxelas, Bélgica
- > 7-10 Fórum Global para o Desenvolvimento dos Media, Conferência Mundial de Atenas, Atenas, Grécia
www.gfmd-athensconference.com/
- > 11-12 88th Session of the ACP Council of Ministers, Brussels, Belgium
www.acp.int

Janeiro

- > 1 A República Checa assume a presidência da UE
- > 11-16 5ª Conferência Internacional Alexander von Humboldt da EGU | Conferência Africana sobre Alterações Climáticas, Cidade do Cabo, Cabo Ocidental, África do Sul (<http://www.humboldt5.uct.ac.za/>)
- > 29-2 Cimeira da União Africana, Addis Abeba, Etiópia

Fevereiro

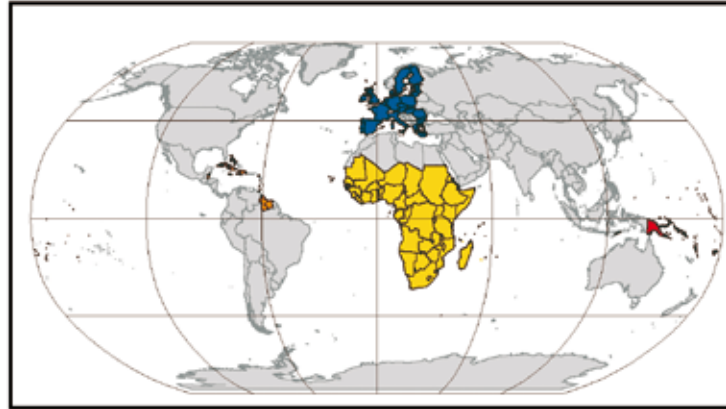
- > 12 Conferência Parlamentar de Alto Nível sobre Coerência de Políticas para o Desenvolvimento e a Migração organizada pelo PE, a COM e a OCDE

- > 23 Redefinição da Cooperação Sul-Sul: África no palco central, Bombaim, Índia (http://www.mu.ac.in/arts/social_science/african_studies/cfp.pdf)
- > 28-3 Festival Pan-africano do Filme e da televisão de Ouagadougou (Burkina Faso)

Março

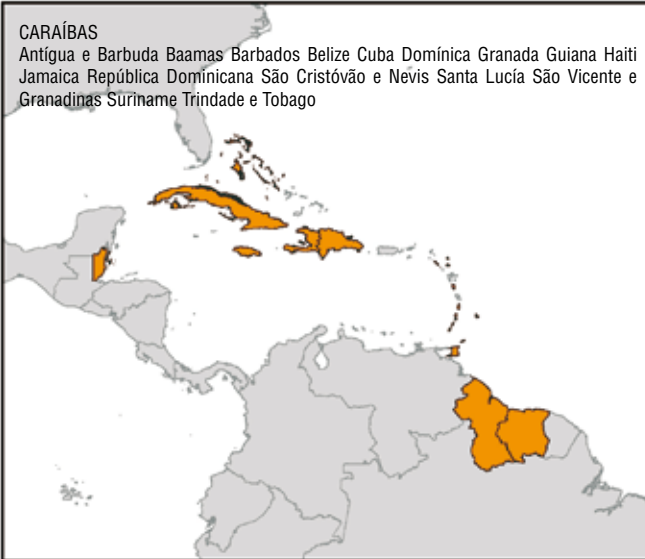
- > 10-11 "Alterações: Parcerias de Sucesso para o Desafio de Crescimento de África", Dar es Salaam, Tanzânia (<http://www.changes-challenges.org/>)
- > 31-2 Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Bona, Alemanha (<http://www.esd-world-conference-2009.org/en/home.html>) ■

ÁFRICA – CARAÍBAS – PACÍFICO e UNIÃO EUROPEIA



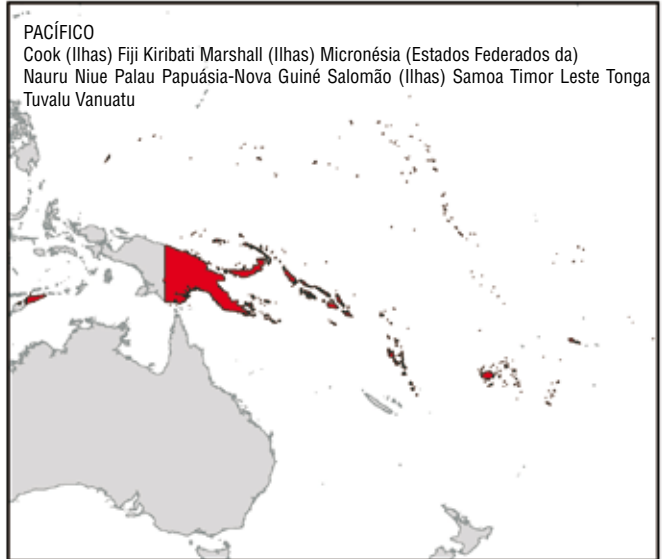
CARAÍBAS

Antígua e Barbuda Baamas Barbados Belize Cuba Domínica Granada Guiana Haiti Jamaica República Dominicana São Cristóvão e Nevis Santa Lucía São Vicente e Granadinas Suriname Trindade e Tobago



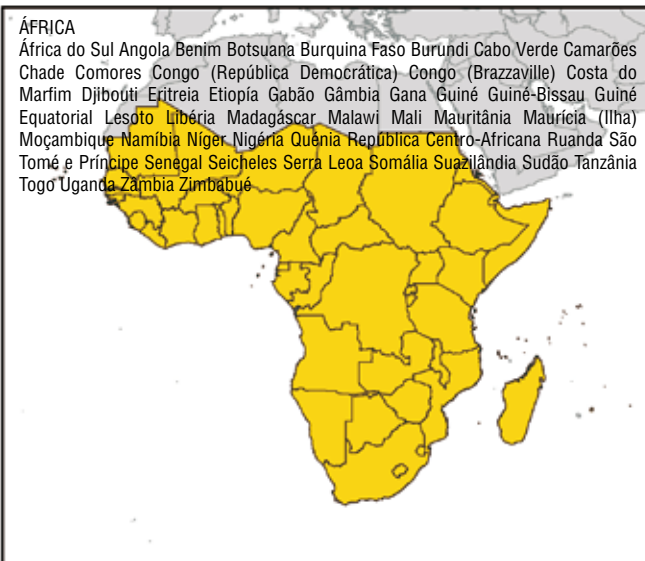
PACÍFICO

Cook (Ilhas) Fiji Kiribati Marshall (Ilhas) Micronésia (Estados Federados da) Nauru Niue Palau Papuásia-Nova Guiné Salomão (Ilhas) Samoa Timor Leste Tonga Tuvalu Vanuatu



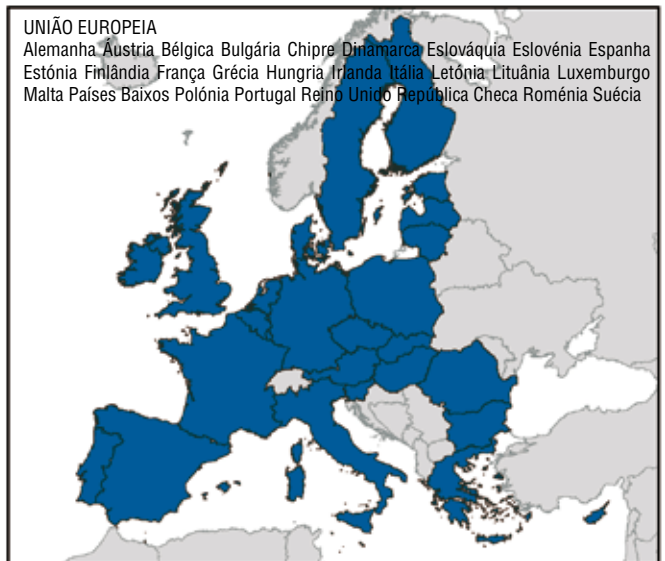
ÁFRICA

África do Sul Angola Benim Botsuana Burquina Faso Burúndi Cabo Verde Camarões Chade Comores Congo (República Democrática) Congo (Brazzaville) Costa do Marfim Djibóuti Eritreia Etiópia Gabão Gâmbia Gana Guiné Guiné-Bissau Guiné Equatorial Lesoto Libéria Madagáscar Malawi Mali Mauritânia Maurícia (Ilha) Moçambique Namíbia Níger Nigéria Quênia República Centro-Africana Ruanda São Tomé e Príncipe Senegal Seicheles Serra Leoa Somália Suazilândia Sudão Tanzânia Togo Uganda Zâmbia Zimbabué



UNIÃO EUROPEIA

Alemanha Áustria Bélgica Bulgária Chipre Dinamarca Eslováquia Eslovénia Espanha Estónia Finlândia França Grécia Hungria Irlanda Itália Letónia Lituânia Luxemburgo Malta Países Baixos Polónia Portugal Reino Unido República Checa Roménia Suécia



As listas dos países publicadas pelo Correio não prejulgam o estatuto dos mesmos e dos seus territórios, actualmente ou no futuro. O Correio utiliza mapas de inúmeras fontes. O seu uso não implica o reconhecimento de nenhuma fronteira em particular e tampouco prejudica o estatuto do Estado ou território.

